



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

RENATO DE MESQUITA RIOS

JOÃO BRÍGIDO E SUA ESCRITA

DE UMA HISTÓRIA PARA O CEARÁ:

NARRATIVA, IDENTIDADE E ESTILO (1859 – 1919)

FORTALEZA - CE

2013

RENATO DE MESQUITA RIOS

JOÃO BRÍGIDO E SUA ESCRITA
DE UMA HISTÓRIA PARA O CEARÁ:
NARRATIVA, IDENTIDADE E ESTILO (1859 – 1919)

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS) do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Culturas

Orientadora: Prof^a Dr^a Lucili Grangeiro Cortez.

FORTALEZA – CE
2013

R586j

Rios, Renato de Mesquita

João Brígido e sua escrita de uma história para o Ceará: narrativa, identidade e estilo (1859-1919) / Renato de Mesquita Rios. -- 2013.

CD-ROM. 148 f. ; 4 ¾ pol.

"CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm)".

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientação: Profa. Dra. Lucili Grangeiro Cortez.

1. Narrativa. 2. Identidade. 3. Estilo. 4. Brígido, João, 1829-1921. I.
Título.

CDD: 981



Universidade Estadual do Ceará-UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA
Criado pela resolução N° 520 do CONSU - UECE de 31 de maio de 2005



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO RENATO DE MESQUITA RIOS

Às 09h00min do dia 03 (três) de maio de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará, a Comissão Examinadora da dissertação, para obtenção de grau de Mestre apresentada pelo aluno **Renato de Mesquita Rios**, intitulada **“JOÃO BRÍGIDO E SUA ESCRITA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA PARA O CEARÁ: Narrativa, Identidade e Estilo (1859 - 1919)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “aprovado” em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Lucíli Grangeiro Cortez (Orientadora-UECE), Gleudson Passos Cardoso(UECE) e Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares (INTA). Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Altamar da Costa Muniz e a secretária Maria Rozilda Martins Oliveira para os devidos efeitos legais.

Fortaleza, 03 de maio de 2013.

Prof. Dra. Lucíli Grangeiro Cortez

Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso

Prof. Dr. Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares

Prof. Dr. Altamar da Costa Muniz

Maria Rozilda Martins Oliveira

Dedico a meu pai, Antônio, e a meu filho, Gael,
pois pretérito e porvir se entrelaçam por essas linhas,
entre ausências e presenças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à força motriz que comanda o Universo em sua maestria e conduta, criadora e regeneradora de todas as coisas e seres.

Gostaria de agradecer também a todos aqueles que, no longo trajeto dessa pesquisa, contribuíram de forma direta e indireta. Caros colegas de faculdade, de mestrado, dos locais onde pesquisei, familiares e amigos de outras áreas do conhecimento e de outros lugares, uma pequena, mas significativa, parte de vocês estão por essas linhas e páginas. Meu amor a todos!

Agradeço à minha mãe, Dona Graça, pela dedicação a mim por mais de três décadas. Essa guerreira, que lutou sozinha por muito tempo após a morte de meu pai, mereceria mais que algumas linhas nesse trabalho, pois foi ela que me fez ver o quanto a busca pelo conhecimento é um caminho transformador de realidades. Obrigado, mãe, pelo amparo e suporte que sempre me deste! Espero que de onde quer que esteja, meu pai esteja feliz por minhas escolhas e caminhos.

A chegada de minha irmã Ana Luiza, há mais de 20 anos, possibilitou um tipo de amadurecimento que não eu teria sem ela. Até hoje ainda a vejo como uma garotinha indefesa, mesmo sabendo o quanto luta pelos seus objetivos. Agradeço-te, minha irmã!

Obrigado, minha amada Dani, pelo exemplo de luta que sempre me motivou. Todas as dificuldades que passamos, toda a distância que enfrentamos apenas intensificaram o amor, respeito e lealdade que sempre tive por ti. Depois de tantos presentes, nestes quase 7 anos juntos, o maior deles tu me deste agora: nosso filho! Apesar de pouco tempo conosco, o pequeno Gael descortinou um novo mundo diante de meus olhos (e sei que dos teus também). A vida habita, em toda sua fragilidade e resistência, nos olhos desse garotinho, e daqui pra frente, posso me considerar um homem realizado. Obrigado aos dois, à nossa família Rios.

Obrigado aos Alves da Silva, minha segunda família. Aos meus sogros, Sônia e José Carlos, pelo exemplo de amor e dedicação à família. Aos meus cunhados, Douglas e Débora, por terem me acolhido como um irmão. Todos

vocês fazem parte desse trabalho e lhes agradeço de coração pelo suporte que sempre me deram. Muito Obrigado!

Agradeço também àqueles que sempre foram mais de colegas de profissão: Tito Barros Leal, Ana Alice Menescal, Carla Silvino, Edi Figueiredo e Thiago Tavares. Vocês foram um grupo que sempre mostraram o quanto o mundo acadêmico pode funcionar para além de qualquer desavença, com uma leveza própria de nossas pilherias, mas sem nunca perder o foco no profissionalismo e dedicação. Sinto-me mais do que feliz em saber que trabalho com amigos com quem posso contar. A Thiago Tavares meu agradecimento em especial pela disposição em participar do projeto que resultou nesses escritos. Se minha trajetória de pesquisa já dura quase dez anos, em metade desse período tive sua ajuda. Muito obrigado!

Não posso deixar de agradecer a oportunidade e confiança dada a mim pelo Mestrado Acadêmico em História e Culturas (UECE). Agradeço a todos os professores que fizeram parte dessa pesquisa de alguma forma, nas disciplinas ou pelos corredores, nas defesas dos projetos ou nas conversas informais. Levo para vida profissional o exemplo daqueles que colaboraram com meu caminho. Agradeço aos professores Gisafran e Erick, Silvia e Zilda, Gleudson e Altemar por participarem diretamente deste processo.

Agradeço ainda em especial aos professores Lucili e Damasceno. À Professora Lucili, pela dedicação na orientação dessa pesquisa e pela paciência comigo em momentos mais críticos desses dois anos juntos, assim como por ter me feito abrir os olhos para outras possibilidades dentro da pesquisa, por áreas que antes sequer ousava caminhar. Ao Professor Damasceno, meu muito obrigado pelo carinho da acolhida nas novas casas que o MAHIS e o DICTIS foram para mim e pelas palavras de incentivo que me ajudaram a escolher caminhos com mais parcimônia e sensatez. Agradeço a vós pela coragem que fizeram brotar em mim em momentos difíceis.

Obrigado também aos colegas de mestrado, pelas discussões, indicações, conversas informais, brincadeiras e puxões de orelha: Vanessa, Wendell, Ariane, Ana Cláudia e todos os outros de nossa turma.

Minha longa trajetória de pesquisa começou quando cursava a Faculdade de História na UFC e de lá tenho até hoje grandes amigos que fizeram parte desse processo. Agradeço ao Professor Gilberto e Almir por me indicarem os caminhos das análises historiográficas quando ainda buscava amadurecer como historiador. Agradeço ainda aos amigos de graduação Daniel Barros, Walter Braga, P.A., Artur Araújo, e o amigo Franzé Silva, que não poderia ser esquecido nesse momento. Agradeço também às amigas Andréa Ribeiro e Anna Luisa Costa, por todas as discussões em torno das definições, rumos e usos da ciência, de um modo geral, nos meio acadêmico.

Dentre grandes amigos que o mundo acadêmico me propiciou não posso deixar de agradecer a Iran Monte, Jorge Adeodato e Mário Martins. Iran, além de padrinho de casamento, sempre foi um grande incentivador de minha produção, alguém que sempre me ouviu, mesmo quando as responsabilidades da vida adulta nos afastou. Jorge sempre foi um amigo que aparecia quando eu precisava de alguém para discutir escritos para além das limitações dos níveis acadêmicos. Já Mário, tem meu agradecimento em especial, por sempre ter me incentivado de um modo inacreditável, como se pudesse ver em mim algo que nunca me pareceu claro, como se eu pudesse ir mais longe sempre. Esse trabalho é, em parte, dos três!

Finalmente, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, por dois anos, viabilizou materialmente o caminho que me dispus a transcorrer. Agradeço também ao Neto, secretário do MAHIS, pela atenção e, também, pelas facilidades com os tramites burocráticos em meio a tantos relatórios.

Entre jornais antigos, livros com mais de 100 anos, em meio a duas operações na mão esquerda devido a um acidente e o nascimento de meu primeiro filho coincidindo com o final do processo de escrita da dissertação, sobrevivi e agradeço desde já a todos que se dispuserem a ler esse texto.

Obrigado!

“O Estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É forma e é conteúdo, entrelaçados para firmar a tessitura de toda arte e todo ofício – e também a história.”

Peter Gay em *O Estilo na História*

RESUMO

Este trabalho objetiva inicialmente discutir a construção das narrativas históricas sobre o Ceará de João Brígido dos Santos (1829-1921) buscando compreender como esse processo se desenvolveu através de uma perspectiva que apontasse para as sensibilidades e as identidades, percebendo a constituição de um estilo que evidenciasse não só a própria função social da narrativa, mas como a dos intelectuais e pensadores do passado da Capitania e Província do Ceará na sociedade cearense da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a partir do caso específico desse autor.

Palavras-chave: Intelectuais. Narrativa. Identidade. Estilo.

ABSTRACT

Initially the objective of this work is to discuss the construction of historical narratives about the Ceará from João Brígido dos Santos (1829-1921), understanding how this process has evolved through a perspective that points to the sensibilities and identities, realizing the creation of a style that could evidence the social function of narrative, intellectuals and thinkers about the past of the Province and the Captaincy of Ceará, inside of the Ceará society in the second half of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century, analyzing the specific case of this author.

Keywords: Intellectuals. Narrative. Identity. Style.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: CULTURA POLÍTICA E JOÃO BRÍGIDO.....	27
1.1 Visão de política e atuação: Cultura política no Segundo Reinado e na Primeira República	27
1.2. Trajetória de vida em textos: João Brígido e o olhar sobre si	47
CAPÍTULO 02: ESCRITOS COMO ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO INTELECTUAL EM JOÃO BRÍGIDO..	58
2.1. João Brígido e seus pares: intelectualidade e identificação.....	58
2.2. Trajetória de textos como elemento de Identificação Intelectual.....	64
2.2.1. Apontamentos para a História do Cariri	65
2.2.2. Resumos cronológicos e efemérides.....	69
2.3. Intelectuais em debate: Uma questão de identificação.....	79
2.3.1. Lugares de pertencimento.....	83
CAPÍTULO 3: ESCRITA DE JOÃO BRÍGIDO ENQUANTO “ESTILO”	92
3.1. Do estilo: o caso de João Brígido	92
3.2. Aspectos da forma: Para além do ornamento	101
3.2.1. Biografias.....	102
3.2.2. Coletâneas.....	112
3.3. Apontamentos sobre o conteúdo: Aquilo que transforma a forma, complementando-a.....	127
CONCLUSÃO	136
FONTES	142
BIBLIOGRAFIA.....	144

INTRODUÇÃO

Por mais familiar que seja seu nome, o narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. Ele é algo de distante, e que se distancia ainda mais. Descrever um Leskov como narrador não significa trazê-lo mais perto de nós, e sim, pelo contrário, aumentar a distância que nos separa dele. Vistos de uma certa distância, os traços grandes e simples que caracterizam o narrador se destacam nele.

Walter Benjamin – O narrador

No capítulo destinado a uma análise da obra de Nikolai Leskov, escritor russo da segunda metade do século XIX, Walter Benjamin, na coletânea “Magia e Técnica, Arte e Política”, apontou sua crítica em direção à figura do “narrador” e à arte de narrar. Alegando que era cada vez mais raro pessoas que soubessem devidamente narrar nos idos de 1936 (quando esse texto foi publicado inicialmente), Benjamin entendia que as pessoas estavam cada vez mais privadas da própria faculdade de intercambiar experiências. Como os soldados que voltavam mudos dos campos de batalha da Primeira Grande Guerra, que mesmo carregados de experiências, mostravam-se incomunicáveis, com suas memórias de trincheiras, vivências exaustivas do corpo e da mente. Um pouco mais de dez anos após a experiência devastadora de uma guerra de tamanhas proporções, os desejos e vontades sobre o ato de narrar, segundo Benjamin, diminuiriam sensivelmente. (BENJAMIN, 1994, p.197)

Mesmo com esse ato de expressão de si e do outro sofrendo sensíveis mudanças, como essa apontada por Benjamin e, apesar das figuras dos narradores terem sofrido baixas, elas nunca sumiram. A arte de narrar parece assim algo inalienável aos homens, na qual seus narradores são os responsáveis pela transmissão de experiências vividas ou apreendidas. Avancemos então na discussão e entendamos que narrar é a arte transmitir experiências e, em se tratando de narrar o passado, o narrador ganha força, transmuta-se e torna-se outro, além do que propôs Benjamin, mas ainda assim, com raízes na estrutura proposta nesse texto do autor alemão.

Narrar o próprio mundo é descortiná-lo ao outro. É escolher e mostrar, através daquilo que se considera o próprio mundo e o passado. A perspectiva de uma narrativa histórica atual vem chamando bastante a atenção dos historiadores, pois grande parte dessa discussão origina-se de um ponto relevante, levantado por Peter Burke ao afirmar que

[...] o atual interesse histórico pela narrativa é, em parte, pelas práticas narrativas características de uma cultura em particular, as histórias que as pessoas naquelas culturas, "contam a si mesmas sobre si mesmas". Tais "narrativas históricas" como foram chamadas, oferecem pistas importantes para o mundo em que foram contadas. (BURKE, 2005, p. 158)

Com isso, observamos que esse conhecimento de si enquanto indivíduo e/ou grupo que se processa a partir do ato de construir estruturas epistemológicas sobre o passado e transmiti-las a outros está intrinsecamente ligado à própria identidade da qual esse indivíduo faz parte, seja ele objeto de estudo ou o próprio historiador.

O interesse pela questão da narrativa se faz presente entre os círculos acadêmicos atualmente e boa parte disso tem, nas suas origens e nas suas confabulações mais fecundamente construídas na década de 1970, quando desponta uma tomada de consciência de que a própria arte de narrar estaria ligada ao discurso de quem escreve sobre o passado.

A chamada Nova História, que normalmente é identificada com a terceira geração da Escola dos *Annales*, a historiografia influenciada pelos chamados filósofos pós-estruturalistas, entre eles Michel Foucault, ou a historiografia de base hermenêutica sob a influência de autores como Paul Ricoeur e Michel de Certeau, ao darem primazia à análise das atividades descritas como culturais ou mais ligadas ao campo das práticas simbólicas, das mentalidades, do imaginário, ou dos discursos, também irão contribuir para que a dimensão inventiva humana e da própria historiografia fosse ressaltada. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 21)

Assim, a década seguinte assiste à consolidação dessa postura de valorização da narrativa, que volta a ser analisada como objeto de estudo, a partir da linguística e da semiótica com o chamado "giro linguístico", quando se constroem discussões influenciadas por esse caráter "inventivo" de se analisar o passado a partir de uma postura em que a linguagem deixa de ser vista como elemento ingênuo da construção do discurso – sendo, assim, "desnaturalizada"

– e os indivíduos voltam a ser vistos como agentes históricos, para além das categorias coletivas (e, muitas vezes, macro analíticas) valorizadas em momentos anteriores.

Essa relativamente recente retomada da narrativa como campo de estudo e de trabalho dos historiadores, (que poderíamos até assinalar como “estilo”), aponta para um momento de ruptura que definiu a história enquanto ciência nas primeiras décadas do século XIX. Comparando as funções de um crítico literário e um historiador ao analisar a historiografia, Stephen Bann aproxima e afasta essas duas categorias intelectuais entendendo que a escrita *do* e *sobre* o passado é uma forma de escrita permeada pelo presente de quando se escreve, justificando o contato dessa com o crítico literário; ao mesmo tempo, desde que a retórica deixou de dominar não apenas os escritos históricos, mas diversos modos de escrita literária e os historiadores adotaram o programa e metodologia desenvolvida por Leopold Von Ranke na segunda década do século XIX, a História se aparelha para se consolidar enquanto ciência. (BANN, 1994)

Um sinal deste processo foi a tendência da própria literatura em adotar o paradigma histórico, como no “romance histórico” ou no romance “realista”, ou “naturalista”. Produtos indisfarçadamente literários faziam-se passar como se tivessem aquela transparência do real que o historiador havia afirmado programadamente. (BANN, 1994, p. 55)

Essa rápida passagem por diversos momentos das narrativas do passado pareceu-nos essencial para que pudéssemos pontuar a situação dos historiadores modernos enquanto narradores, um modo de ação plenamente estabelecido atualmente. Mais ainda, entendemos que como este é um trabalho historiográfico, tentamos nos situar dentro das discussões a respeito da produção de História na atualidade e, fundamentalmente, de uma metodologia específica dessa produção: a de caráter cultural. Colocar-nos enquanto um atual narrador do passado (mas que tem em seu texto a marca do presente) foi de fundamental importância no estudo da vida e, principalmente, da obra de João Brígido, inclusive por o entendermos não só como um narrador, mas também como um produtor de textos que oscila entre os modos de se escrever História utilizados pelos intelectuais apontados acima no século XIX. Situemos, pois, tal sujeito e objeto.

Atentemos inicialmente ao ano de 1887, quando uma salva de palmas repleta de furor ecoava após a conclusão do discurso proferido pelo Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva, perante membros da intelectualidade brasileira, no Paço Imperial na cidade do Rio de Janeiro. O então presidente declarava abertas as comemorações dos cinquenta anos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB. Dentre vários eventos, uma dessas reuniões comemorativas, ocorrera em dezembro do mesmo ano, tendo como orador Affonso d’Escragnolle Taunay, conhecido como Visconde de Taunay, que discursou inclusive perante o Imperador, em sessão magna. (Revista do IHGB, 1887)

Entre textos publicados nas comemorações dessa Instituição, um deles refere-se à Província do Ceará e foi escrito por João Brígido dos Santos. Esse texto faz um ligeiro apanhado do que seria a geografia da região, passando por alguns aspectos de seu povoamento, tendo a seca como uma das personagens, e abarcando, além de guerras civis entre as famílias que se formavam, do início do povoamento da região no século XVII pelos portugueses até o alistamento para compor o contingente que partiu para lutar na Guerra do Paraguai, já na segunda metade do século XIX (Suplemento..., 1888, p. 65-71). Publicado como “Povoamento do Ceará”, esse texto marca um dos principais momentos de Brígido dentro do IHGB e é a partir da percepção desse produtor de textos sobre o passado, desse narrador transitório entre duas perspectivas (a cientificidade da escrita e a construção de uma memória) que parecem ter fronteiras tênues em sua produção desenvolvida no decorrer da segunda metade do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX que nos debruçamos, tentando entender os entremeios dessa narrativa e suas relações com a vida pessoal e política desse autor.

Nossa análise perpassa momentos de tensão e marcos na produção desse intelectual, justificada por dois motivos que se mostraram interessantes: primeiramente, o século XIX é marcado pela efervescência de um aparato teórico-metodológico, amplamente utilizado por diversas disciplinas para definirem seus limites e áreas de atuação enquanto ciência. Essa discussão amplamente desenvolvida por uma historiografia das ciências¹ também tem a

¹ Historiadores vêm discutindo de maneira aprofundada os avanços e impactos sociais das descobertas científicas e desenvolvimentos de suas técnicas desde a Idade Média,

História como um exemplo, e se no Brasil temos como marco a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838, durante a segunda metade do século XIX houve um alargamento dessas perspectivas historiográficas, inclusive com o contato com outras disciplinas que vinham ganhando força, como a Sociologia. Mesmo que as discussões sobre os modos de se escrever a História do Brasil (e com isso, as das províncias) estivessem muitas vezes relacionadas a como não escrever essa história dentro dos espaços de discussão (CÉZAR, 2004), o século XIX – mais precisamente, a sua segunda metade – mostra-se um campo fecundo para a discussão aqui proposta, principalmente após a década de 1870, quando acontece a valorização da história local como elemento compositor da nacional. Contudo, entendemos que pensar o passado é também formar um campo histórico entre esses intelectuais, por mais que muitas vezes esse “projeto” tenha sido muito mais marcante e verossímil dentro do campo literário.

Ainda assim, intelectuais responsáveis por narrativas históricas formulavam as primeiras representações sobre o passado do Ceará na segunda metade do século XIX e João Brígido se inseria nessa perspectiva, mesmo que com uma postura por vezes diferente da de seus pares. Postura essa que aponta como o segundo motivo da escolha desse recorte. A respeito das duas primeiras décadas do século XX, utilizá-las-emos por nos parecer um momento de maturidade de João Brígido, nas suas posições políticas e escolhas editoriais, mas sem se desatrelar de seu estilo combativo. Afinal, João Brígido é um sujeito do século XIX. A partir desses dois momentos, utilizamos marcos de escrita de João Brígido para situá-lo dentre seus pares, observando a trajetória de suas narrativas históricas, nosso principal objeto de análise, pois o período que abarca a segunda metade dos oitocentos e o início dos novecentos é marcado pela ascensão de campos de disputa e discussão dos intelectuais nos principais centros econômicos do Brasil.

principalmente passando pela Renascença e chegando à contemporaneidade. O século XIX é considerado por muitos como o “século das ciências”, não só pela possibilidade de avanços do período, mas também pela aura otimista que se perpetuava na Europa no período, mesmo com algumas guerras localizadas. É no século XX, com a eclosão da Primeira Grande Guerra em 1914, que esse ar otimista vai sendo substituído por uma perspectiva mais intimista e individual, principalmente porque pela primeira vez, as ciências estavam sendo utilizadas como meios de destruição, perdendo parte de uma essência progressista.

Antes do movimento abolicionista vivido pela elite do Ceará, as leituras de Taine, Buckle, Spencer e Comte, feitas pela jovem intelectualidade local contemplavam a produção historiográfica cearense, contudo é importante salientar quais ideologias perpassavam essa produção. Aqueles que escreveram antes do crescimento das ideias de abolição da escravatura no Ceará eram em boa parte monarquistas liberais que tentavam atrair, a todo custo, investimentos para a Província cearense.

Apesar de pouquíssimas exceções, somente depois da libertação dos cativos na “Terra da Luz” foi que se passou a ter algo que se aproximaria de um projeto historiográfico para a Província alencarina. É deste período que despontam produções a respeito de gêneros historiográficos (história científica), estudos históricos, efemérides e publicações de documentos. (OLIVEIRA, 2001)

É em meio a essa profusão de ideias e valores que situamos João Brígido, ou melhor, a sua produção multifacetada: um jornalista de pungente escrita contra aqueles com quem entrava em conflito, criando inimigos que levaria para toda a vida; responsável também por uma narrativa histórica, com uma escrita desapegada de uma exatidão científica² (e por isso, um dos mais criticados dentre os seus), mas pertencente – como já citamos – ao IHGB e tendo vários textos publicados pelo Instituto do Ceará. Além disso, foi também um político atuante nos meios burocráticos do Estado e até professor do Liceu do Ceará. Juntamente com outros aspectos, um indivíduo atuante nos meios intelectuais fortalezenses.

Segundo Jáder de Carvalho (1969), ele também foi um grande contador de histórias, um “caçador das raízes do estado que o acolheu”, varrendo o Interior em busca de elementos que, catalogados, mostrassem traços da cultura cearense. Foi também um cronista de seu tempo, das lembranças e das angústias de um período de incertezas como salientou o cronista francês Edouard Hersey, em 1911, a respeito de semelhantes transformações acontecidas em Paris de um período um pouco anterior:

Ignoro quem imaginou pela primeira vez batizar de Belle Èpoque o período de alguns anos que circundam o milésimo de 1900.

² Demonstrar uma ausência é algo bastante complexo, mas um dos elementos que evidenciam esse “desapego” a uma exatidão científica reside no fato de que em praticamente todos os textos aqui analisados, nós não encontramos notas de rodapé ou referências às fontes utilizadas por Brígido para a composição destes.

Suponho tenha entrado nas suas intenções uma parte de ironia. É pouco provável que tal criatura chegasse a medir a crueldade da expressão. A gente de hoje não conseguirá fazer ideia dos abismos de miséria que se escondiam na Paris brilhante daquele tempo. (HERSEY apud COSTA e SCHWARZ, 2000, p. 21)

A memória dessa intelectualidade cearense aponta até hoje João Brígido como um jornalista de caráter combativo, idealista e sarcástico, que perpetuou em todos os jornais dos quais participara uma postura política em nome da “liberdade individual”, até sugerindo que o título do último periódico no qual foi redator, o *Unitário*, tivesse esse nome pela postura oposicionista à oligarquia de Nogueira Accioly que vivia seu auge e por isso, não teria conseguido quase nenhuma aliança. (CARDOSO, 2006)

Apesar de não desconsiderar a importância do sujeito histórico em seus vários meios de atuação, o presente trabalho objetiva analisar as narrativas históricas de João Brígido, pois, narrar o passado é um ato político e são essas narrativas (não só do passado, mas de seu presente) que nossa pesquisa toma como ponto de partida para seu desenvolvimento. Nossa análise procura compreender João Brígido como “Sujeito Político” e “Intelectual Político”, porém, deixemos claro que não desatrelamos uma função da outra quando analisamos esse sujeito e sua obra. A faceta de “jornalista” não deixa de estar vinculada à função “política”, muito menos a de “cronista” se afasta do papel de “historiador”. Não pretendemos separá-las, mas por uma questão metodológica, precisamos observá-las com a minúcia que um olhar próprio exige, sempre fazendo as devidas conexões entre essas funções, haja vista a própria extensão de uma produção escrita que perpassa mais de sessenta anos.

Assim, essa pesquisa foi organizada através de dois caminhos sincrônicos e complementares, já que a relação autor-texto é de tal forma imbricada, que dificilmente seria possível pensá-la em separado. Por isso, como metodologia de trabalho, essas escolhas foram feitas para viabilizar a elaboração do texto dissertativo. Apesar de parecer uma constatação óbvia, ela inviabilizaria a separação da atuação desse sujeito enquanto “cronista”, “político”, “jornalista” ou mesmo “historiador”. Contudo, há um elemento que acaba por unir essas duas visões, ainda que observadas separadamente: os textos, principalmente as narrativas históricas. É com uma análise balizada nesses escritos produzidos com uma intencionalidade específica e para um

campo específico de atuação, que tentamos deixar claros esses conectores, partindo assim da primeira dessas narrativas históricas a ter uma visibilidade maior dentre seus pares (o texto *Apontamentos para História do Cariri*, de 1859), passando pela produção desse sujeito, até a última obra publicada em vida por João Brígido (a coletânea *Ceará – homens e factos*, de 1919).

Com essa estrutura, a escrita desse trabalho parte inicialmente pra a discussão da figura de João Brígido enquanto um “sujeito político”, para além de uma atuação política partidária/burocrática, sendo pensada como um elemento para apresentar o sujeito e também discutir sua produção, que é o real objeto de pesquisa. Entendendo que a relação autor-texto é extremamente complexa, achamos por bem trazer alguns elementos da trajetória de vida – para além do caráter político – que possam ser relevantes para a análise dos textos, quaisquer que sejam os formatos. De tal modo, o primeiro capítulo, *João Brígido e sua cultura política*, está inserido nessa perspectiva.

O primeiro tópico, denominado *Visão de política e atuação: Cultura política no Segundo Reinado e na Primeira República* discute a formação de João Brígido enquanto um “sujeito político” atuante, não só dentro do corpo político do Estado (seja no Império ou na República), mas na postura acadêmica e no uso da imprensa com textos que atacam (em sua maioria) ou apoiam outros personagens desse jogo político, dando indícios, assim, de como se construía a “cultura política” (BERSTEIN in RIOUX, 1998) na qual estava inserido³. Esta funciona como um elemento fomentador daquilo que os movimentos sociais e políticos carregam especificamente, mesmo que muitas vezes de forma contraditória, além dos elementos simbólicos que unem e/ou se opõem a alguns projetos de poder e autoridade no campo político. Contudo, essa “cultura política” também nos surge não apenas como uma visão de mundo, mas como uma postura diante dele que transparece nos modos de agir, de falar, em um caminho de mão-dupla, no qual são absorvidos e transmitidos determinados códigos culturais relacionados à política.

³ Até mesmo o conceito de “partido político” ganha destaque em nossa discussão, pois foi alvo de análise por parte desse autor, ao discutir o surgimento desses na Província do Ceará, quando, por exemplo, ascendentes seus aparecem em textos como “Genealogia dos Partidos no Ceará” como que por justificativa e legitimação para a atuação de João Brígido na esfera pública.

Portanto, o enfoque desse tópico envolve as relações que João Brígido mantinha com as oligarquias presentes no Ceará nos últimos anos do período Imperial e nas primeiras décadas do regime Republicano, principalmente no período de transição entre os dois regimes. Tendo essas relações como ponto de partida nos esforçamos para compreender a atuação do “político” João Brígido e sua proximidade e, posteriormente, enfrentamento ao grupo liderado por Nogueira Accioly. Nesse entremeio, percebemos como embates como a Greve dos Catraieiros (1903-1904) serviram de argumentação social para a criação dessa facção contrária, juntamente com o espaço que os intelectuais opositores de Accioly deixaram de ter, constituindo assim uma frente de combate.

No tópico seguinte, denominado *Trajetória de vida em textos*, objetivamos apresentar de um modo geral o sujeito e objeto de trabalho desta pesquisa, atentando para traços marcantes da postura e escolhas de João Brígido, tentando compreender traços de sua personalidade, dentro de um campo político e de algumas das relações pessoais, políticas e profissionais estabelecidas ao longo de sua trajetória de vida.

Entendendo a impossibilidade de se relatar de forma completa a vida e atuação (de um modo mais amplo) de João Brígido, foram escolhidos alguns momentos de tensão, além de outros em que esse autor fala de si e desse modo, apresenta-se enquanto sujeito e objeto de análise em seus escritos para entender a visão de mundo que carregava. Assim, para trazemos à tona parte do sentido que esse sujeito dava ao mundo e as impressões que trazia de si mesmo, traçamos uma representação a partir de artigos autobiográficos do seu cotidiano e dos pontos que lhe pareciam pertinentes de sua própria trajetória. De alguma forma, as escolhas que se processam entre o lembrar e o esquecer, entre o registrar e o abandonar deram a tônica da escrita de si aqui analisada, perpassando o imaginário de si por ele construído, através das sensibilidades que nos foram permitidas observar.

Partindo principalmente das suas crônicas autobiográficas escritas com 70 e 71 anos e publicadas inicialmente no periódico *A República* e relacionando-as com outros textos publicados no *Unitário*, esse tópico analisa a representação criada por João Brígido de si para o outro, em um processo que

costura a sua função nessa sociedade letrada de forma a legitimá-la, ao ponderar a respeito de vários momentos de sua trajetória (enquanto outros são omitidos). É a partir do confronto entre essa visão de si e visão do mundo, que esse tópico está estruturado.

A postura de “Intelectual político” é enfatizada com a construção textual da produção intelectual de João Brígido, a respeito do passado da Capitania, Província e Estado do Ceará, entendendo que principalmente na segunda metade do século XIX, a figura do intelectual era vista como um elemento atuante na sociedade política ou pelo menos, na vida pública ou espaço urbano. O intelectual era o elemento pensante de suma importância para construção dos parâmetros de cultura e política de uma sociedade como a do período imperial brasileiro. Como havia um interesse pela elite que compunha o Estado em se formular e se estabelecer enquanto Nação⁴, os intelectuais eram de grande valia nesse processo, tanto no campo de literatura, como no da geografia, iconografia, teatro e, conforme nossa perspectiva, no da história.

Como o enfoque de nosso trabalho perpassa a produção de João Brígido, que de algum modo ganhou destaque entre seus pares, transpondo um crivo que a distinguisse dentre outras também produzidas nestes entremeios sociais da Fortaleza do século XIX, tornou-se fundamental para nós que discutíssemos, de algum modo, parte da construção desse “intelectual”, assim como os elementos que servissem como definição pra tal categoria, os significados simbólicos e políticos de ser um intelectual no século XIX (e até mesmo, os elos perdidos e mantidos entre esses e os intelectuais do século XXI). A partir dessa discussão, passamos a entender “intelectual” enquanto elemento de “identificação”, parte do processo de construção de uma “identidade”⁵, mas que se constitui inicialmente “a partir do reconhecimento de alguma origem em

⁴ Esses parâmetros de construção de valores e perspectivas de escrita da história do Brasil, como foi citado anteriormente, teve o IHGB como o principal espaço de discussão, por mais que nas primeiras décadas, o *metier* desses historiadores estivesse relacionado com os modo de não deveriam agir esses profissionais. Para Cunha Barboza por exemplo, era a hora de ressuscitar o passado já que esse processo estaria relacionado com a uma ideia de unificação da Nação como um todo e a “Historia” de todas as províncias se conectariam, formando assim uma só. Para mais, cf. CEZAR, 2004.

⁵ Para reflexões mais amplas do conceito cf. HALL, Stuart in SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. 10ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011 e HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL in SILVA, 2011, p. 106).

A conexão entre o conceito de “intelectual” e a construção de uma “identidade” acaba por mostrar-se pertinente quando entendemos que esse processo é diretamente relacionado ao identificar-se enquanto intelectual e com isso reconhecer o outro enquanto de um mesmo grupo ou como elemento externo a essa identificação, tema central de nosso segundo capítulo, denominado *Escritos como elementos de Identificação Intelectual em João Brígido*.

No caso de João Brígido, exploramos essa relação no primeiro tópico do segundo capítulo, denominado *João Brígido e seus pares: intelectualidade e identificação*, ao situarmos a posição de João Brígido enquanto sujeito que se identifica e é identificado a essa intelectualidade dentro de algumas instituições devido aos seus textos, que serviram na construção dessa identidade, de modo geral. Nossa discussão baseia-se em dois elementos-chave constituidores de uma identidade nesse aspecto em específico: a diferença e o reconhecimento. A partir desses dois elementos, apontamos para a importância da construção dos textos para esse filo da sociedade local e nacional, a intelectualidade.

Um dos principais elementos definidores dessa categoria identitária é justamente a transmissão e o modo como se transmite as ideias desenvolvidas ou absorvidas. Mostrou-se plausível assim, caminharmos pelos textos produzidos por João Brígido para compreender sua visão de passado e daí, percebemos o reconhecimento entre seus pares.

Denominado *Trajetória de Textos como elemento de identificação intelectual*, no segundo tópico de nosso segundo capítulo, chamamos a atenção para os caminhos que alguns textos fizeram, tendo em vista os locais de publicação, a recorrência de suas aparições e as mudanças pelas quais estes passaram. A republicação de alguns textos revelou-nos vestígios de alguns momentos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento dessa identidade intelectual em João Brígido.

Situar os textos publicados com essa perspectiva e apresentá-los como elementos de formação da própria identidade intelectual que se analisa,

tornou-se para nós o caminho mais claro (e mais árduo) na elaboração não de uma biografia, mas de um estudo sobre a relevância de determinados eventos que influenciaram o estabelecimento da identidade de João Brígido enquanto produtor de narrativas do passado, assim como algo que auxiliasse na compreensão de uma trajetória dos textos, que aponte até a definição de sua última data de publicação em vida desse autor.

Foram analisadas as obras *Ceará – homens e fatos* (1919), *Miscellanea Historica...* (1989), os dois *Resumos Cronológicos: Para as Escolas públicas* (1885) e *Resumo Chronologico* (1887), *Ceará – Lado Cômico* (1900), além das crônicas publicadas em periódicos, discutindo assim a postura de “polígrafo”, definida por Jader de Carvalho (1969), a respeito da produção de João Brígido.

No terceiro tópico, denominado *Intelectuais em debate: uma questão de identificação*, dedicamo-nos a dois aspectos que consideramos fundamentais na intelectualidade enquanto construção identitária: as críticas e os lugares de pertencimento.

Sobre as críticas formuladas nos meios intelectuais a respeito da escrita de João Brígido, já que autores como José Honório Rodrigues e Ivone Cordeiro Barbosa consideravam sua obra como algo de desigual qualidade e de fontes duvidosas, alguns elementos mostraram-se relevantes, principalmente quando essas críticas foram construídas através de elogios proferidos em alguns casos. Assim, não é apenas na crítica ferrenha que são encontrados traços da relação entre esses intelectuais, mas na construção do elogio que traz consigo uma crítica, revelando aspectos dessas tensões envolvendo os grupos intelectuais e seus membros.

Ainda nesse tópico, analisamos os lugares de pertencimento e de atuação, nos quais os textos por João Brígido foram publicados, ou onde são citados, juntamente com o autor. A ideia foi partir para além dos espaços físicos para chegarmos, de forma mais aprofundada, às relações construídas pelo autor em locais de atuação como a revista do Instituto do Ceará, a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os jornais *Unitário* e *Fraternidade*. Cada periódico foi pensado como um meio de circulação de ideias construídas dentro

de seus respectivos grupos, ou seja historiógrafos e historiadores locais ou do Império, políticos e/ou maçons.

Para o terceiro capítulo, temos como base de sua formulação o conceito de “estilo” para melhor elucidar a respeito da produção de narrativas históricas de João Brígido, discutindo assim a questão da escrita e uma série de elementos que estão entranhados ao ato. A questão do estilo também se insere na perspectiva de perceber como era elaborada essa produção, dentro das escolhas do autor de como fazer esses textos e livros chegarem aos seus leitores, independente do formato.

Para tratarmos dessa representação de uma visão de mundo construída a partir dos textos de João Brígido em sua descontinuidade e discordância, tentamos separar esses dois elementos entrelaçados, conteúdo e forma, para uma melhor compreensão deles, dividindo o terceiro capítulo em quatro tópicos: *Do Estilo: o caso de João Brígido*, *Aspectos da Forma: para além do mero ornamento* e *Apontamentos sobre o Conteúdo: aquilo que transforma e complementa a forma*.

No primeiro tópico, apresentamos o conceito e as formas de análise que nos parecem relevantes dentro da escrita de João Brígido. A discussão aqui proposta perpassa momentos próprios da escrita da História no período de estudo, para que, a partir desse balanço bibliográfico, situemos nosso objeto (as narrativas históricas de João Brígido) em suas nuances de aspectos próprios, assim como nas apropriações, sob o auspício do conceito “estilo”, analisado por Peter Gay.

Em *Aspectos da Forma: para além do mero ornamento*, apresentamos os formatos escolhidos para a produção de narrativas sobre o passado em João Brígido: Estudos Históricos, Efemérides, Crônicas Históricas e Biografias. Cada um desses formatos traz modos de escrever diferentes ligados diretamente ou não às fontes consultadas e aos locais de sua publicação. Contudo, nossa análise se prende à preferência de João Brígido por alguns deles, que transparecem – as biografias, por exemplo, tendo inclusive dois textos autobiográficos –, e mostram muito do que seria a visão de História defendida por ele. Olhar as biografias serviu-nos de base para discutir não só a questão da construção social de textos nesse formato no século XIX, dentro da perspectiva

historicista de se retratar a vida de sujeitos considerados relevantes historicamente, mas também para debater, como nossa metodologia de trabalho, a escrita de João Brígido sobre o passado a partir do presente e a escrita sobre ele próprio.

No terceiro tópico, *Apontamentos sobre o Conteúdo: aquilo que transforma e complementa a forma*, analisamos os temas recorrentes na produção de João Brígido, assim como as temáticas que, mesmo com a proximidade das escolhidas, foram descartadas ou não desenvolvidas por ele. Nas escolhas desses temas desenvolvidos que foi possível apontar a visão de “passado”, “história” e até mesmo, de “presente” desse autor, pois em alguns de seus escritos, o contexto da produção e publicação dos textos – assim como as leituras, quando é possível chegar até elas – fazem-se presentes nessas análises do passado.

Esperamos que o resultado de nossa pesquisa aqui apresentado seja de alguma valia nas discussões a respeito de perspectivas como a construção das primeiras narrativas históricas no Ceará do século XIX, no tocante à importância da imprensa desse período para alguns grupos intelectuais ou mesmo sobre a escrita como elemento definidor do passado, ainda que atrelada à contemporaneidade de quem escreve sobre ele.

CAPÍTULO 1: CULTURA POLÍTICA E JOÃO BRÍGIDO.

1.1. Visão de política e atuação:

Cultura política no Segundo Reinado e na Primeira República.

A discussão aqui desenvolvida parte do conceito de “Cultura Política”, desenvolvido por Serge Bernstein, presente no livro de Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux, no qual é entendida como “uma espécie de código e conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” (BERSTEIN in RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 350).

Este conceito surgiu de uma releitura das Ciências Políticas e do diálogo entre antropólogos e historiadores da década de 1990, quando se estabeleceu uma ramificação no campo histórico denominado de História Cultural da Política. A partir dos diálogos desse período, estabeleceu-se que a análise da “Cultura Política” de um determinado período e lugar estaria relacionada a compreensão de um domínio de códigos culturais e o uso e apropriação que determinados grupos fazem deles, fazendo-os circular. Esse conceito pode, ainda, ser analisado como a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população. (BERSTEIN in RIOUX; SIRINELLI, 1998)

Analisar o posicionamento desses grupos políticos no Sudeste do Brasil e no Ceará, durante o Segundo Reinado e nos primeiros anos da Primeira República, facilitou a compreensão não só do olhar de João Brígido para a formação desses grupos, mas também a sua atuação direta e indireta nesses momentos.

Regressemos um pouco para podermos observar melhor o quadro geral que aqui tentamos analisar e partimos para suas narrativas históricas, na tentativa de compreender a visão de Brígido sobre o fazer política no Ceará, durante a década de 1880. Observemos o conceito de “partido político” que foi alvo de análise por parte do autor em questão no texto “Genealogia dos Partidos

no Ceará”, publicado inicialmente em 1889, na coletânea *Miscellanea Histórica ou Collecção de diversos escriptos de J. Brígido*.

De imediato, João Brígido define as fronteiras das origens dos partidos políticos no Ceará, alegando que seria impossível existirem “partidos” antes de 1817, quando aconteceu a Revolução Pernambucana, pois este termo “figurava nas devassas como significativa de resistencia, motim, turbulencia, etc... e não estava em muita segurança quem era acusado de – *andar em partidos*” (BRÍGIDO, 2009, p. 83). A partir dessa delimitação, o autor aponta as principais famílias políticas que se estabeleceram no Ceará no decorrer do século XIX, nas quais podemos reconhecer alguns dos códigos partilhados, seja pelos acordos políticos feitos entre si, seja por uma perspectiva de violência utilizada.

Além desses aspectos presentes no texto, há também um indício de como se processava essa “cultura política” na qual João Brígido se inseria. Como toda escrita é também uma escrita de si e há uma intencionalidade por parte desse autor em se perpetuar como um grande nome da política e das letras no Ceará, ao tratar da formação do que o autor entendia como primeiro partido político em 1817, na região Sul do Ceará, em reflexo do processo que ficou conhecido como *Revolução dos Padres* (SIQUEIRA, 2009), que vinha se desenvolvendo em Pernambuco, João Brígido aponta como destaque Manoel Brígido dos Santos dentre os envolvidos, um elogio direcionado ao avô paterno do autor. Ao situar um ascendente direto seu como um dos “mais notáveis”, João Brígido legitima sua posição nos meios políticos, através dessa apropriação, deixando vestígios de como se processaria o que foi chamado por Serge Bernstein (BERSTEIN in RIOUX; SIRINELLI, 1998) como “cultura política”.

Parece-nos imprescindível pontuar que essa “cultura política”, perpassa aquilo que movimentos sociais e políticos carregam especificamente, mesmo que muitas vezes de forma contraditória. Também se configuraria como a análise dos elementos simbólicos que unem e/ou se opõem a alguns projetos de poder e autoridade no campo político. Contudo, “cultura política” é também perceber a política como uma visão de mundo, como uma postura diante do mundo que transparece nos modos de agir, de falar, de gesticular.

Para compreendermos como se estabeleceram as práticas que compunham a “cultura política” na qual João Brígido estava inserido é necessário que adentremos ao momento de seu estabelecimento, a partir do campo que se construía em todo o Império entre as décadas de 1840 e 1860, período em que João Brígido adentra ao meio jornalístico e, uma vez inserido nesse espaço, inicia suas práticas políticas através de textos, como também, a escrita de suas primeiras narrativas históricas. Acompanhemos o processo, então.

Entre 1840 e 1860, o Império Brasileiro viveu o auge dos bailes nos grandes salões que preenchiam a parte central da cidade do Rio de Janeiro. Esses bailes faziam parte de um processo mais amplo de absorção e re-significação cultural que a elite da Corte importava excessivamente da Europa. Os hábitos e valores oriundos do Velho Continente eram algumas vezes mal interpretados pela ânsia de absorvê-los e acrescentá-los ao cotidiano dessa elite, em uma clara oposição ao caráter rural que marcava a vida para além das principais cidades brasileiras no período.

No caso do centro administrativo e político do Império, o Rio de Janeiro passou por um processo de urbanização de suas principais vias no intuito de situá-lo em uma posição de destaque entre outras cidades do continente americano. O modelo para as transformações era Paris, com seu estilo neoclássico e burguês, mas esse Império nos trópicos carregava ainda uma marca mais profunda e uma grande contradição que era a escravidão. Se por um lado, a Rua do Ouvidor passava por reformas para atender às demandas dessa elite, por outro, havia também uma grande quantidade de escravos de diversos tipos, circulando por essas vias. Devido à questão da escravatura, os espaços passaram a ser controlados, os hábitos deveriam ser vigiados por olhares que imbuídos das regras, determinavam, por exemplo, quem poderia subir nos bondes ou não. O estabelecimento do Segundo Reinado acompanha assim esse jogo de mudanças dos valores e hábitos locais e o crescimento dos bailes é um reflexo disso.

Assim como os bailes, os concertos e as festas marcaram a vida cultural da elite que habitava a Corte e esses sujeitos faziam dessas atividades sociais usos mais profundos do que o entretenimento: o fazer política. Os saraus eram menos literários do que os franceses, pois os literatos locais se utilizavam

muito mais dos cafés e confeitarias para apresentarem seus textos e poesias. Assim, saraus, bailes e concertos serviram como um meio de uma articulação entre rivais políticos – saquaremas e luizas, respectivamente, conservadores e liberais – dentro dessa elite, pois estes deveriam se relacionar publicamente com toda a cordialidade e educação que tais eventos exigiam, com seus elogios contidos e sem maledicência. Esse caráter social era intensificado quando a esses eventos compareciam Suas Majestades, momentos que evidenciavam a importância de tais eventos sociais desse período. (SCHWACZ, 1998)

Durante a década de 1850, o país passou por uma certa estabilidade financeira e um momento de paz vigente que auxiliaram no projeto de formação dos filhos da elite da corte (MATTOS, 1987). A construção da identidade desses sujeitos passava necessariamente pela formação acadêmica, além das titulações e relações pessoais. O título de bacharel ganhava força nesse período e esses sujeitos passaram a substituir os antigos magistrados e militares, dentro do aparelho burocrático, já que a elite nesse momento caracterizava-se, segundo José Murilo de Carvalho (1996, p. 56), como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”.

José Murilo de Carvalho (1996) ainda complementa sua análise, apontando que a própria formação dos filhos dessa elite era restrita no Brasil a algumas poucas faculdades de Direito e Medicina. As faculdades de Direito tinham uma função particular nessa formação intelectual brasileira já que para além dos juristas e advogados, uma grande quantidade de deputados, senadores e diplomatas passaram por elas, mostrando haver uma estreita relação entre essas instituições e o aparelho burocrático do Império. Mesmo com o restrito número de famílias que poderiam bancar a formação superior de seus filhos, a procura intensiva por esse caminho acadêmico, acabou gerando um excedente de bacharéis, assim como uma intensa procura por cargos públicos que eram em número relativamente reduzido.

Uma dos principais destinos dos jovens filhos da elite durante o império era a Faculdade de Direito de São Paulo, uma opção mais acessível que a formação nas faculdades europeias. Funcionando desde o final da década de 1820, essa instituição foi responsável pela formação de diversos bacharéis que, posteriormente, galgariam cargos públicos dentro do aparelho burocrático

imperial. Contudo, complementar aos estudos dentro de sala de aula, a intensa vida acadêmica e suas práticas externas foram de tamanha importância na profissionalização desses estudantes, criando um sujeito condicionado à praxis política e disciplinado para reproduzir os valores dos grupos nos quais estavam inseridos. Essa característica na formação dos bacharéis da Faculdade de Direito do Recife e, principalmente, da Faculdade de Direito de São Paulo foi, segundo Sérgio Adorno (1988), de suma importância para a construção de uma elite ciente dos modos liberais de se ver a sociedade, mas ao mesmo tempo, condizente com os modos de agir do aparelho burocrático quando dentro dele inseridos.

Para Sérgio Adorno (1988), a Faculdade de Direito de São Paulo se constituía como o espaço do bacharelismo liberal por excelência, justamente por essa instituição herdar traços de uma forma de pensamento, na qual a atividade política era dirigida por critérios intelectuais assim como a vida intelectual constituía-se uma atividade potencialmente política. Essa relação entre vida política e vida intelectual era, inclusive, uma marca da ausência de um ensino jurídico concretamente constituído. O autodidatismo, assim como a ausência de produção do conhecimento contrastava com a ideia de que essa instituição seria um dos principais celeiros do “mandarinato imperial dos bacharéis”, mas as práticas nas mais diversas esferas da vida pública, possibilitaram que os filhos da elite imperial ocupassem cargos dentro do aparelho burocrático.

Chegando ao início da década de 1870, Fortaleza passava a viver essas mudanças urbanísticas e políticas em suas vias urbanas e estruturas de funcionamento burocrático devido ao surto exportador de algodão (iniciado na década anterior) que integrou a Província do Ceará, como importadora e exportadora, com a intensificação do uso do porto de Fortaleza na rota de navios europeus. O maior desenvolvimento econômico propiciou à elite local a inserção mais profícua de seus filhos o acesso à educação e formação cujo o destino era em geral a Corte, a Faculdade de Direito de São Paulo e a de Recife.

Muitos eram as obras de pensadores europeus que aportavam na cidade e, assim, a elite de Fortaleza não ficou para trás nesta profusão de ideias que desembarcavam em navios nacionais e internacionais na capital cearense na segunda metade do século XIX e que auxiliava a juventude local em seus

escritos sobre a História, Geografia, Antropologia e Cultura, neste meio intelectual.

As concepções de História desses intelectuais que passaram a coletar fontes nos arquivos locais, nacionais e de fora do País na tentativa de uma produção da história local eram muito diversas. Havia muitos spencerianos que acreditavam na ideia da repetição de fenômenos para se ter um modelo reduzido da análise de uma sociedade, através de um darwinismo voltado ao meio social. Havia, também, seguidores de Hypolite Taine, que defendiam a ideia de uma lei geral que governaria as artes e na qual se desenvolveria a própria moral de uma sociedade. Acrescenta-se a essa concepção o estudo do “momento histórico”, no qual o meio social, atrelado à raça e inserido em uma moralidade iria produzir uma estética: a ideia de “progresso” e “civilização”. A leitura de Henry Thomas Buckle também era cativa a esses homens ilustrados que degustavam, digeriam e produziam suas concepções de História em textos arraigados de ideologias. (OLIVEIRA, 1998)

Outro autor bastante lido por esses grupos intelectuais que despontavam em Fortaleza na década de 1870 era Auguste Comte. Esse pode ser considerado o condensador de todos os discursos anteriores (Spencer, Taine, Buckle) já que trazia em seus textos a perspectiva de que observados pelo método (elementos de Spencer), estabelecidas leis gerais e juntamente com o naturalismo (de Carl von Linné e Buckle), chegar-se-ia ao estado positivo da sociedade. (OLIVEIRA, 1998)

A formação acadêmica dessa elite local já acontecia no Liceu do Ceará desde 1845, período que os filhos de fazendeiros do interior da Província passaram a frequentar com mais intensidade a Capital, capacitando-os para que, posteriormente, viessem a fazer parte da estrutura burocrática do Império, desenvolvendo mais ainda a cultura bacharelesca que marcava os dirigentes da Nação. Daí a importância do Liceu do Ceará diante de um processo de constituição da própria elite local que vivia em 1870 seu auge.

Percebemos até aqui a importância cada vez maior que essa cultura bacharelesca foi tomando durante o Segundo Reinado, mesmo quando nos referimos a regiões geograficamente distantes das áreas mais desenvolvidas até então, pode ser percebida na busca pelos diplomas. O diploma de bacharel era

almejado como ingresso para os cargos públicos do Império, mesmo que por vezes, não fosse apenas o bacharel em Direito que estivesse na disputa por tais cargos. Jovens formados em matemática ou letras também se utilizavam da titulação para galgar um emprego que lhes rendesse proventos com o mínimo esforço possível.

Para além da formação acadêmica, muitas vezes, esses bacharéis passaram a utilizar outros caminhos para se fazerem presentes nos meios intelectuais e políticos. Tanto no Sudeste do País como na Província do Ceará, outro espaço ocupado pelos bacharéis e demais intelectuais do Império foi a imprensa. Se a efervescência intelectual (e assim, também política) ganhara força durante as décadas de 1840 e 1860, a imprensa serviu como um espaço de difusão, discussão e disputas entre esses intelectuais. Segundo, Sérgio Adorno:

A vida acadêmica proporcionou, por assim dizer, um espaço social institucionalizado, porém aberto, de participação e de lutas políticas, as quais se expressaram no teatro, na literatura e, sobre tudo, no jornalismo.

Mais do que isso, as mesmas condições histórico-sociais que presidiam a emergência de uma vida acadêmica dotada de particularidades imprimiram sua marca na formação profissional jurista. A imprensa, enquanto instrumento eficaz de educação cívica e moral, deu vazão e conferiu formas determinadas aos traços que caracterizaram a 'personalidade' do bacharel jurista: atração pelo saber ornamental, culto à erudição, cultivo do intelectualismo.

(ADORNO, 1988, p. 158)

No Ceará, não apenas os bacharéis juristas, como afirma Adorno, mas grande parte da intelectualidade local passou a se apropriar da produção jornalística e construir nesse espaço textos floreados de uma elegância retórica, mas que servissem à postura política defendida, direta ou indiretamente, por seus autores. A escrita, entendida aqui como um ato político, fazia parte de uma cultura política específica de grupos que, mesmo menores em número que os que atuavam na Corte ou em São Paulo, pontuava os modos de agir desses jovens.

Imprensa, academicismo e intelectualidade faziam parte de elementos tão próximos dentre esses jovens que, por exemplo, um dos primeiros grupos de estudos literários e científicos, denominado *Fênix Estudantal*, surgiu a partir da reunião de alguns estudantes na década de 1870 (BARREIRA, 1948,

p. 85), mas décadas antes, já haviam jornais produzidos por alunos de dentro do Liceu do Ceará, como o *Zéfiro*, do final da década de 1840, no qual João Brígido, um das figuras mais participativas da imprensa local começou sua atuação (CARVALHO, 1969, p. 37).

As atividades da imprensa cearense após a década de 1870 foram marcadas por textos permeados de debates cotidianos a respeito de diversos temas e assuntos que, de uma forma ou de outra, faziam parte da sociedade cearense nesse período. De caráter bastante heterogêneo, os grupos que vieram a compor os periódicos cearenses, com mais intensidade, a partir dessa década, eram formados por maçons, cientificistas, positivistas, poetas, liberais, conservadores. Contudo, desde a década de 1850, João Brígido já atuava nos periódicos de Fortaleza e da região do Cariri, no sul do Ceará, antes dos 30 anos⁶.

A formação intelectual de João Brígido aproxima-se de alguns aspectos apresentados até aqui, mas afasta-se de outros, mostrando um pouco do caráter particular que esse sujeito carregava em sua formação. Seu avô paterno, Manoel Brígido dos Santos, era o chefe de uma família abastada e com posses, na Vila Real do Icó, no Cariri, região sul do Ceará, onde ocupou algumas funções no governo durante o Período Regencial e posteriormente, chegou a ser secretário da Câmara Municipal do Icó. A proximidade com o aparelho burocrático e o prestígio que começava a se dar no início do período Imperial à cultura bacharelesca fez com que Manoel Brígido incentivasse a formação acadêmica de seu filho Ignácio Brígido dos Santos, financiando o curso de Direito na Faculdade de Recife, segundo Maria Adelaide Barreto (2005: p. 20-24).

Entretanto, antes de formar-se bacharel em Direito, Ignácio Brígido provavelmente teve suas primeiras letras aprendidas em casa, algo comum na vida escolar da elite brasileira. Essa prática que herdou de seus pais foi reproduzida na criação de seu filho, João Brígido. De fato, uma série de elementos que caracterizam a formação de João Brígido pode ser observada nas práticas e valores experienciados por esses dois ascendentes seus. Podemos citar, por exemplo, o ambiente familiar no qual cresceu Ignácio Brígido.

⁶ João Brígido nasceu em 1829, em São João da Barra, vila que posteriormente foi anexada à Província do Rio de Janeiro.

Nascido em 1800, teve boa parte de sua infância e adolescência voltada para a formação intelectual, mas, ao mesmo tempo, tinha um convívio com cativos e agregados, já que habitava fazendas de cultivos e engenhos. Os valores se misturam e a postura liberal que é apreendida dessa formação acadêmica choca-se com o contato com a escravidão negra, e como a maioria dos filhos dessa elite agrária brasileira, Ignácio Brígido parecia não se incomodar com a utilização desse tipo de mão de obra nas fazendas do pai. Ainda que a tradição local tenha apontado, por mais de um século, os negros e as práticas de escravidão como elementos que pouco faziam parte da formação da população e dos hábitos locais, discussões muitas vezes sublimadas pelo axioma “não existe negros no Ceará”, a não historicização desses sujeitos (juntamente com a associação entre “negros” e “escravidão”⁷), bem como a naturalização desse discurso já fazia parte dos modos de viver da elite brasileira.

Mesmo seu pai tendo naturalizado esse discurso, João Brígido define-se, em seus textos, contrário à manutenção da escravidão, mas ainda assim, não é um dos nomes do movimento abolicionista no Ceará que ganhara força na década de 1870, apesar de considerado mentor de um dos principais grupos que militavam por tal causa, como veremos posteriormente. Essa postura o aproximava da maior parte dos acadêmicos brasileiros de meados do século XIX, na qual a aproximação entre seus interesses particulares e os do governo, faziam-nos declararem-se favoráveis a determinadas causas, uma conduta arrivista que, posteriormente, ganharia força e expandir-se-ia até os cidadãos comuns, como afirmou Nicolau Sevcenko (1999).

Assim como seu pai, João Brígido também teve contato com as primeiras letras em casa. A valorização de uma formação acadêmica e uma educação esmerada parecia ser uma constante na família Brígido, provavelmente por perceber que esse caminho poderia levar para mais próximo dos cargos públicos e (de certa forma, estáveis) do Império. O processo de escolarização de João Brígido iniciou-se quando a família residia em Icó (vila localizada na região Sul da Província do Ceará), já que o seu pai, Ignácio Brígido, após concluir o curso de Direito na Faculdade de Recife, teve de se deslocar para a Corte em 1826, para resolver pendências referentes a negócios de

⁷ Para uma leitura mais profunda a respeito da questão negra no Ceará, cf. FUNES in SOUZA, 2002a.

Manoel Brígido, seu pai. Na região de Cantagalo (Província do Espírito Santo), Ignácio conheceu sua futura esposa e contraiu matrimônio, passando a residir em São João da Barra, vila da então província do Espírito Santo e região marcada pela intensa imigração para as fazendas do cultivo de café e de cana-de-açúcar. Com o nascimento de João Brígido, seu segundo filho, a família retornou ao Ceará, estabelecendo-se na vila do Icó, em 1831. (BARRETO, 2005)

Uma vez estabelecidos no Icó, sua região de origem, Ignácio Brígido começou a atuar como advogado pelas diversas comarcas do sertão cearense, tanto que, posteriormente, acabou por residir em várias dessas localidades. Guilherme Studart (1913), no verbete dedicado a Ignácio Brígido, em seu *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*, afirma que este foi escrivão de ofício já no fim da vida, em Santa Cruz de Uruburetama, o único cargo público citado. Essa pouca participação em cargos públicos por parte do pai, juntamente com uma atuação muito mais como advogado em diversas localidades pelo interior da Província do Ceará, parece ter influenciado sensivelmente João Brígido quanto aos modos de atuação dentre as esferas públicas.

Como citamos anteriormente, as primeiras letras de João Brígido foram aprendidas em casa e, posteriormente, ele se tornou aluno do Liceu do Ceará, em meados da década de 1840, quando a família mudou-se para a capital da Província, Fortaleza. Ao concluir seus estudos nessa instituição, já tendo sido apresentado às práticas da imprensa, João Brígido passou a atuar nesse meio, mas houve nesse momento uma confluência de modos de agir enquanto sujeito público. A graduação no Liceu do Ceará permitiu que ele se tornasse professor em Barbalha, vila do Cariri, e, posteriormente, do próprio Liceu do Ceará, em Fortaleza. Contudo, a proximidade com o pai, que lhe ensinou algumas das nuances do ofício, permitiu que passasse a atuar como advogado de rábula, título dado aos sujeitos que exerciam a advocacia pelas Comarcas do Interior no século XIX sem ter a titulação de bacharel em Direito. Assim, no fim da década de 1850, antes dos 30 anos, João Brígido atuava em quatro “frentes”: enquanto sujeito político, era professor (de latim e de geografia), advogado, jornalista e havia escrito o texto que lhe renderia o convite para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O jornal *Araripe* foi o principal veiculador de seus textos na região sul do Ceará. Durante a década de 1850, era a partir deste que Brígido se articulava, defendia seus interesses e atacava seus desafetos. O ataque, inclusive, foi um de suas principais armas contra adversários políticos e esses não foram poucos. Saindo aos sábados, o periódico mantinha uma linha editorial política e desde seu primeiro número, em 7 de julho de 1855, já se construía um discurso de defesa ante a “doestos e calumnias”, elementos percebidos no editorial de seu primeiro número:

[...] a ignorancia como um negro véo se estende sobre nosso ameno paiz, seo povo alias cheio de vida e rico de esperanças, è victima de erros, de velhos prejuísos, e de uma educação talhada à idade media, que offusca muitas vezes sua rasaõ.

E ainda complementa, explicitando a função que esse periódico acreditava carregar:

Parece-nos que esse escabroso terreno deve ser aplainado, para que alguém mais felis, a quem a providencia tiver doado forças sobre elle erija o edificio da felicidade e grandesa publica.

Quem fisesse morigerar nossa população. Fasendo lhe tomar gosto pela leitura, faria o maior dos bens. Felismente a empresa é facil. Já contamos habeis pennas, alguns espíritos fecundos, e, si nosso convite for acceito, nossos votos correspondidos, em breve a facilitaremos a nossos comarcaõs, e visinhos.

(O Araripe, 1855, p.1)

Figurando entre os editores do jornal, João Brígido passou a participar das discussões políticas da região.

Contendas, inclusive envolvendo João Brígido, não são difíceis de achar nesse periódico. Em 1857, por exemplo, foram publicados dois textos defendendo Brígido por não ter sido permitido a ele, através de uma carta, o acesso à Câmara Municipal de Barbalha. Apesar da assinatura dessa carta ser dada como falsa por aquele cujo o nome constava, os redatores do *Araripe* não puderam deixar passar a oportunidade e atacar seus rivais políticos, Antonio Joaquim Rodrigues Jr e o vigário Pedro José de Castro e Silva, líderes da Câmara.

Na década de 1860, voltando a residir em Fortaleza, João Brígido passou a ser um dos nomes mais presentes entre os jornais e foi nesse meio que ele angariou maior força política, principalmente com a chegada da década

seguinte e uma geração que marcaria a produção científica, literária e os modos de se fazer política na Província do Ceará. A chamada “Mocidade Cearense” despontava na década de 1870 com nomes que posteriormente viriam a fazer parte de importantes movimentos políticos, científicos e literários da década seguinte.

Como apontamos anteriormente, a segunda metade do século XIX é marcada por um avanço econômico que, juntamente com uma certa mudança de mentalidade, propiciou aos jovens filhos da elite local o acesso a uma formação acadêmico-intelectual. Mais precisamente na década de 1870, muitos dos rebentos da elite cearense passaram a frequentar cursos secundários nas instituições locais de ensino, mas havia uma predileção pelo ensino particular em detrimento do Liceu devido à maior extensão do curso do último, além do fato deste não ser autorizado a emitir diplomas de bacharel em Letras. Some-se a isso o fato de o Atheneu Cearense contar, desde a sua inauguração em 1863, com um regime de internato, algo que lhe propiciou uma maior amplitude da clientela, principalmente dos que vinham do Interior, e teremos aqui o principal destino dos filhos dessa elite.

Tendo o Atheneu Cearense como primeiro universo cultural em que foram inseridos, os jovens da geração de 1870 tiveram em sua formação marcas que levariam para além dos muros do colégio. Primeiramente, as leituras feitas dentro desse espaço não só construíram referenciais cientificistas nesses estudantes, mas também os levaram a olhar a própria sociedade em que estavam inseridos sob esse prisma. Contudo, há nuances mais sutis na formação desses alunos que não podem nos escapar. As divisões por faixa etária, com pouco contato entre grupos etários diferentes, e as exigências da instituição, com suas entregas de medalhas aos destaques, foram fundamentais para estabelecer nesses jovens uma obediência disciplinada. Essa postura vai intensificar a relação de grupo que esses sujeitos tinham entre si, já que lhes era permitida a organização de grupos de estudo e este seria mais um elemento de certos laços de solidariedade e de debate intelectual, mesmo após concluírem o curso secundário. (OLIVEIRA in SOUZA, 2002c)

Essas afinidades intelectuais e sociais entre esses estudantes foram fundamentais na interação entre eles na década seguinte, ao participarem de

movimentos intelectuais e políticos, locais e nacionais, especialmente após a seca 1877-80. O fim desse período de estiagem e a necessidade de se reestruturar e reconstruir a Província a partir das marcas e ruínas deixadas pela seca foram de extrema importância para que esses sujeitos passassem a atuar mais incisivamente na sociedade e não só nas academias. É na década de 1880 que as discussões sobre a abolição da escravidão, surgem como uma forma de combater a “atrofia da sociedade”⁸.

Havia ainda outro elemento importante na formação escolar desses alunos da década de 1870: por trás do ensino das disciplinas clássicas, havia uma introjeção de práticas culturais europeias que justificavam uma hierarquia social plenamente solidificada e isso se dava através do estudo de autores como Taine, Buckle, Spencer e Comte, como citamos anteriormente. A Academia Francesa, fundada em 1871, grupo de discussão de leituras e debates, organizado na casa de Rocha Lima é um dos principais exemplos da manifestação espontânea desses jovens. Esse grupo também promovia ações públicas, nas quais os temas e textos que eram previamente discutidos, viraram conferências destinadas ao proletariado, denominadas “Escola Popular”, evidenciando a atuação educativa desse movimento intelectual. Nomes como Capistrano de Abreu, Thomás Pompeu Filho, João Lopes Ferreira e, o já citado, Rocha Lima foram alguns dos que participaram do grupo até encerrar suas atividades em 1875.

A ação desses jovens intelectuais na década de 1870 não ficava, contudo, restrita às conferências da “Escola Popular”. Discutimos em um momento anterior que formação acadêmica e imprensa eram meios de ação próximos da intelectualidade que se articulava no Rio de Janeiro e em São Paulo durante o Segundo Reinado. Em Fortaleza essa também era uma prática comum. Se tomarmos como exemplo a própria Academia Francesa, veremos que nas leituras que faziam (e principalmente, nas conferências que ministravam) seus membros tinham uma postura anticlerical, algo que causou uma reação por parte da Igreja e que gerou intensos debates e ataques entre a

⁸ Em seu *Ensaio e estudos* de 1931, Capistrano de Abreu define essa “atrofia” pela qual passava a sociedade brasileira como se estivesse em um estado de catalepsia, estagnada apenas podendo observar o progresso passar. Apontando o meio e o clima como elementos que legitimariam a inaptidão natural do povo brasileiro ao trabalho e somando-se a isso a pouca valorização do trabalho, não haveria como a civilização se fazer presente, daí a atrofia do progresso brasileiro.

Tribuna Católica, periódico católico, e o *Fraternidade*, jornal maçom local, no qual Rocha Lima, João Lopes e Thomás Pompeu Filho participavam com seus textos, como apontou Capistrano de Abreu (1931).

A relação entre a imprensa e a Academia Francesa acabou desencadeando um processo mais amplo, relacionado à chamada “Mocidade Cearense”, como indica Almir Leal de Oliveira:

Através destas atividades, estabeleceu-se no Ceará o início de um sistema de referências modernas para a geração de 1870, aglutinando setores como a imprensa local. As questões científicas discutidas vincularam-se às questões dos intelectuais na vida social da província no final do século XIX.
(OLIVEIRA in SOUZA, 2002c, p. 38)

Dentre os que fizeram parte do grupo que escrevia para o *Fraternidade* estava João Brígido, também atuando como editor e apontado pelos rivais do *Tribuna Católica* (1874, p. 2) como mentor desses jovens que passariam a ter espaço nas discussões e atuações políticas da década de 1880⁹. Ao final dessa década, duas questões merecem destaque pela importância política e econômica: a abolição da escravidão e a instauração de um governo republicano.

Parte dessa geração seria responsável, em 25 de março de 1884, pela abolição da escravidão no Ceará, primeira Província do Império a realizar tal feito. O processo que resultou na libertação dos cativos no Ceará iniciou-se com as discussões entre esses jovens que viam na manutenção escravista uma atrofia e um entrave à modernidade que almejavam para a sociedade. Esses debates sobre a causa abolicionista foram, posteriormente, levados aos periódicos e a imprensa passa, mais uma vez, a ser utilizada em defesa de uma causa política.

Várias organizações defensores da causa negra eclodiram pelo País e a principal delas no Ceará foi a Sociedade Libertadora Cearense (SLC), sendo seguida por outras, em vários municípios da Província, que passaram a utilizar-se do modelo desta em sua atuação. Tendo o jornal *Libertador*, fundado em

⁹ Rocha Lima faleceu aos 26 anos, em 1878, não chegando a vivenciar as mesmas experiências de seus pares na década seguinte.

1888, como principal meio de difusão das discussões que ocorriam em suas reuniões, a SLC defendia desde sua criação o fim do escravismo, pontuado por uma influência liberal.

Na edição do *Libertador* de 19 de julho de 1881, encontramos um texto que nos chamou a atenção, denominado “Hontem e hoje”. Nesse artigo, seus editores posicionavam-se contra um dos redatores de outro periódico, o *Gazeta do Norte*, que era correspondente do *Jornal do Commercio*, cuja sede era na Corte, e servia de resposta a outros textos escritos por tal redator. Sobre o “hontem”, “um libertador intransigente” que assina o texto fala sobre um elogio tecido por tal redator anteriormente. Observemos:

No seu dizer, esta associação reunia os moços das melhores famílias da provincia, continha pessoal de elite, e recommendava-se á veneração publica pelo denôdo com que extinguiu no Ceará o elemento servil.

Tão nobre quão heroica era a attitude da sociedade, que nem o governo lhe creava embaraços á sua marcha.

Esta correspondência foi lida em sessão da <<Sociedade Libertadora Cearense>> e alguns sócios opinaram que fosse transcripta no Libertador

Contudo, ainda no texto, seu autor afirma que alguns membros receberam com parcimônia tal elogio, talvez por conhecerem tal redator. E estavam certos, pois que, o elogio de “hontem” transformou-se no ataque de “hoje”:

Hoje o mesmo correspondente do Jornal do Commercio e redactor da Gazeta do Norte diz exactamente o contrario.

<<A Sociedade Cearense Libertadora é um grupo de energúmenos, uma patacotada irrisória, uma corja de difamadores dos sentimentos Cearenses. etc, etc.>>

O que se responde a isto? Nada.

Quem *hontem e hoje* escreveu o pro e o contra na mesma causa – foi João Brígido dos Santos.

(Libertador, 1881, p. 1)

Se entendermos a luta pela liberação dos escravos a partir de um viés econômico e do contexto sócio-político em que o Brasil estava inserido nesse momento, principalmente pelas relações estreitas com a Inglaterra, percebemos que há uma articulação aproximada entre essa causa e o movimento republicano, principalmente no que diz respeito aos chamados “republicanos de última hora”.

Como apontamos anteriormente, mais importante que as causas abraçadas por esses bacharéis e intelectuais que se aproximavam do aparelho burocrático, era a defesa de interesses de membros da elite e com isso a possibilidade de galgar mais facilmente um espaço dentro do governo. João Brígido declarou-se, em sua autobiografia de 1899, um defensor da abolição de cativos desde o início do movimento, alegando que ele mesmo o fizera quando foi assinada a libertação. Contudo, não é de se estranhar a resposta no texto de 1881 no *Libertador* e o ataque a João Brígido, considerando que sua trajetória política sempre esteve ligada às movimentações da família Pompeu e, particularmente, à oligarquia de Nogueira Accioly. Esses dois grupos sempre mantiveram seus interesses à frente de qualquer relação com o Estado, seja durante o Segundo Reinado ou com o advento do Regime Republicano. Os Pompeus tinham Thomás Pompeu de Sousa Brasil como o mais atuante membro dessa oligarquia, tendo exercido o cargo vitalício de Senador do Império desde 1864. Sua articulação política, entretanto vinha de décadas anteriores, quando já no Partido Liberal, assumia a presidência desse.

Bacharel em Direito, o Senador Pompeu é mais um exemplo de sujeitos que a partir da formação (e no seu caso, da articulação política familiar), conseguiu adentrar ao aparelho burocrático, no qual buscou se manter até o fim da vida, tendo ainda feito parte de instituições científicas, literárias e intelectuais, como o Instituto do Ceará, a Sociedade Literária 11 de Agosto e o Liceu do Ceará. (STUDART, 1913)

A proximidade entre João Brígido e o Senador Pompeu era grande, assim como também ocorria entre Brígido e o filho de Pompeu, como citamos anteriormente. Essa proximidade manteve-se com o casamento da filha do Senador Pompeu com Nogueira Accioly, evento que alicerçou de vez este último na vida política do Ceará, na qual já vinha atuando desde o final da década de 1860. Nogueira Accioly é, inclusive, mais um exemplo do acesso facilitado ao poder pela influência familiar e a formação acadêmica de bacharel em Direito.

Por essas duas oligarquias estarem durante o Segundo Reinado no poder, geralmente posicionavam-se a favor da Coroa, mas sempre que seus interesses poderiam ser ameaçados, mudavam sua postura sem qualquer embaraço moral. Um exemplo disso é o fato de Nogueira Accioly não ter se

pronunciado contra a libertação dos escravos. Aliás, as formas de libertação nos quatro anos entre 1884 e 1888 envolviam ônus, muitas vezes, nas quais governo, sociedade libertadora ou o próprio escravo pagava por sua liberdade. Essa postura foi algo que motivou parte da elite a assinar as manumissões de seus cativos, tentando assim manter a garantia de não perder o seu investimento. Há ainda outro elemento importante nesse processo: uma vez liberto, o ex-escravo passava a ficar subordinado a uma série de medidas controladoras, que reforçavam um distanciamento social e político desse sujeito (FUNES in SOUZA, 2002a). Afinal, a década de 1880 é marcada também por todo um aparato de reformas urbanas que visavam controlar sujeitos e seus corpos, na busca por uma modernidade almejada.

Chama-nos atenção nesse período, a postura de Nogueira Accioly no processo de instauração do Regime Republicano no Ceará. Vice-Presidente do Ceará desde 1884, Nogueira Accioly conseguiu construir sua articulação para ocupar uma das cadeiras vitalícias do Senado do Império, quando foi nomeado em 25 de outubro de 1889. Por conta da mobilização dos cafeicultores, intelectuais da Corte e militares, principalmente pela influência de Benjamin Constant na Escola Militar, caía o Império em 15 de novembro do mesmo ano, fazendo com que Nogueira Accioly nem chegasse a assumir tal cargo.

A mudança de regime não o impediu de se articular novamente e ingressar no novo aparelho burocrático que se almejava construir. João Brígido acompanha esse processo como advogado de Nogueira Accioly e mantém uma postura de valorização da República, mesmo tendo se declarado monarquista até a alternância de regimes. Estes são dois exemplos dos chamados “republicanos de última hora”, que viram no novo regime uma nova possibilidade de atuação que, nesse caso, ajudaria a perpetuar os interesses da Oligarquia liderada por Nogueira Accioly, mantendo-a no poder. Não por acaso, em 1892, já ocupava o cargo de Presidente do Estado do Ceará, sendo reeleito e se mantendo até 1900.

Esses dois primeiros mandatos de Accioly foram marcados pelo nepotismo e pelas fraudes eleitorais, garantindo a seus parceiros políticos o acesso e manutenção dentro da máquina do Estado. Com a eleição de Campos Sales para o cargo de Presidente da República, em 1898, houve uma

aproximação entre poder Estadual e Federal, assegurando a manutenção da chamada “Política dos Governadores”, prática que deu a Nogueira Accioly uma visibilidade e notoriedade nacional, além de privilégios que eram passados aos seus apaniguados, estreitando os laços entre ele e os seus.

O poder político de Nogueira Accioly era tão forte que conseguiu eleger o candidato para sucedê-lo e Pedro Borges tornava-se então Presidente do Estado do Ceará, em 1902. Quatro anos depois, Nogueira Accioly volta ao posto de Presidente do Estado. Antes, no final de 1903 e início do ano seguinte, vários políticos ligados à oligarquia rompem os laços com Accioly devido a uma atitude política na qual ele privilegiava familiares na escolha de funcionários que ocupariam o aparelho burocrático. Sem espaço na máquina estatal, muitos partiram para a crítica e a oposição a seu governo e suas posturas.

Em abril de 1903, João Brígido fundava *Unitário*, periódico político que ficou conhecido como um dos mais pungentes instrumentos de crítica ao governo e à oligarquia de Nogueira Accioly. Durante o ano de 1903, essas críticas não são diretas, caracterizando-se pela amenidade, mas, após a publicação do texto “Adeus, adeus” em 7 de janeiro de 1904, quando Brígido rompe abertamente sua aliança com Accioly, essas críticas passariam a ser mais ferrenhas. Utilizando-se da violenta oposição do governo diante dos catraieiros que fomentavam a greve da categoria no cais do Porto nesse período, Brígido passa a criticar o poderio do exacerbado de Accioly, a concentração de riquezas em torno de sua figura, além dos privilégios que apenas parentes e políticos mais próximos tinham, durante sua oligarquia.

No texto publicado no *Unitário*, em 7 de Janeiro de 1904, João Brígido afirma:

A República recusou-me o obséquio de dar publicidade a algumas linhas, que, pela última vez, lhe dirigia.

Pedia-lhe que me servisse de órgão, na declaração que eu fazia, de que, de ora em diante, não seria arte de nenhuma communhão política, quw tivesse por chefe o senho Senador Accioly, com quem tenho andado na política do Ceara, desde 1866, quando S. Exc. deixara o Partido Conservador, e viera reunir-se aos que combatião sob a chefia do sempre lembrado Senador Pompeu.

Nenhum motivo de interesse pessoal, alias me expondo a mil perigos, me induziu a este passo.

Cedi a um impulso do coração no momento angustioso, em que a população de Fortaleza se acercava de

mim, pedindo-me socorro de minha autoridade moral contra a furia assassina da tropa estadual.
(Unitário, 1904, p. 1)

Temos o rompimento de Brígido com as práticas de governo do então Senador Accioly, assim com o desligamento total com o principal periódico vinculado ao governo, o jornal A República. Foi a partir desse momento que João Brígido passa a ser visto como um dos principais articuladores da oposição à oligarquia Accioly e, ainda que se utilizando das dores dos que sofriam com a intervenção violenta das tropas do governo, seus textos mais se preocupavam com ataques ao Senador e seus correligionários e muito menos aos interesses dos grevistas¹⁰.

A historiografia local, principalmente no final do século XX, acabou por apontar João Brígido como um dos principais e mais ferrenhos opositores da oligarquia acciolina¹¹, contudo, ficou-nos claro em nossa pesquisa que seria necessário pontuar o posicionamento anterior desse sujeito, quando ainda apoiador da causa de Accioly, inclusive para que não acabássemos, de forma inconsciente, mitificando ou heroizando João Brígido, principalmente por textos como este, encontrado no periódico *Unitário*, em 1905:

[...]O poderoso accioli, que alias sem nenhum proveito e só por muito odio pretende exterminar-me.

Accioli é o homem dessas vigancas, e sempre o aplaudem os que comem o dinheiro do thesouro publico.

[...]

Logo que soube de tanto insulto ate na minha ausencia, a minha sra, que tantas finezas dispendeo com elle, quando não era ainda genro do Pompeu e se abrigava no meu teto, se servindo à minha mesa, eu quis partir...

[...] centenas de facínoras... fartos de benefícios que lhe fiz... à família Pompeu, a qual o sabe o Ceara... me deve as alturas e a soberba em que esta hoje. (*Unitário*, 1905, p. 1)

Assim, a partir da discussão sobre a “Cultura Política” na qual João Brígido estaria inserido, alguns aspectos mostram-se mais claros.

¹⁰ Sobre a Greve dos Catraieiros, cf. MORAIS, 2009.

¹¹ Uma das principais obras da historiografia local publicada nesse período é a coletânea *História do Ceará*, organizada por Simone de Souza, em 1989, e pelo menos em dois desses textos (escritos por João Mendes de Andrade e Virgínia Maria Tavares da Silva) aparece essa mesma visão sobre João Brígido: a de um dos grandes críticos da oligarquia acciolina, porém sem uma exposição clara dessa trajetória anterior ao lado de Accioly que discutimos aqui.

Primeiramente, esse sujeito partilharia em sua formação de uma prática política que valorizava a formação acadêmica (ainda que não tenha se tornado um bacharel), na qual elementos de sua formação e a proximidade com grupos intelectuais e bacharelescos o serviriam como forma de ingressar no aparelho burocrático, seja durante o Império ou durante a República.

Outro aspecto importante é que fica claro que Brígido via na imprensa o principal meio de difusão e embates ante grupos rivais, mas que, ao mesmo tempo, era permeada de interesses pessoais em detrimento ao bem público. Essa prática política, estabelecida principalmente entre as décadas de 1840 e 1860 no Brasil, definiria o posicionamento geral daqueles que adentravam no corpo burocrático na tentativa de se manter no poder o máximo possível. Foi nesse momento histórico que passaram a ser ensaiadas as práticas de uma “cultura política” que levaria a uma aproximação entre Joao Brígido e a elite local, apoiando assim a oligarquia de Nogueira Accioly, até 1903, quando se tornou um dos principais críticos desse político.

1.2. Trajetória de vida em textos: João Brígido e o olhar sobre si

Um dos principais desafios de nosso trabalho foi adentrar as discussões, construções de discursos e interações entre vários intelectuais cearenses durante o século XIX e de, alguma forma, tentar evidenciar como esses sujeitos viam, sentiam e viviam o mundo em que estavam inseridos. No decorrer deste percurso, saltou-nos aos olhos um sujeito que nos parecia exemplificar as práticas e o pensamento destes intelectuais do século XIX, porém, João Brígido tinha uma trajetória relativamente diferenciada de seus pares que nos motivou a esmiuçar sua longínqua obra, para que chegássemos ao sentido que era dado ao mundo por parte desses intelectuais.

Para tanto, buscamos compreender como se dava o universo de discussão dentre esses intelectuais das letras e das escritas da História, já que uma vez que nos ficasse claro o sentido que era dado ao mundo por parte desses sujeitos, os modos como se relacionavam entre si viriam à tona. Assim, elogio, homenagem, crítica, ofensa se entrelaçaram nessa representação do real que tentamos construir para evidenciar afinal, quem era esse sujeito, igual e diferenciado, que perpassava espaços de produção e que publicou textos de meados dos oitocentos até a segunda década do século ulterior. Buscamos entender o sentido que esse sujeito dava ao mundo, o que ele entendia como mundo, mas para isso, precisamos deixar claro o que João Brígido pensava de si mesmo, como se via dentre seus pares e como construiu sua própria representação.

Sandra Pesavento entende representações como construções sociais da realidade realizada através de um mundo paralelo de sinais, como apontaram Marcel Mauss e Émile Durkheim no começo do século XX. A partir de imagens, discursos e práticas que, de algum modo, servem-nos como elementos, se não definidores, qualificadores do mundo, essas representações orientam nossa percepção sobre a realidade (a nossa própria ou a pretérita), daí as discutirmos também como uma presentificação daquilo que não mais faz parte, do que se tornou ausente (PESAVENTO, 2008). A partir dessa discussão, analisamos aqui parte do cotidiano em que João Brígido estava inserido, como também, preocupamo-nos em compreender as representações desenvolvidas por ele em

seus textos sobre o passado nas narrativas históricas e em outras, principalmente nas autobiográficas.

Nesses escritos sobre o passado, constituidores de representações como discursos, João Brígido construiu um imaginário sobre o período monárquico brasileiro na então Província do Ceará¹². Esse sistema de ideias sobre o passado, assim como as representações dele, alicerçaram-se na contemporaneidade, para que pudessem ganhar forma através de um texto escrito quando o “velho Brígido” completava 70 anos em dezembro de 1899, publicado inicialmente no periódico *A República*, mas inserido às pressas no livro *Ceará – Lado Cômico* no mesmo ano. No ano seguinte foi publicado um segundo texto autobiográfico no mesmo periódico e serão esses dois textos dos quais partiremos com nossa análise.

Se nós devemos apresentar o sujeito que produziu textos que nos servem de fonte para nossa pesquisa, mais prudente seria dar voz a ele e deixá-lo apresentar-se:

Hoje, completo 70 annos, e antes que alguém fale disto, falo eu que tenho mais direito. Se é feio ter 70 annos, mais feio será negá-lo.

Nasci na Vila de S. João da Barra, a 3 de dezembro de 1829, dia de S. Francisco Xavier, disse minha santa mãe, e notei no meu primeiro *aidememoire*, quando fazia as primeiras letras. Nasci, portanto, *capixaba*. Logo após uma lei desanexou aquela vila, reunindo-a à Província do Rio de Janeiro. Não protestei, porque mamava.
(BRÍGIDO, 1899, p. V)

Permeado pelo tom pilhérico, esse texto autobiográfico (juntamente com outro, publicado um ano depois), aponta para alguns elementos que se mostram essenciais para a compreensão do imaginário construído por João Brígido sobre os sertões do Ceará como espaço habitado por ele desde os dois anos de idade, evidenciando o sentido que dava ao mundo onde cresceu. Esses textos serão importantes nesse sentido já que recuperam imagens do vivido, evocando uma memória que ele restaura em detrimento a outras para compor sua autobiografia. O jogo de lembrar e esquecer perpassou seus sentidos e

¹² Tratamos como “província”, pois apesar terem sido publicados no fim da primeira década do regime republicano, estes textos autobiográficos tratam de quaisquer momentos pós transição de regimes e tem como os marcos iniciais o nascimento de João Brígido, em 1829, englobando boa parte do período Imperial brasileiro.

encontrou, no centro da construção social que eram suas representações, as sensibilidades que o ajudaram a selecionar e construir suas memórias.

Entendemos aqui sensibilidades como

[...] uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. [...]

Mas, ao mesmo tempo, as sensibilidades correspondem também às manifestações do pensamento ou do espírito, pela qual aquela relação originária é organizada interpretada e traduzida em termos estáveis e contínuos. Esta seria a faceta mediante a qual as sensações se transformam em sentimentos, afetos, estados da alma.

(PESAVENTO in PESAVENTO; LANGUE, 2007, p. 10)

A dor figura assim como elemento conector que perpassa toda sua autobiografia, ainda que sempre tratada com pilhéria e ironia. Aos 70 anos, com uma postura política definida¹³, o autor faz um levantamento dos pontos considerados por ele importantes de sua trajetória de vida e é a partir dessas escolhas, que uma estrutura de sentimentos e sensibilidades começa a tomar forma. Ao racionalizar e por no papel suas experiências escolhidas, João Brígido manifesta também seus sentimentos, descortinando o conhecimento sobre o mundo em que estava inserido, juntamente com as construções mentais fundamentais para o desenvolvimento desse texto.

O registro da chegada de sua família ao Ceará, vindo de São João da Barra, vila capixaba que posteriormente foi anexada à Província do Rio de Janeiro, e a aprendizagem das letras na infância, mostram-nos o espaço social em que estava inserido, além de resquícios do cotidiano que vão se interligando com o passar desse texto de 1899 e é no âmbito diário, ao falar das brincadeiras e das dificuldades quando ainda criança, que ele mostra a imagem de si próprio que intenta construir. A dor é um sentimento constante nesse texto em específico, no qual acaba citando uma grande quantidade de doenças contraídas por ele no decorrer dos anos, relacionando práticas populares de cura e doenças ligadas a endemias que assolavam de tempos em tempos, algumas regiões do sertão do Ceará. Assim, é como se houvesse uma tentativa de humanização desse sujeito, aproximando-o de uma imagem do povo cearense que já vinha sendo desenvolvida ao longo do século XIX, com todo o sofrimento causado à

¹³ Ainda ligado à oligarquia liderada por Nogueira Aciolly, inclusive trabalhando como seu advogado.

população dessa Província pelas intempéries climáticas e sociais da seca, amplamente desenvolvidas pela literatura local¹⁴. Os momentos escolhidos e narrados de sua infância o legitimam como cearense por ter passado pelas dificuldades típicas das famílias que habitam o sertão do Ceará e João Brígido também busca, em seu relato, elementos que o destaquem, inclusive para justificar a escrita de um texto que trate não de um sujeito “comum”, mas diferenciado.

A partir da memória individual, João Brígido reafirmou com suas escolhas um imaginário de dor que a literatura já vinha apontando, como uma memória social estabelecida. Essas reminiscências de si são trabalhadas a partir de rememorações de outros em vários momentos, como no trajeto entre o Rio de Janeiro e Aracati, feito em um pacote, durante o começo do conturbado ano de 1831. A saída do Rio de Janeiro na Noite das Garrafadas; a chegada em Pernambuco, no meio do trajeto em 7 de abril, dia da abdicação de D. Pedro I; os levantes diários; a proximidade com Pinto Madeira que viajou junto no trecho até o Aracati e que virou hóspede de seu pai são elementos que João Brígido traz para sua autobiografia por mais que constituam menos uma lembrança sua e mais algo contado a ele, possivelmente por seus pais (BRÍGIDO, 1899, p. VI-VII). São elementos que denotam o quanto a memória social o ajudou na construção de sua memória individual, tornando possível a construção de um percurso de vida inserido em uma narrativa mais ampla sobre o passado político brasileiro.

Outra tentativa de destaque aparece no texto em questão quando o autor relata que, durante uma brincadeira de infância, na tentativa de refrescar-se do calor do sertão cearense, João Brígido salvou do afogamento quatro pessoas, entre elas, Antônio Vicente Mendes Maciel, que posteriormente ficaria conhecido como Antonio Conselheiro, líder do movimento de Canudos. Poucas são as vezes nessa narrativa em que há uma redução da importância de sua figura enquanto sujeito, mas esse texto autobiográfico precisava ser justificado e dar importância a um evento como esse salvamento é de uma relevância

¹⁴ Sobre a importância da Literatura Cearense na construção de uma perspectiva social e sujeitos locais, ver CARDOSO, Gleudson Passos. *As Republicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904)*. Dissertação de Mestrado em História Social, PUC-SP, 2000. No caso específico de Rodolfo Teófilo, ver VALE NETO, Isac Ferreira do. *Batalhas da memória: a escrita militante de Rodolfo Teófilo*. Dissertação de Mestrado, UFC-CE, 2006.

fundamental na construção de uma imagem que pudesse ser perpetuada na posteridade.

Posteridade essa que chegou para ele e, aos 70 anos, decidiu escrever sua autobiografia, complementada em texto no ano seguinte. Nesse período, João Brígido já era um conhecido jornalista, advogado e cronista, que havia morado em várias vilas do sertão sul do Ceará, grande parte dos do norte, além dos sertões da Paraíba, Rio Grande e Pernambuco e já havia participado de vários periódicos do Interior e da Capital, sempre colecionando seguidores e inimigos. Nesses dois textos autobiográficos publicados no periódico *A República* (1899 e 1900), há o espanto pelo avançado da idade, quase como uma descrença de que viveria para ver o novo século que despontava. Essa longevidade se estendeu por mais de 20 anos ainda, quando morreu nonagenário, em 1921.

Contudo, antes de morrer tentou deixar sua marca, legitimando a presença entre seus pares e ambos os textos autobiográficos são de suma importância para tal realização, pois se há uma distinção entre eles é que o segundo assume um tom ligeiramente mais sério e os feitos parecem mais contundentes. Se a dor dá o tom no texto autobiográfico de 1899, no de 1900, o orgulho pelos feitos ganha força, como quando afirma que “para cada jornal, que surgia no Ceará, escrevia qualquer coisa, ou muita coisa” (BRÍGIDO in CARVALHO, 1969, p. 38), chamando atenção para seu alcance e atuação no meio jornalístico cearense.

Outro momento de elogio a si mesmo escolhido como rememoração surge no texto de 1900 quando trata da escrita de narrativas históricas sobre o Ceará:

A crônica da Província fi-la muito inteira, sendo o primeiro que nela meteu o nariz; primeiro que Théberge, e primeiro que Araripe. Fiz-me sócio do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, matuto ainda e professor primário, isto aos 33 anos, quando essa honra era muito ambicionada pela gente mais letrada do Brasil.

Não só escrevi para sua revista, como enriqueci a sua biblioteca com documentos, os mais preciosos, sobre as antiguidades do Ceará. Vim a demitir-me dessa sociedade; exemplo primeiro, que foi seguido pelo Visconde de Taunay.

Deposto o Imperador, senti-me farto de Araripe, Homem de Melo e outros cultores da verdade Histórica!

(BRÍGIDO in CARVALHO, 1969, p. 38)

Aqui alguns pontos chamam a atenção. Primeiramente o destaque que João Brígido dava a si mesmo como pioneiro na pesquisa e escrita sobre o passado do Ceará, em detrimento a outros dois grandes nomes dessa intelectualidade local: Pedro Théberge e Tristão de Alencar Araripe. Essa posição já fora assumida quando na publicação do livro *Resumo da História do Ceará por João Brígido para uso das escolas primarias*, em 1885. Na primeira parte desse livro, em um texto com o título “advertencia”, João Brígido afirma que naquele momento, começam a se consolidar os primeiros estudos feitos por ele, Théberge, Tomás Pompeu e Araripe, sendo o último apontado por Brígido como o primeiro a desenvolver as primeiras indagações.

Em 1900, o tom é outro. João Brígido se diz farto de Araripe e dos métodos de produção do conhecimento histórico que já se fazia presente há algum tempo nos meios intelectuais, como no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O convite para fazer parte dessa instituição, como citado anteriormente, deu-se graças à publicação de um texto sobre a chegada do elemento branco no Ceará no período Colonial, intitulado inicialmente *Apontamentos para História do Cariri* e publicado tanto nos periódicos do sul do Ceará, como no *Diário de Pernambuco*.

Apesar do mérito em receber o convite para ingressar em tal Instituto, João Brígido pouco escreveu lá dentro, já que encontramos apenas um texto nas revistas do IHGB¹⁵. Mesmo que houvesse mais textos publicados e que porventura nos passaram despercebidos, esse número não seria relevantemente maior. Contudo, Brígido não deixa de registrar sua participação na escrita da revista do Instituto, assegurando assim o destaque que a posição lhe concedia entre seus pares.

Há ainda um outro elemento importante nessa citação para compreender quem era esse sujeito e qual o sentido que o mundo tinha para ele, além de como ele pensava a si próprio. Contudo, retornemos ao primeiro texto, quando o autor afirma que ainda menino, por uma séria moléstia com vômitos,

¹⁵ Além do texto “Povoamento do Ceará” publicado em 1888, constam nos registros um manuscrito e algumas correspondências que foram doadas por João Brígido à biblioteca do IHGB.

seu médico o havia declarado condenado e então encerra: “Escapei, porque tinha que ver a República!” (BRÍGIDO in CARVALHO, 1969, p. 32).

O leitor mais desatento se vinculasse a exaltação de tal fala com o fato desse primeiro texto autobiográfico ter sido publicado justamente no periódico *A República*, dez anos após a mudança do regime, poderia facilmente apontar João Brígido como seu defensor. Apesar de simpatizar com a causa abolicionista¹⁶, Brígido pode ser considerado um dos “republicanos de última hora” como tantos outros que estavam mais preocupados com seus interesses políticos e econômicos. Como já citamos anteriormente, João Brígido tinha uma proximidade muito grande com a oligarquia dominada por Nogueira Accioly (MORAIS, 2009), não se opondo a instauração do novo regime em 1889.

Ainda em relação ao IHGB, João Brígido relaciona sua desfiliação com o fato de estar farto dos “cultores da verdade histórica”, mas há ainda outro detalhe: seu desligamento estava relacionado também à deposição de D. Pedro II. Seu rompimento com a instituição é oficializado em 1891 (Revista do IHGB, 1891, p. 241 e 309), o que implica que seu pedido é anterior, provavelmente de 1889 ou 1890, ou seja, já no limiar da mudança de regime político. O IHGB tinha uma proximidade com a figura do Imperador¹⁷, que inclusive era membro emérito da instituição, e nesse momento, havia a necessidade de se desligar de um passado monárquico, ainda esse fosse o regime político que mais lhe apetecesse. Daí a exaltação para “ver a República” como um grande feito, algo a ser visto, porém, em 1903, já rompido com Accioly, ele retoma sua postura política anterior e critica de forma veemente o regime, 14 anos após sua instauração, observando que restaram apenas ruínas do que havia anteriormente. Isto fica claro em alguns de seus textos, como um artigo publicado no periódico *Unitário* em 1903, após o rompimento com a oligarquia Accioly, no qual se lê:

O que houve a 15 de novembro não foi República,
porém mero espalhafato ou pés pelas mãos, que nada edificou,

¹⁶ Nesse segundo texto autobiográfico (publicado em 1900), ele faz um comentário sobre a abolição dos escravos, deixando o pensamento a respeito da situação da mulher no período: “Na libertação dos escravos, entrei com minha palavra, com minha pena, com minha bolsa e com as minhas amizades. Libertei duas escravas que tinha, indo minha mulher pra cozinha no dia seguinte.” (*A República*, 3/12/1900).

¹⁷ Sobre essa proximidade entre Imperador e IHGB, cf. GUIMARÃES, 2011a.

deixando perpétua barafunda até a noção das cousas, que se iam acumulando num tirocínio penoso e longo.

[...]

Com espada, nunca se completou obra alguma. O Soldado derriba e deixa que venham outros levantar.

Quem levanta é o pensador, que na ordem social se chama – Homem de Estado. Êste, porém, não apareceu ainda e tudo está como o soldado deixou.

Nesta fase nos achamos ainda a 15 de novembro de 1903.

O que se festeja?

Montões de Ruínas.

(O Unitário, 1903, p. 1)

Outra observação nesse mesmo trecho deste artigo é a posição de destaque em que João Brígido coloca o “Homem de Estado”, aquele que seria capaz de colocar o regime em ordem e suplantar as ruínas, edificando algo que fosse além da “barafunda” e do “tirocínio penoso”, que superasse a espada e o soldado. Mostrava assim que para além das armas, a política tinha uma força construtora, porém, o grande intelectual que repensaria e reconstruiria o Estado nunca surgiu, para Brígido.

Mesmo afirmando que não tenha surgido, João Brígido tinha uma estima muito grande por D. Pedro II e um certo fascínio pela monarquia. Evidenciando algumas vezes tal postura, retomemos o segundo texto autobiográfico (de 1900) e percebamos o elogio que tece Brígido ao antigo Imperador:

“[...] O prêmio que eu mais quisera, conferiu-me o homem primeiro do Brasil, nestes quatrocentos annos. Fica-me na gaveta o seguinte recado: - Diga ao Sr. João Brígido que elle é um homem de mérito.

Foi do Sr. D. Pedro II, que mo enviou a dizer, para o Ceará, por ocasião de lhe fazer entregar um dos meus livros, em 23 de outubro de 1883.”

(BRÍGIDO in CARVALHO, 1969, p.43)

Mais uma vez, o autor tenta construir uma legitimação para que ele seja digno de ser biografado, apontando marcos e elogios que façam jus a isso. O elogio recebido do Imperador o põe em destaque, mas esse destaque só ocorre por Brígido apontar D. Pedro II como “o homem primeiro do Brasil, nestes quatrocentos annos”. Contudo, esse sujeito não pode construir algo sobre as

ruínas que os soldados deixaram após a proclamação da República, daí o fato de ele apontar em 1903 que esse Homem de Estado não apareceu ainda.

Acreditando que “por todo caminho que a gente escolha vai dar com as ventas na política”, João Brígido acabou usando sua função de jornalista e advogado muitas vezes de forma política, o que lhe rendeu um grande número de inimigos, mas como ele mesmo escreveu, “não os fazia por passatempo” e complementa dizendo que “os comprava, nunca me escusando de ir em socorro de terceiros, que pediam minha assistência, muitos deles, para me deixarem a sós no momento do perigo!” (BRÍGIDO in CARVALHO, 1969, p. 43). Atuante desde os tempos em que trabalhava no *Araripe*, periódico da região sul do Ceará, seu desligamento do IHGB o fez mergulhar de vez no jornalismo o que o levou a trabalhar em diversos jornais, sendo o último deles o *Unitário* (do qual foi fundador e redator). Como sua postura sempre foi combativa, muitas vezes sofreu as consequências disto, tendo inclusive seu último jornal empastelado por duas vezes, devido a oposição ao governo de Accioly, já no século XX.

Repleto de denúncias contra adversários políticos, João Brígido teve um grande destaque no meio jornalístico cearense na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, quando já acometido pela cegueira, ditava seus textos para sua neta Minerva Brígido Sobrinha que os escrevia (BARRETO, 2005, p.54-55).

Se o tom de pilhéria conduz o texto de 1899, o que lhe rendeu uma publicação às pressas no livro *Ceará – Lado Cômico* do mesmo ano, a intensidade diminui no escrito autobiográfico do ano seguinte e com um tom ligeiramente mais sério, João Brígido discorre muito mais sobre as funções exercidas por ele na Capital do que as dores e superações do texto anterior. Contudo, estar vivo é superar a morte e nesse texto de 1900, ele discute sua velhice, alegando que mesmo sentindo vigor, muitas pessoas morriam quando atingiam idades avançadas. Afinal, se havia algo que matasse tanto do que ter vivido, ele afirmava desconhecer e apesar de sugerir a correção do aforismo latino *senectus est morbus* para *senectus est mors*¹⁸, João Brígido se afirma mais uma vez como uma influente figura pública, com um espaço de ação definido, o que se pode entender como mais uma forma de legitimação não só de seu

¹⁸ “senectus est morbus”: velhice é doença; “senectus est mors”: velhice é morte.

desempenho público, mas também do fato torná-lo digno de ser biografado, o que fica claro quando afirma:

É justo que quem viveu de público setenta e um anos, não se retraia no fim deles, mas se exhiba.

Posso dizer que levei a vida na rua, porque não há fora de portas mais completo do que a imprensa. Põe diáfano o homem inteiro. Comecei na jornalice.

(BRÍGIDO in CARVALHO, 1969, p. 37)

Brígido chama “jornalice” os seus primeiros trabalhos na imprensa, ainda aluno do Liceu, quando escrevia para o jornal de estudantes *O Zéfiro* e trabalhava como tipógrafo em *O Cearense*. Logo em seguida, o autor lembra que trabalhou na cidade do Crato, sul do Ceará, nos periódicos *Araripe* e *O Cratense*, afirmando que sua postura era contrária ao “bacamarte reinante”. Em vários outros momentos, trabalhou em jornais de grupos opositores dos governos locais, sendo o periódico *Fraternidade* aquele no qual mais teve destaque até a década de 1870, por ser um jornal contra “o clero, que por sinal, foi excomungado e, por isso, muito procurado.” (BRÍGIDO in CARVALHO, 1969, p.38)

João Brígido é muito lembrado como jornalista e cronista do cotidiano, tendo também uma atuação política direta e indireta, principalmente na segunda metade do século XIX, porém, sua proximidade com a oligarquia dos Accioly até 1903 confronta-se com essa representação que ele tenta construir no segundo texto autobiográfico. Se era um jornalista “emaranhado na teia local dos combates partidários, das competições individuais”, como sugere Jader de Carvalho (1969, p. 14), João Brígido sempre o fez a partir de seus interesses e dos que partilhavam de sua cultura política e preocupações. Brígido escrevia para e por seu grupo político, estivesse ele no Crato ou em Fortaleza. Adiante, no texto de 1900, ele afirma: “sempre estive em revolta com as situações, que achesse, me parecendo, ainda hoje, que este mundo não presta, e que o outro dos poetas e dos padres não há de ser lá o que eles dizem” (BRÍGIDO in CARVALHO, 1969, p. 44) e se ele realmente pensava dessa forma sobre seu mundo, sua revolta na verdade mais parecia um reflexo de seus posicionamentos efusivos e combativos, como eram as consequências de seus ataques.

Ainda sobre o texto de 1900, João Brígido encerra seu adendo ao texto autobiográfico do ano anterior acrescentando: “Respeitável público, se em

3 de dezembro de 1901 eu não estiver mais neste orbe terráqueo, para vos cacetear, ainda essa última vez, perdoai-me, que não foi por meu gosto.” (A República, 03/12/1900). João Brígido viveu até 14 de outubro de 1921, quando faltavam menos de dois meses para completar 92 anos. Sua trajetória foi longa e tortuosa como sugerem os dois textos autobiográficos que aqui foram analisados, mas ainda assim, repleta de autoelogios que, juntamente com alguns méritos, confirmaram-no como um dos nomes de destaque da intelectualidade cearense na segunda metade dos oitocentos.

Apesar de nosso trabalho ter como principal objetivo uma análise das narrativas históricas desse autor, preocupamo-nos aqui em apresentá-lo a partir de sua própria escrita sobre o (seu) passado, tentando compreender o mundo como era visto por ele e assim, entender de alguma forma, como ele se compreendia enquanto sujeito na representação de mundo que ele construiu. Buscamos evidenciar o vivido e registrado por João Brígido e sua legitimação através do social, representado em sua escrita autobiográfica, que justamente por ser permeada de imagens, discursos e práticas, qualificaram o mundo vivido por Brígido, de certa forma, orientando sua percepção sobre a realidade em que estava inserido e, finalmente, descortinando parte do imaginário sobre sua vida e sua atuação jornalística e política

Nosso intuito foi trazer alguns elementos que pudessem traduzir esse sujeito temporalmente distante de nós, a partir de uma aproximação do mundo intelectual na qual nos inserimos, mesmo que as dimensões, qualidades e ações sejam diferentes. Afinal, defendemos que, mesmo em meio a essa contraditória relação entre escritas e tempos distintos, seja possível decifrar o outro e assim, entender o mundo no qual estava inserido esse sujeito.

CAPÍTULO 2: ESCRITOS COMO ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO INTELLECTUAL EM JOÃO BRÍGIDO.

2.1. João Brígido e seus pares: intelectualidade e identificação.

Como o enfoque de nosso trabalho perpassa a produção de João Brígido, que de algum modo ganhou destaque entre seus pares, transpondo um crivo que a distinguisse dentre outras também produzidas nestes entremeios sociais da Fortaleza do século XIX, tornou-se fundamental para nós discutirmos o próprio conceito de “intelectual”, assim como os elementos que servissem como definição a tal categoria, os significados simbólicos e políticos de ser um intelectual no século XIX (e até mesmo, os elos perdidos e mantidos entre esses e os intelectuais do século XXI). A partir dessa discussão, passamos a entender “intelectual” enquanto categoria identitária, próxima à perspectiva principal da obra de Stuart Hall¹⁹.

Falar sobre o século XIX na Europa e na América (principalmente no Brasil) é tocar em alguns pontos que vários historiadores vêm debatendo desde o final século XX: as análises sobre os novecentos transcende os cem anos, podendo ser visto como da revolução burguesa na França em 1789, até a eclosão da primeira grande guerra em 1914. Esse século, por sua perspectiva de progresso, avanço científico-tecnológico e encurtamento de distâncias, tanto nos transportes como nas comunicações, passa-nos uma aura de certezas que quase o define. Muitos dos valores burgueses se estabelecem no período, o que aumenta mais ainda esse anseio de mudança, de ruptura com o que se tinha estabelecido.

Consciente ou não, os registros desse período apontam para essa ideia geral de certeza, de não haver limites para o homem, mas os novecentos também são marcados pelo aumento do abismo social entre grupos hegemônicos e não-hegemônicos, principalmente por esse período ser

¹⁹ Cf. HALL, Stuart in SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. 10ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011 e HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

considerado o momento de consolidação das estruturas capitalistas dentro dos estados modernos.

As ideias de avanço científico-tecnológico e progresso “andavam de mãos dadas” com focos de diferenças sociais alargadas e falta de estrutura para quem não tinha acesso a essas ideias materializadas. Temos como exemplo a Paris dos cafés e d’Os Miseráveis, ou o Rio de Janeiro, Corte da opulência e repleta de escravos. Exemplos não faltariam, mas queremos chamar atenção para um elemento mais específico, já que essa consolidação capitalista causa, por sua própria perspectiva arrivista, certa perda da identidade dos diversos grupos que constituíam as sociedades em questão.

Entre o “ser” e o “querer ser”, a burguesia buscou se estabelecer criando elementos que legitimassem sua chegada ao poder, que identificassem sua postura diferenciada de demais grupos sociais. A burguesia buscava assim, uma identidade que a definisse como tal e não foi a única. Quando defendia a ideia de que todos poderiam ser ricos, quando os valores econômicos suplantaram de vez a perspectiva política de poder, ou melhor, quando política e economia se abraçaram no século XIX, nas mãos da burguesia, a nobreza enquanto identidade perde seu espaço. Apesar de tardio, esse processo também aconteceu no Brasil e teve o advento do regime republicano como a confirmação dessa tomada de força pela burguesia.

A formação de categorias identitárias no século XIX mostra-se de fundamental importância para entendermos as estruturas de funcionamento que se processavam no Brasil, principalmente no período Imperial. Afinal, este período é marcado por uma série de discussões entre núcleos intelectuais na busca para definir certos conceitos como nação ou pátria, tentando legitimar através deles a presença da família real portuguesa no poder. Se há uma categoria identitária de grande importância nessa discussão de “formação” do que seria esse jovem País nos trópicos, é a dos intelectuais.

Assim, para explicitarmos o processo de identificação de João Brígido enquanto intelectual nos utilizamos de alguns elementos relacionados ao conceito de identidade. O primeiro é a ideia de “identidade/diferença”. Entendemos que a categorização de “intelectual” estaria diretamente relacionada à formação acadêmica, mas observamos que essa constituição

identitária é mais ampla – pois não deixamos de notar as nuances existente dentro de grupos intelectuais específicos, que fazem emergir outros elementos mais restritos, como leituras, posicionamentos políticos – e só adquire o sentido quando a observamos por meio da linguagem e dos símbolos que de alguma forma a representam. (HALL in SILVA, 2011)

Essa representação simbólica, atrelada à linguagem, ajudou-nos a compreender essa categoria identitária principalmente quando confrontada com sua diferença: o não conhecimento das estruturas cognitivas para a análise de leituras e construção textual. Em um país que, em 1881, tinha doze milhões de habitantes, dos quais dois e meio milhões eram índios e negros (excluídos da vida política nacional), havia pelo menos seis milhões de pessoas que, segundo o biólogo francês Louis Couty, "nascem, vegetam e morrem sem ter servido ao país." (COUNTY apud CARVALHO, 2002, p. 64) Não haveria assim "massas de eleitores sabendo pensar e votar, capazes de impor ao governo uma direção definida". (CARVALHO, 2002, p. 64-65)

Essa massa analfabeta não só era excluída dos processos eleitorais da Nação, mas também da intelectualidade enquanto categoria identitária, pois ainda segundo Louis Couty, havia apenas duzentos mil habitantes constituindo a classe dirigente do país, sendo em sua maioria proprietários e profissionais liberais. Por mais que esses números se refiram a todo o País e seja de um momento posterior a nossa discussão, eles são bastante reveladores, pois nos levam a crer que a quantidade de pessoas que tivessem acesso à educação e à formação intelectual era bem mais reduzida. Isso nos parece claro quando observamos a repetição de alguns nomes em vários âmbitos intelectuais na Fortaleza das últimas três décadas do século XIX. O próprio João Brígido, como já colocamos, participava de uma série de grupos²⁰ e produzia textos para eles. Afinal, como aponta Kathryn Woodward: "Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa" (WOODWARD in SILVA, 2011, p. 10), na qual acrescentamos, além dos pertences, os espaços dos quais se faz parte e principalmente – afinal, estamos falando de intelectuais – dos

²⁰ Como os periódicos Fraternidade (ligado à loja maçônica), O *Unitário* (um jornal restritamente político), além de instituições como o IHGB e o Instituto do Ceará, ou mesmo a sua participação no corpo docente do Liceu do Ceará.

textos que são construídos, vinculados e veiculados a esses espaços, também se associam à identidade.

Além disso, esse número reduzido de membros da intelectualidade cearense parece-nos ainda mais interessante de observar, pois essa construção identitária se dá também pelo elemento relacional para com o “outro”, pontuando o quanto a identidade é marcada pela diferença.

Outro elemento que nos utilizamos para discutir “intelectualidade” como categoria identitária diz respeito ao reconhecimento de si e dos pares enquanto intelectual. É importante salientar que o processo de formação acadêmica, juntamente com a participação em vários circuitos intelectuais, possibilitam a observação dessa ação intelectual. Contudo, todo circuito intelectual traz consigo uma série de regras e rituais para a aceitação e participação de pessoas externas. Esses núcleos nascem de grupos de intelectuais com um objetivo comum específico e se utilizam de uma posição privilegiada na sociedade para legitimar o grupo que se forma enquanto intelectual. A partir daí, são estabelecidas as regras e rituais de funcionamento que possibilitariam o crescimento (em número de membros e em importância dentro os pares em geral) do grupo. Essa estrutura de poder que se legitima através da intelectualidade aponta para uma “teatralização”, como indicou Georges Balandier (1982), na qual o real ganha força e passa a ser comandado pelo imaginário construído por tais grupos. Afinal, como escreveu William Shakespeare (1943), na peça “As you like it” do final do século XVI, período de ascensão do chamado pensamento moderno: “All the world's a stage, And all the men and women merely players”.²¹

Entendemos ainda que há uma heterogeneidade na categoria, mas pretendemos pensar inicialmente o todo, para depois nos atermos ao específico, pois a análise perpassa as ações desses sujeitos que de alguma forma exercem o poder ideológico de uma determinada sociedade, muitas vezes agindo na produção e transmissão de ideias, símbolos, valores (BOBBIO, 1997). Tendo em vista essa perspectiva de formação de núcleos intelectuais, chamamos atenção para a percepção de quais grupos João Brígido se inseriu e produziu. O enfoque

²¹ Em uma tradução livre: “Todo o mundo é um palco, e todos os homens e mulheres meros atores”.

principal de nossa pesquisa são as narrativas sobre o passado (ou narrativas históricas) produzidas dentro de alguns núcleos intelectuais frequentados por João Brígido, para assim, evidenciarmos a sua construção enquanto um intelectual, reconhecido pelos seus pares, além de produtor e articulista de textos.

Mesmo entendendo que a produção escrita de João Brígido vai além das narrativas históricas, restringimos nossa análise a elas por entendermos que estas seriam as que estariam ligadas de forma mais enfática a instituições de carácter intelectual. Esses escritos em particular permeiam os espaços inclusive para além das instituições das quais eles surgiram para fazer parte. Mesmo escrevendo sobre o passado, alguns textos de João Brígido excederam os periódicos do Instituto Histórico do Ceará e foram publicados nos jornais, como no *Unitário*. Nos escritos de João Brígido, apenas essas narrativas sobre o passado tiveram esse alcance e ao tocarmos nisso, percebemos também uma maior leitura desses textos, dando a devida importância que eles nos parecem carregar.

Fechamos assim uma tríade em que podemos compreender a construção de uma identidade intelectual em João Brígido: as diferenças que ajudam a construir essa identidade, o que nos parece ainda mais importante nessa formulação é que esse autor não só produziu, mas ensinou no Liceu – em uma relação direta entre o “eu-intelectual” e o “outro” – e produziu uma obra que serviria de livro didático para a instituição; o reconhecimento de João Brígido não só como intelectual, mas também como um pioneiro na produção de narrativas históricas, por seus pares contemporâneos, como Capistrano de Abreu²², e posteriores, como José Honório Rodrigues (BARBOSA in BRÍGIDO, 2001), o que lhe coloca como um dos primeiros grandes pensadores do passado da Província do Ceará; e o alcance, pois por mais que haja críticas à produção de João Brígido (e muitas vezes, direcionadas a sua pessoa também), com seus problemas de exatidão e não citação de fontes, há também um reconhecimento de que ele foi um dos mais lidos autores da intelectualidade cearense na segunda metade do século XIX, tanto pela extensa produção, como pelos veículos nos quais esses

²² “Da primeira geração de historiadores do Ceará, anteriores ao cólera, resta hoje inutilizado o velho João Brígido, sem escola, sem método, muitas vezes mal ou não documentado, mas superior em intuição ao Theberge, Pompeu e Araripe”. Carta de Capistrano de Abreu a Guilherme Studart (Revista do Instituto do Ceará, TOMO LXXIX, 1965, p. 332).

textos chegaram aos seus pares e ao (dado o grau de analfabetismo, restrito) público leitor.

Assim, avançamos em nossa análise percebendo como essa trajetória textual pode ser compreendida como um elemento de formação identitária, tendo em vista os meandros pelos quais passaram algumas de suas narrativas históricas, em suas publicações e republicações, com acréscimos e supressões de partes.

2.2. Trajetória de Textos como elemento de Identificação Intelectual.

Se considerarmos que as condições de vida até o final século XIX, quando as práticas da medicina social ainda eram ensaiadas, podemos dizer que João Brígido teve uma grande longevidade, pois viveu quase noventa e dois anos. Durante pelo menos os últimos sessenta anos de sua vida, esse sujeito muito produziu e o excesso de produção tornou nosso trabalho bem mais complexo, principalmente no confronto de alguns textos, já que Brígido se dispôs a escrever crônicas, notícias e análises políticas desde a década de 1850 no *Araripe*, periódico da região sul do Ceará.

Nosso enfoque nesse momento é uma análise sobre a construção das narrativas históricas escritas pelo autor, e assim, consideramos como prerrogativa inicial o texto publicado em partes no *Araripe*, em 1859, denominado *Apontamentos para a história Cariri*. A importância desse texto reside na amplitude de tal produção, já que posteriormente foi publicado no *Diário de Pernambuco* e, como o autor afirma, rendeu-lhe o convite para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Assim, tomamos a trajetória que esse texto assume para compreendermos o alcance e a posição assumida por João Brígido no que diz respeito aos grupos intelectuais dos quais partilhava.

O processo de escrita de narrativas históricas se iniciou no final da década de 1850 e, encerrou-se com a última obra publicada por João Brígido em vida, a coletânea *Ceará – homens e factos*, em 1919, livro esse que entendemos como a tentativa de perpetuação de uma participação nos meios intelectuais cearenses, além de uma legitimação do espaço ocupado por esse autor. *Ceará – homens e factos* encerraria assim o ciclo de produção e, praticamente, o de vida, tendo em vista o grave estado de saúde de João Brígido que o levou a óbito dois anos depois, em 1921.

2.2.1. *Apontamentos para a história do Cariri*

Com o título *Apontamentos para a história do Cariri*, o texto de publicação particionada, é um estudo que delinea as origens da população e da organização política da região sul do Ceará a partir da “conquista” portuguesa até as primeiras décadas do século XIX. Essa denominação que se mantém até hoje tem sua origem com a tribo indígena que habitava a região:

[...] o território, que se estende da base do Araripe, montanha do mesmo sistema orológico da Ibiapaba, [que] tinha assento uma tribo selvagem, os cariris, vivendo da caça e de frutos silvestres, desde uma época, que não é possível assinalar, como o não será tantos outros objetos, que fazem pasmar os indagadores que visitam esse teatro de sua liberdade e de seu extermínio. (BRÍGIDO, 2001, p. 82)

Chamamos a atenção para alguns pontos de extrema relevância na análise aqui desenvolvida. Estamos observando aqui as trajetórias que os principais textos de João Brígido seguiram, principalmente tendo em vista o formato de publicação. Apesar do alcance maior que possa ter um texto publicado em jornais (como o *Araripe*, a *Fraternidade* ou o *Unitário*), privilegiamos a análise da publicação desses textos em brochuras, pois primeiramente, existia entre os meios intelectuais um maior respaldo aos pares que produziam nesse último formato e, ao analisar a postura de João Brígido enquanto intelectual é importante vê-lo como um publicador de livros também. Além do mais, tendo em vista a perspectiva que qualquer autor publica para ser lido e que a manutenção de livros é mais eficaz do que de jornais (o que se reflete inclusive nas fontes analisadas), chegar a esses textos através de suas publicações com esse formato não só é mais simples para nós como é visto como marca para a posterioridade para aqueles que escreveram²³.

Assim, priorizamos os textos publicados como brochuras, na análise dessa trajetória. Contudo, não deixamos de lado os textos que foram publicados em periódicos, pois esses locais onde são publicados podem muito nos dizer sobre os embates dentro de meios intelectuais, além do próprio respaldo que era aferido a determinadas figuras produtoras de textos dentro desse recorte.

²³ Justamente por isso que fizemos questão de citar como referência uma republicação de 2001 e não o periódico de 1855, que infelizmente não foi encontrado. Contudo, será possível notar posteriormente que não foi o único local onde pudemos encontrar esse texto. Essa trajetória será posteriormente detalhada.

Após a publicação no *Araripe, Apontamentos...* recebeu outra denominação – *Esboço histórico sobre a Província do Ceará* - e foi publicado pelo *Diário de Pernambuco* também em 1859. A partir dessa publicação, o próprio João Brígido passou a relacioná-lo como seu principal estudo, ou pelo menos um dos mais importantes tanto pela temática e recorte, como pela originalidade (BRÍGIDO, 2001, p. 81). Esse jogo de poder, no qual a valorização do próprio escrito surge juntamente com outros pares que estavam produzindo no momento, ajudou-nos a compreender o primeiro grupo de intelectuais a pesquisar e produzir narrativas históricas para a então Província do Ceará, formado pelo próprio João Brígido, Tristão de Alencar Araripe, Tomás Pompeu de Sousa Brasil e Pedro Théberge (RODRIGUES, 1959 apud BRÍGIDO, 2001, p. 25-26). Esse grupo antecederia a criação do Instituto do Ceará e partilhava informações, análises e fontes, porém, é interessante salientar que o próprio João Brígido afirmou no prefácio *Notícia* que esse texto ganhou quando da sua primeira publicação como brochura em 1888:

Foi em 13 de novembro de 1862 que o Dr. Araripe começou a fazer conhecida a sua “História do Ceará”, encetando a publicação dela, também por partes, no mesmo Diário [de Pernambuco].

Em 1861, porém, já os nossos “Apontamentos” tinham sido editados nessa vasta publicação do Norte do Império, sem dúvida a mais notável e proveitosa daquela quadra.
(BRÍGIDO, 2001, p. 81)

Mesmo tendo Tristão de Alencar Araripe como um de seus pares e reconhecendo seu trabalho em outros momentos²⁴, identificamos no trecho acima uma disputa de prestígio entre eles, deixando claro o quanto era caro entre os membros da intelectualidade a originalidade de um trabalho que lhe pudesse trazer algum respaldo.

A partir da divulgação do texto *Apontamento/Esboço Histórico* pelo *Diário de Pernambuco* até 1861, podemos considerar que o reconhecimento da intelectualidade nacional que se dispunha a escrever sobre o passado nesse período chegou a João Brígido, já que no ano seguinte ele foi nomeado membro

²⁴ Um exemplo do respeito à produção de Tristão de Alencar Araripe encontra-se na primeira parte do livro *Resumo da História do Ceará por João Brígido para uso das escolas primarias* denominada “Advertencia”, no qual se nota o reconhecimento da originalidade das “primeiras indagações” a respeito de uma história para o Ceará feitas por Araripe.

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, com sede na Corte. Pelo IHGB, apenas encontramos um único texto denominado *Povoamento do Ceará*, publicado em 1888. Analisaremos a trajetória desse texto posteriormente.

Assim, o prefácio denominado *Notícia*, deixa claro um reconhecimento de João Brígido diante da importância que esse texto carrega por sua originalidade e alcance. Alguns outros livros foram publicados na década de 1880, mas esse marcou a inserção de João Brígido aos meios intelectuais mais importantes do Império, a partir do reconhecimento de sua pesquisa e escrita. Assim, publicá-lo nesse formato parecia-lhe imprescindível, já que ele mesmo acreditava na necessidade “de salvá-lo; pois que já muito poucas pessoas possuem os jornais, em que teve publicidade.” (BRÍGIDO, 2001, p. 81).

Contudo, não seria essa a última vez que este texto seria publicado. Visando compor a terceira parte da coletânea *Ceará – homens e factos* em 1919, esse texto é mais uma vez rebatizado, recebendo como novo título *Povoamento do Sul do Ceará e seu desenvolvimento*. Apesar do prefácio explicativo denominado *Notícia* ter sido mantido, há nessa edição, um *Aviso ao Público*, que pode ser entendido como um elemento de dupla justificativa: os motivos da publicação na coletânea e a fundamentação desse texto que já tinha sessenta anos desde sua primeira divulgação.

O fato de João Brígido justificar a importância desse texto na composição dessa coletânea mostra sua relevância, já que a última publicação em vida pode ser compreendida como elemento formador de sua obra como um monumento para a posteridade. Servindo como amenizador das críticas recebidas, principalmente a respeito de seus métodos de lidar com as fontes, a publicação dessa coletânea serviria para legitimar sua trajetória e deixar aos pósteros o que foi por ele escolhido como marco de sua produção, pois quando de sua publicação em 1919 o autor completava 90 anos e já tinha sua saúde bastante fragilizada.

A segunda justificativa que esse *Aviso ao Público* traz é no sentido de legitimar um texto que, por mais que tivesse 60 anos de publicação, parecesse atual o bastante dentro dos métodos de análise dos produtores de textos sobre o passado nas primeiras décadas do século XX. Considerando que a produção historiográfica do final do século XIX e início do século XX, no Brasil, não só tinha

se fortalecido em algumas tentativas de legitimação política (seja no Império, seja com o advento do regime republicano), mas já estava plenamente estabelecida quanto a questões relacionadas ao caráter científico da pesquisa e também da escrita. Portanto, esse texto introdutório serve para João Brígido posicionar-se enquanto um analista do passado da então Capitania, por mais que seu texto fuja dessa perspectiva científica. Escrito na década de 1850 (e sem qualquer alteração no texto, além dos prefácios citados até sua publicação em 1919) esse texto sequer se insere nas discussões que os Intelectuais do período construíam, na tentativa de estabelecer o caráter científico que as narrativas históricas deveriam assumir.

Chamamos atenção para o fato de ele ter escrito esse *Aviso ao Público* no fim da vida, depois de tantas críticas recebidas quanto a suas falhas na datação de textos e problemas de pesquisa, tendo livros com longos trechos refutados por Guilherme Studart e João Batista Perdigão de Oliveira. Entendemos então, que o que se seguiu foi uma justificativa para a escolha de seu “primeiro texto”, tendo em mente o *métier* do historiador e toda a discussão que já vinha se desenvolvendo desde o século XIX, já que por vezes ele se refere na necessidade de “resgatar” essa história do Cariri a partir de documentos que por má conservação iam se perdendo (BRÍGIDO, 2001, p.79-80). Assim como também estrutura sua análise a partir de “fatos capitais” e de uma “minuciosa exatidão”, justificando que se estava republicando tal texto era para expô-lo a seus leitores, para que pudessem corrigi-los e melhorá-los. Temos assim, a utilização e análise de documentos oficiais, a escolha de temas e sujeitos relacionados a questões político-militares e a apresentação e discussão de seus resultados entre os pares: pelo menos três elementos que caracterizam o ato de produzir cientificamente textos historiográficos no período em que este foi publicado.

2.2.2. Resumos cronológicos e efemérides

Outro elemento passível de análise diz respeito à produção de resumos cronológicos e efemérides elaborados por João Brígido. Dentre os tantos formatos utilizados pelos produtores de textos sobre o passado no século XIX, os estudos históricos, em sua estrutura, têm um importante destaque. Estamos nos referindo a uma produção fincada na possibilidade de legitimação do passado a partir da escrita. Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, essa instituição tornou-se responsável por balizar a construção de uma análise do passado que se aproximasse dos interesses da Corte, a partir da articulação entre os métodos de produção da História que vinham sendo discutidos desde a década de 1820 na Alemanha²⁵, como também a difusão da estrutura do próprio IHGB, favorecendo assim a formação de outros núcleos de pesquisa e produção historiográficos (no caso do Ceará, isso se reflete na criação do Instituto do Ceará em 1887). Se essa estrutura intelectual foi montada e financiada pela Coroa, era de se esperar que sua produção fosse não só de agrado dessa elite política, mas também, que a legitimasse como reais detentores do poder na nação que se formava. (REIS, 2002)

Não sendo uma exclusividade do Brasil, esse formato e intenção de produção de caráter científico é estabelecido na Alemanha na década de 1820, principalmente por Leopold von Ranke. A partir da metodologia do historiador prussiano, a produção historiográfica passou a adotar elementos que a justificassem enquanto ciência e abandonassem as estruturas valorativas da retórica, já que a marca dessa última – principalmente ligada a proximidade entre os estudos históricos e literários em sua forma, com a não utilização de notas de rodapé, bibliografia ou outros elementos relacionados às fontes – não só se fazia presente nos textos sobre o passado, como a própria produção sobre o passado era colocada como um elemento integrante desses estudos literários. A História havia nascido na Filosofia, mas sua escrita até o início do século XIX era definida pela Literatura. (BANN, 1994, p. 55-56)

Com a chegada de muitos estudiosos que vinham (ou voltavam) da Europa durante o período do Império, essa metodologia de trabalho científico da História passou a influenciar grupos intelectuais que começam a fomentar não

²⁵ Sobre os métodos de produção da História no século XIX, ver BANN:1994.

só discussões, mas a produção sobre o passado brasileiro. Os autores desses estudos muitas vezes, apoiados pelo Imperador e tendo suas origens ligadas à Portugal, acabaram por escrever uma História que, por mais que nascesse para legitimar a jovem nação americana, estava relacionada às grandes figuras heróicas do passado português e seus grandes feitos. É a partir dessa dupla valorização (não só dos “grandes homens” e seus “grandes feitos”, mas dos que eram ligados à nobreza de Portugal) que os estudos históricos se formariam no Brasil.

Assim, desenvolvem-se também textos divididos a partir da datação - de preferência a mais específica possível, a partir do dia, mês e ano – e nessas datas, a descrição dos feitos e seus autores, que acabam ficando conhecidos como “resumos cronológicos” ou “efemérides”. Textos com esse formato figuraram durante o século XIX e parte do século XX no meio acadêmico como um dos mais científicos modos de se escrever sobre o passado, não só pela valorização dos “heróis” e seus feitos pontualmente datados, mas por passar uma marca de objetividade e imparcialidade que era almejada (e valorizada) pelos historiadores pré-1930, período que viria a ser marcado pelo estabelecimento das Universidades como polos de discussão intelectual de forma mais contundente.

Sobre a lista de publicações de João Brígido que atendem a esse formato, temos quatro trabalhos publicados a partir dessa perspectiva de escrita historiográfica. O primeiro deles foi publicado em 1876, denominado *Resumo Chronologico da História do Ceará segundo documentos conhecidos até 1876*; o segundo, *Resumo Chronologico para a Historia do Ceará*, de 1887; posteriormente, em 1900, foi publicado o livro *Ephemérides do Ceará por J. Brígido*; e finalmente, em 1919, a décima quarta parte da coletânea *Ceará – homens e factos* trouxe também estudos com o mesmo formato²⁶.

Mais do que quatro produções distintas, esses três primeiros trabalhos compõem o processo de elaboração do último (a décima quarta parte de *Ceará – homens e factos* de 1919). Excetuando-se o *Resumo Chronologico* (1876), todos os outros não são originais, mas sim, textos com acréscimo de

²⁶ A fim de evitar qualquer falta de clareza quanto aos títulos que serão discutidos, trataremos o primeiro trabalho como *Resumo Chronologico* (1876) e o segundo como *Resumo Chronologico* (1887).

determinados elementos para compor um trabalho mais completo e que servisse, finalmente, como uma síntese dos principais eventos bélicos, políticos e administrativos do passado do Ceará desde a chegada dos portugueses no além-mar, passando pelo período em que era Capitania, Província e, posteriormente, Estado. Poderíamos inclusive pensá-lo como um texto único, que vai sendo inflado com mais elementos considerados importantes pelo autor. Não deixa de ser um texto único em processo, mas há também alguns elementos que podem nos ajudar a discutir certos pontos relacionados à produção de João Brígido.

Tomando esses textos publicados um a um e percebendo os recortes temporais feitos pelo autor, algumas questões podem ficar um pouco mais claras. Em todos os trabalhos desse formato, João Brígido dividiu os períodos estudados por *épocas*²⁷, tentando estabelecer parâmetros que balizassem as estruturas de tempo tendo em vista os documentos que lhe serviram de fonte. Porém, essas divisões temporais nem sempre são as mesmas ao longo do trabalho de pesquisa e escrita. O primeiro texto, *Resumo Chronologico (1876)* se divide em duas *épocas*: a primeira se inicia em 1603, com a chegada dos portugueses no território da Capitania do Ceará, até o período de conquista do território pelos holandeses; já a segunda, vai da expulsão dos holandeses, em 1654, até a separação da Capitania do Ceará do domínio de Pernambuco, em 1799.

A divisão desse período em duas *épocas*, com tais referências temporais, mostra como o *métier* e o modo de se produzir história funcionavam para João Brígido. Seus recortes apontam às marcações relacionadas a uma história de caráter bélico, político e administrativo, como percebemos no primeiro tópico, “1603”, da primeira época:

Pedro Coelho de Souza, colono da Parahyba (Parayva), celebre pelas suas viagens em demanda do El-Dorado, partindo de Pernambuco (Paranambuco), em maio, e m uma expedição, que se destinava ao Maranhão, e da qual fazia parte Martim Soares Moreno, veio t r ao Ceará, onde fundou o forte de S. Tiago, e estabeleceu uma povoação, que denominou Nova-Lisbôa, dando ao paiz o nome de Nova-Lusitania
(BRÍGIDO, 1876, p. 5)

²⁷ Devido a grafia utilizada no período (epocha) e considerando a escolha do termo, por parte de João Brígido, para subdividir temporalmente os períodos de análise, utilizaremos a grafia atualizada, porém em itálico, servindo assim como elemento diferenciador do termo.

Contudo há indícios de que essa primeira publicação de efemérides não se encerraria aí, já que nessa edição, na última página da cópia analisada podemos ler “Fim da 1ª parte”, deixando claro que haveria um outro “tomo” publicado em separado ou a intenção de publicá-lo (BRÍGIDO, 1876, p. 58). Podemos somar a isso o fato de que esse livro traz em seu título “segundo documentos conhecidos até 1876”, que pode não só se referir aos documentos sobre o período do passado que estava João Brígido a analisar, como também a documentos de um passado mais recente de quando pesquisava, mais próximo de seu presente. Ficamos apenas com hipóteses, já que não encontramos qualquer outra fonte que possa nos esclarecer diante de tal confusão.

O segundo livro publicado dentro desse formato, *Resumo Chronológico (1887)*, faz uma divisão temporal dos períodos estudados por João Brígido em cinco *épocas*. Algumas similaridades com o trabalho anterior ficam claras, considerando essa produção como um processo que vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas de vida do autor. A primeira semelhança entre os dois livros diz respeito às duas primeiras *épocas* do trabalho mais recente que coincidem com as do anterior – 1876 e 1887 – tendo, exatamente, o mesmo recorte temporal, temáticas e justificativas para tal divisão, além do texto que permanece. Considerando que no livro publicado em 1876, só havia as duas primeiras *épocas* e outros elementos anteriormente citados que evidenciam uma produção maior desse formato, parece-nos justo considerar que, se não houver realmente uma segunda parte para o trabalho de 1876, o *Resumo Chronológico (1887)* seria o conjunto de efemérides bélicas, políticas e administrativas que o autor considerava completa, pois além da catalogação desses eventos até 1799 (período que finalizaria a segunda *época*), há mais três outras detalhadas por João Brígido até chegar ao ano de 1870.

De um modo geral, os recortes temáticos escolhidos por João Brígido no *Resumo Chronológico (1887)* foram divididos do seguinte modo: além da primeira e segunda *época* que repetiriam as divisões do trabalho anterior, as seguintes definem-se como terceira *época*, “Desde a separação da Capitania até a Revolta de 1817”; quinta *época*, “Do fim do governo colonial até a fundação do

regimen [sic] Parlamentar”; e sexta *época* “desde a abdicação até 1870”. Nessa forma de separação escolhida pelo autor inexistia a “quarta *época*”, o que nos mostrou ser menos um erro de análise – já que não há “espaços” entre a terceira e a quinta – do que um erro de contagem e/ou de edição²⁸.

Além do caráter político da escolha por esses pontos de divisão (já que se relacionam a momentos de mudança, deixando clara a ideia de algo que se encerra e/ou que começa), aparecem alguns pontos que consideramos ter alguma importância para João Brígido enquanto pesquisador do passado brasileiro. Referimo-nos primeiramente à terceira *época*, principalmente ao fato de que se encerra com a revolta iniciada em Pernambuco em 1817 e que teve participação não só de cearenses, mas de membros da elite local. Ora, se estamos tratando da valorização de um passado que se imagine glorioso e ainda, da legitimação de uma elite no poder através deste mesmo passado, além de questões relacionadas ao caráter de “Nação” (CATROGA, 2005), para além dos conceitos de “país” ou “pátria”, a participação destes cearenses (principalmente nas figuras dos irmãos Tristão de Alencar e José Martiniano de Alencar²⁹) na formação de uma “República do Crato” era para João Brígido não só um elemento passível de exaltação pela participação em si, mas também pela participação posterior em um outro momento revoltoso: a Confederação do Equador, que mais uma vez se iniciou em Pernambuco, mas que teve reflexos profundos, além de uma série de combates no Ceará.

Não por acaso, a quinta *época* inicia-se, para João Brígido, não só com o fim do período colonial (apesar dos eventos descritos datarem de 1821, todos eles referem-se a oposição às eleições do final desse ano), mas também com as disputas da chamada Confederação do Equador e seus confrontos bélicos que se seguiram nos três anos posteriores, em territórios do Ceará, Pernambuco, Piauí e Maranhão. A pesquisa de João Brígido sobre esse assunto avançou para além da enumeração de eventos e quem seriam os principais nomes³⁰. Não só pelo detalhamento maior dos conflitos e das atitudes dos sujeitos envolvidos, mas o seu interesse por esse período que vai de 1817 a

²⁸ Não há, ao final da publicação qualquer “errata” ou elemento do tipo que justificasse a ausência de uma “quarta *epoch*”.

²⁹ Sobre o tema, cf BARROSO, 2006.

³⁰ Servem-nos de exemplo a referência a deposição do governador Rubim e a instalação de um governo temporário, tendo Francisco Xavier Torres como presidente e Adriano José Leal como vice, em novembro de 1821 (BRÍGIDO, 1887)

1824 e as temáticas que o envolve parece ter crescido a ponto de posteriormente ter publicado a biografia de quatro envolvidos nesses conflitos, além de outros textos com outros formatos sobre essa temática³¹.

A sexta e última *época* definida por João Brígido abarcaria desde a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831, até o início da década de 1870 e é interessante como nas suas escolhas e escrita o que se percebe é a descrição de uma mobilização contrária a D. Pedro I, mas não à figura do Imperador em si. Tanto que a partir da ascensão de D. Pedro II ao cargo, não há qualquer ponto contrário à figura deste. Isso provavelmente foi causado pelo próprio desgaste da imagem de D. Pedro I no decorrer da década em que esteve no poder e na qual houve momentos de tensão Como durante a eclosão de conflitos armados no período, como a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador.

A publicação de *Ephemerides do Ceará*, em 1900, foi o terceiro trabalho nesse formato que estamos discutindo. Esse livro não é ainda a mais completa síntese do passado cearense, mas é não só mais extenso como mais completo que os dois anteriores. Até este ponto, o que temos é um maior número de tópicos, datações, eventos e nomes, além de um recorte que se diferencia, em alguns aspectos, com os anteriores.

Dividido em quatro *épocas*, *Ephemerides do Ceará* tem a primeira delas diferentemente pensada dos dois trabalhos anteriores – de 1876 e 1887 – que postulavam como marco fundador da História do Ceará a chegada dos portugueses em 1603. Mesmo sem grandes informações, mas noticiando o fato e as disputas, essa primeira *época* se inicia em 1590 com o desembarque de franceses no litoral da então Capitania do Ceará. Salientamos que o que vale como registro de formação e ocupação do território cearense para o autor é o advento de europeus na região e, mesmo com participações pontuais dos indígenas nesses eventos, ainda é relegado aos nativos habitantes um papel secundário, não diferenciando do que von Martius já havia pontuado anteriormente ao escrever a monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*, em 1845, publicada pela Revista do IHGB³². Com isso, podemos

³¹ As quatro biografias publicadas em 1889, na coletânea *Miscellanea Histórica...* são: Padre Ignácio de Loyola (Padre Mororó), João de Andrade Pessoa (Pessoa Anta), Feliciano José da Silva (Carapinima), Luiz Rodrigues Chaves.

³² Escrevendo o que José Carlos Reis denominou de “linhas mestras de um projeto histórico capaz de garantir a identidade do Brasil”, von Martius lança assim as bases para os formatos de

entender que a visão de origem do Ceará para João Brígido residiria no contato – e na subjugação – por parte dos europeus (franceses e portugueses) para com os indígenas, prática que a historiografia nacional e local já vinha adotando (OLIVEIRA in SOUZA, 2002, p. 82).

Assim, com um recorte um pouco mais amplo, essa primeira *época* se estende até a expulsão dos holandeses em 1654, iniciando-se assim a segunda. Pertinente salientarmos que esse conflito entre portugueses e indígenas contra os holandeses parecia servir como marco referencial de um novo momento político, bélico e administrativo. Não só pelo fato de que os trabalhos anteriores trouxeram o mesmo evento como marco para o início de uma nova *época*, mas também por servir de elemento de definição do domínio português plenamente estabelecido nos territórios do norte da Colônia. Do mesmo modo, o ponto que encerra o recorte dessa segunda *época* é o mesmo dos trabalhos anteriores: o desligamento do Ceará do domínio de Pernambuco (BRÍGIDO, 1900, p. 67).

Se o início desse recorte temporal feito por João Brígido foi a vitória portuguesa e assim o fortalecimento do grupo que de certa forma era elemento de suma importância para a formação da população que habitava o litoral nordeste do Brasil, o início da *época* seguinte seria a ascensão da Capitania do Ceará a um estado de semi-dependência a partir do seu desligamento do governo de Pernambuco. É de certa forma, a ascensão do Ceará enquanto nação, que para o autor, mostrava sua importância diante de um cenário nacional, tendo assim a necessidade de registrar esse momento de elevação dos grupos relacionados a esta Capitania. Contudo, diferentemente do *Resumo chronologico* (1887), João Brígido juntou a terceira e a quinta *época* (lembrando a inexistência de uma quarta) e assim, o final do terceiro e início de um quarto momento em *Ephemerides do Ceará*, com a abdicação do trono feita pelo então Imperador D. Pedro I. A quarta *época* iria de 1831 até 1892, encerrando o texto com esse formato específico nesse trabalho (BRÍGIDO, 1900, p. 115 e 153).

Um detalhe que nos chamou atenção foi uma nota ao final desse estudo de caráter sintético que foi publicado em tal obra.

escrita e análise do passado brasileiro, valorizando essencialmente a formação da população brasileira pela miscigenação das três raças, contudo, valorizando a figura do europeu, que segundo o autor, com sua força e intelectualidade havia elevado o País a um patamar de Nação. Para maiores informações, ver GUIMARÃES, 2011b.

N.B. – O autor começou este trabalho pelo *Resumo Chronologico da Historia do Ceará*, que confeccionou, para ser a *Parte 4ª* do *Ensaio Estatístico* do Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil, editado no Maranhão em 1863. Depois dessa época o foi accrescentando e illustrando, e deo-lhe publicidade duas vezes em periodicos da Fortaleza, outras tantas em brochuras.

Todos os dados possiveis forão recolhidos de autores diversos, e documentos originaes.

J. Brígido.

Abril – 1900.

(BRÍGIDO, 1900, p. 154)

Nessa NB (*nota bene*), o autor explica as motivações que lhe levaram a produzir tal trabalho dentro desse formato, deixando claro que, se a primeira publicação se deu em 1876, com o primeiro *Resumo chronologico*, esse texto seria anterior, tendo sua publicação anteriormente ligada ao *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, editado em 1863, no Maranhão pelo seu autor, Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil, o que nos mostra o quanto esse trabalho veio crescendo em detalhes no decorrer do processo de sua formulação. Ao final da *nota bene*, João Brígido ainda deixa um elemento que servisse para o isentar de qualquer equívoco que pudesse ser relacionado a ele, ao declarar que “todos os dados possíveis forão recolhidos de autores diversos, e documentos originaes”, tentando assim evitar algum ataque por parte de seus críticos.

Esses três trabalhos publicados anteriormente, propiciaram a João Brígido elementos que o possibilitaram escrever e publicar ao final da vida o que seria a sua mais completa síntese sobre o passado do Ceará dentro desse formato que estamos analisando. Mesmo não sendo publicado sozinho, *Datas Históricas do Ceará* chega a ocupar um terço da coletânea *Ceará – homens e factos*, último livro do autor publicado em vida, no ano de 1919. Sendo o mais completo trabalho de resumo de eventos políticos, bélicos e administrativos, ele foi dividido em seis *épocas*, nas quais alguns marcos anteriores se mantêm enquanto novos referenciais aparecem pela primeira vez.

Com um rápido acréscimo e utilizando-se das leituras feitas de Varnhagen, a primeira *época* em *Datas Históricas do Ceará*, tem como marco não a chegada dos portugueses ao litoral das terras do além-mar e sim avistamento das terras, onde posteriormente seria o Ceará por Vicente Pinzón, em 1500. Assim, o que antes se determinava como primeira *época* nos trabalhos

anteriores agora passa a ser segunda, mantendo-se o mesmo referencial que é a chegada dos portugueses ao território da Capitania do Ceará.

Se antes, o marco de origem do Ceará nos trabalhos anteriores era a chegada de portugueses (ou mesmo franceses em *Ephemerides do Ceará*), legitimando a formação da elite local a partir de sua ascendência, o fato de citar elementos anteriores referentes a Pinzón, por exemplo, não diminuiria a importância da chegada de Pêro Coelho de Souza, em 1603. Serviria muito mais como valorização do trabalho de pesquisa do próprio João Brígido, tendo em vista o quanto era importante dentre esses produtores de textos sobre o passado, no século XIX, a originalidade seja da produção de alguma pesquisa, seja da divulgação de algum documento ou trabalho. Ao utilizar o trabalho de Varnhagen e citá-lo, João Brígido estava construindo para si próprio um espaço de atuação de sua intelectualidade que compreendia o “Heródoto brasileiro” como um de seus pares.

A partir desse ponto, todas as marcações de início das *épocas* seguintes são basicamente das anteriormente utilizadas: a terceira *época* iniciaria-se com a expulsão dos holandeses em 1654; a quarta, com o desligamento do Ceará de Pernambuco, em 1799; a quinta, com a abdicação de D. Pedro I, em 1831; e a sexta teria como recorte temporal 1893 até 1914.

Dessas estruturas pensadas por João Brígido falta-nos analisar o que marcaria o início da sexta *época* em 1893, mas as respostas para isso podem ser encontradas nos últimos registros do período anterior, mais precisamente com as datações entre 1889 e 1891 e que marcam o fim do processo de estabelecimento do regime republicano, principalmente no Ceará.

Assim, pensando em conjunto esses quatro trabalhos, e como resultado dessa análise, elaboramos a tabela a seguir, em uma tentativa de facilitar a compreensão dos recortes propostos por Brígido, nas quatro obras analisadas:

Resumos Cronológicos e Efemérides de João Brígido							
Resumo Chronológico da História do Ceará segundo os documentos conhecidos até 1876 (1876)		1ª Epocha (1603 - 1654)	2ª Epocha (1654 - 1799)				
Resumo Chronológico para a História do Ceará (1887)		1ª Epocha (1603 - 1654)	2ª Epocha (1654 - 1799)	3ª Epocha (1799 - 1821)	5ª Epocha (1821 - 1831)	6ª Epocha (1831 - 1870)	
Ephemerides do Ceará (1900)		1ª Epocha (1590 - 1649)	2ª Epocha (1654 - 1799)	3ª Epocha (1799 - 1831)	4ª Epocha (1831 - 1891)		
"Datas Históricas do Ceará" in Ceará - homens e factos (1919)	1ª Epocha (1500 - 1594)	2ª Epocha (1603 - 1649)	3ª Epocha (1654 - 1798)	4ª Epocha (1799 - 1831)	5ª Epocha (1831 - 1891)	6ª Epocha (1893 - 1914)	

Como explicamos anteriormente, alguns referenciais e recorte temporais em João Brígido são bem claros e isso salta a vista quando observamos os limites de cada uma dessas *épocas* elencadas, seja 1654, ou mesmo 1799, e esses momentos muito revelam sobre a visão de história que trazia João Brígido e como se processava o *métier* de um produtor de textos sobre o passado.

Na trajetória desses textos analisados, os indícios deixados sugerem lugares de pertencimento que João Brígido pudesse fazer parte. O alargamento das efemérides era um dos elementos necessários, por exemplo, para que seu trabalho pudesse ser considerado legítimo dentro dos Institutos Históricos. Afinal, estamos falando de um período marcado pelo academicismo e o bacharelismo, e com isso, por uma suntuosidade e floreio na escrita, ainda que fosse almejada sua cientificidade.

Essa questão da formação de identidade a partir da questão da intelectualidade não poderia fazer-se completa em nossa análise se não esmiuçássemos as discussões e críticas à obra de João Brígido e a relação dele com esses lugares de pertencimento, como veremos a seguir.

2.3. Intelectuais em debate: uma questão de identificação

Dedicamos esse momento ao enfoque de duas perspectivas que entendemos como basilares para a construção identitária no que diz respeito a ser intelectual: as críticas e os lugares de pertencimento.

Diversas foram as críticas formuladas nos meios intelectuais a respeito da escrita de João Brígido, já que muitos consideravam sua obra como algo de desigual qualidade e de fontes duvidosas. Mais do que esmiuçar essas críticas e acabar tornando a discussão repetitiva, preferimos entender esse ato de criticar e observamos em vários momentos que não é apenas na crítica ferrenha que se encontram traços da relação entre esses intelectuais, mas também, na construção do elogio que traz consigo uma crítica, revelando aspectos dessas tensões que envolvem os grupos intelectuais e seus membros.

Um desses momentos de tensão pode ser identificado em uma publicação na revista do Instituto do Ceará, em 1888, escrita por João Baptista Perdigão de Oliveira, que, apesar de defini-la como uma “ligeira apreciação”, lista ao longo de 55 páginas³³ “Equivocos ou Erros”, encontrados no livro *Resumo Chronologico para a Historia do Ceará* de 1887. Além das críticas, esse artigo ainda traz o exercício de retórica desenvolvido por João Baptista de Oliveira nos elogios na introdução da apreciação que foi feita, transparecendo que muito mais do que o ato de criticar, era necessário construir um modo palatável de apresentar tais críticas. A polidez mostrou-se fundamental na construção desses apontamentos, principalmente quando se tratava de criticar um senhor quase sexagenário, que tinha laços profundos com membros fundadores do Instituto (apesar de Perdigão de Oliveira também ser um deles) e que já vinha publicando narrativas históricas desde o fim da década de 1850.

No início dessa *Ligeira Apreciação* de Perdigão de Oliveira, podemos ler:

Ha mezes foi entregue à apreciação do publico o *Resumo Chronologico para a Historia do Ceará*, trabalho da hábil penna do Sr. João Brígido dos Santos.

³³ Com esse número de páginas, podemos considerar o texto ligeiramente extenso para fazer parte do periódico, chegando inclusive a ser um dos mais longos dessa edição.

[...]

Ha mezes, dissemos, e, entretanto, até agora nenhuma apreciação foi feita ao *Resumo Chronologico*, e, a não serem os elogios dispensados pelo *Libertador* e *Gazeta do Norte*, quasi que passou elle desapercibido entre nós.

[..] actualmente, quando a Historia do Ceará acha-se ainda em estado de elaboração, pois que as datas de diversos factos seus, sinão mesmo os proprios factos, soffrem contestaões, o livro do Sr. J. Brígido, parece-nos, devia motivar mais que o simples elogio – uma critica justa, imparcial, que mostrando o merito desse trabalho apresentasse-nos tambem seus erros ou defeitos.

(Revista do Instituto do Ceará, 1888, p. 25 e 26)

Percebamos, inicialmente, a apresentação à obra de Brígido, por parte de Perdigão de Oliveira. A referência a periódicos que elogiaram o *Resumo Chronologico* (1887) deixa clara a importância que essa publicação teria dentre os pares, porém, pela própria lógica cientificista do século XIX, haveria ainda a necessidade de uma crítica (ainda que alegadamente “imparcial”) para que ficassem claros os méritos da obra, assim como seus “erros ou defeitos”. Os problemas encontrados por Perdigão de Oliveira neste trabalho de João Brígido poderiam ser divididos em três aspectos: equívocos quanto às datas e fatos; narração incompleta de alguns desses fatos; e omissão de outros referentes a História do Brasil que se revertem sobre o Ceará.

Antes de iniciar sua crítica sobre aspectos específicos do *Resumo Chronologico*, Perdigão de Oliveira tece seu próprio elogio ao trabalho, pois ao justificar a relevância que essa obra assumia, acaba ele por apontar a própria importância da crítica que estava construindo. Além disso, há nessas linhas introdutórias de Perdigão de Oliveira uma demonstração de respeito à figura de João Brígido, na qual, mesmo utilizando-se da retórica, aponta o autor do *Resumo Chronologico*, como “professor e amigo”:

Por mais de uma vez (confessamos) quizeamos desistir do nosso intento, na consideração da nossa incompetencia e na de termos de enfrentar a um ilustre professor e amigo.

O livro do Sr. João Brígido é, no seu genero, o melhor que possuimos na Provincia.

O primeiro trabalho escripto sobre o assumpto é do Senador Pompeu. [...] Alcança apenas o anno de 1961, e tem grande deficiencia de factos.

Notam-se, porem, no livro do Sr. João Brígido diversas faltas, que devem quanto antes ser rectificadas.

Quando se trata da Historia do Ceara, é o Sr. João Brígido com justa razão considerado como autoridade ; d'ahi o nosso escrupulo de apresentar-nos em campo a combatel-o, d'ahi tambem a imperiosa necessidade que há em ser, desde logo, qualquer equivoco ou erro seu devidamente refutado, afim de que não venha, para o futuro a ser tomado sem a minima inspecção como uma verdade, lançando assim mais algumas trevas na nossa Historia Patria.

(Revista do Instituto do Ceará, 1888, p. 26 e 27)

Há ainda outros aspectos interessantes nesse trecho que destacamos. O primeiro deles é o fato de Perdigão de Oliveira, um dos grandes nomes da historiografia cearense no período, apontar o *Resumo Chronologico* (1887) como a maior obra que se tinha no período dentre os que eram produzidos como efemérides, inclusive alegando que a obra de Brígido havia superado a do Senador Pompeu, outro grande nome das primeiras narrativas históricas do Ceará. É a partir da dimensão que é dada ao *Resumo Chronologico* de João Brígido que surge a maior justificativa para que Perdigão de Oliveira escrevesse essa “Ligeira Apreciação”: as críticas e correções seriam necessárias para evitar que falhas encontradas na obra fossem absorvidas como “verdade” no futuro. Estava assim justificado um texto de cinquenta e cinco páginas contendo propostas de correção a vários pontos dessa publicação. E essa relação entre o elogio e a crítica ganhava força, ainda que João Brígido fosse apontado como “autoridade”.

Em outro artigo, também publicado pela revista do Instituto do Ceará em 1965, José Aurélio Câmara trouxe à tona um trecho de uma carta de Capistrano de Abreu ao Barão de Studart, escrita em 1921, ano da morte de João Brígido:

Da primeira geração de historiadores do Ceará, anteriores ao cólera, resta hoje inutilizado o velho João Brígido, sem escola, sem método, muitas vezes mal ou não documentado, mas superior em intuição ao Theberge, Pompeu e Araripe.

(Revista do Instituto do Ceará, 1965, p. 332)

Aparecem aqui dois dos importantes nomes da historiografia cearense e brasileira: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart. Mesmo sendo tão caro a esses dois historiadores a perspectiva de uma metodologia de trabalho e do cuidado com as fontes, inclusive citando-as, de novo o elogio aparece, só que dessa vez nos parece mais sincero pelo próprio caráter desse

documento – uma troca de correspondências pessoal entre dois amigos e colegas de ofício. A fala de Capistrano de Abreu pode ser confrontada com o que, posteriormente, José Honório Rodrigues viria a chamar a atenção a respeito da produção de Brígido, quando afirma que há um elemento que o diferencia de Pedro Théberge, Thomaz Pompeu e Tristão de Alencar Araripe. Enquanto a “intuição”, segundo Capistrano de Abreu, distingue as narrativas históricas de João Brígido dos demais intelectuais citados, José Honório Rodrigues aponta para o fato de que por ser um coletor das vozes da consciência popular ainda viva pelo interior do Ceará, “João Brígido está impregnado do sentimento local da terra e da gente” (RODRIGUES, 1959).

Sob a perspectiva de como era visto o *métier* do historiador no século XIX, a utilização de metodologias de trabalho que fugissem dos documentos oficiais e, ainda mais, utilizasse narrativas orais e memórias para o preenchimento de lacunas, denotariam o mau pesquisador que seguisse por esse caminho. Daí a falta de “método” citada por Capistrano de Abreu e a imprecisão das datas apontadas por Perdigão de Oliveira anteriormente. Contudo, alguns dos comentadores de sua obra, como Jáder de Carvalho e José Aurélio Câmara, apontam para o fato de que, mesmo não tendo a paciente capacidade de pesquisa de Guilherme Studart ou a humildade para admitir equívocos e opiniões contrárias, a inexatidão das datas era compensada por uma análise pontual dos acontecimentos nos textos de João Brígido, sendo esta sensibilidade a real ‘intuição’ apontada por Capistrano.

2.3.1. Lugares de Pertencimento

Como mencionamos anteriormente, João Brígido fez parte do IHGB durante quase 30 anos³⁴, quando convidado a ingressar na instituição em 1862, com seu pedido de desligamento aprovado em 1891. Contudo, apesar da importância de fazer parte do grupo responsável pela grande produção sobre o passado histórico brasileiro, João Brígido pouco produziu para as revistas desse Instituto. Seu respaldo alargava-se entre seus pares tanto pela suposta proximidade com o Imperador D. Pedro II³⁵, como pela publicação de diversos artigos na revista do Instituto do Ceará, do qual não fazia parte, por já ser filiado ao IHGB.

No Instituto do Ceará, fundado entre outros por Thomaz Pompeu de Souza Brasil Filho em 1887, João Brígido contribuiu com pelo menos 16 artigos, alguns deles publicados anteriormente na coletânea *Miscellanea Histórica...* (1889) e outros posteriormente na coletânea *Ceará – Homens e Fatos* (1919). Muitos deles consistiam em biografias de nomes considerados por ele importantes no passado histórico do Ceará³⁶, já outros fugiam do que lhe era comum na escrita, quando se propôs a analisar a etimologia de algumas palavras (Revista do Instituto do Ceará, 1902, p. 121-125) ou as memórias relacionadas ao trecho da estrada de ferro construída entre o Crato e Lavras (Revista do Instituto do Ceará, 1920, p. 178-186.). Essa variedade de textos, juntamente com a quantidade deles publicados denotam um acesso relativamente fácil de João Brígido às publicações do periódico e só o reconhecimento por parte daqueles que faziam funcionar a produção do Instituto do Ceará no período justificaria tal acesso. Se escrever nesse período era um ato político como defendemos, acima de tudo (inclusive das críticas), esse espaço era não só experienciado por João Brígido como também pode ser considerado como um lugar de pertencimento dele e de sua produção, nas primeiras três décadas de funcionamento do Instituto do Ceará.

³⁴ Sobre sua inserção ao grupo do IHGB, ver Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO XXV, 1862, p. 765. Já sobre seu desligamento, ver Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO LIV, pt 2, 1891, p. 241.

³⁵ Questão relatada por sua neta Diva Brígida e publicada em BARRETO, 2005, p. 31.

³⁶ As biografias publicadas na Revista do Instituto do Ceará foram as de: Padre Gonçalo Ignacio Loyola Albuquerque Mello (TOMO III, 1889); Pessoa Anta (TOMO III, 1889); Pedro Labatut (TOMO XVII, 1903); Major João Facundo de Castro Menezes (TOMO XXII, 1908); Eduardo Angelim (TOMO XXIII, 1909); João Pacheco (TOMO XXIV, 1910)

Não podemos desconsiderar a importância dos periódicos durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Até as emissoras de rádio ganharem força na década de 1920, os jornais eram os principais responsáveis pela divulgação de eventos, notícias, além de crônicas, poesias, propaganda entre outros formatos. Em geral contendo apenas quatro páginas, os vários periódicos que circulavam em Fortaleza durante esse período tinham suas características próprias, essencialmente por serem o meio de divulgação e circulação de ideias dos grupos que os mantinham. Assim, esses jornais adotavam, pelo espaço reduzido de seus números, questões mais pontuais e que estivessem diretamente ligadas a sua postura. Havia jornais que divulgavam notícias policiais e gerais, como a *Gazeta de Notícias*; jornais católicos, como o *O Nordeste*; jornais ligados a grupos específicos como o *Fraternidade*, sustentado pelos maçons e que funcionava desde a década de 1870.

Essa diversidade de periódicos e de quem os escrevia é essencial para que percebamos as discussões entre grupos que usavam os jornais como “armas”, que atacavam e rebatiam acusações, difamações entre grupos que rivalizassem, afinal

[...] alguns poetas e romancistas deste período tiveram participação na imprensa local, a defender seus princípios filosóficos, científicos ou alguma causa ligada às famílias oligárquicas tradicionais. Desse modo, em duas frentes de jornalismo, o político ou o literário-científico, eles procuravam mobilizar o público leitor, deixando-o a par dos debates políticos e intelectuais que envolviam os centros urbanos brasileiros, a entenderem aqui que o historiador Nicolau Sevcenko denominou de “literatura como missão”, pois eles acreditavam no poder da atividade letrada enquanto ação transformadora da realidade. (CARDOSO in SOUZA, 2002, p. 42)

Como desenvolveu Gleudson Passos Cardoso, essa diversidade de fontes é de grande valia para os historiadores da imprensa e aqueles que se dispõem a perceber essas tensões entre os grupos e a visão que esses grupos tinham de si mesmos.

Em meio a essa profusão de periódicos, João Brígido teve uma participação tão importante nesse meio, que por vezes é primeiramente como jornalista que é lembrado. Com participação nas duas frentes citadas por Gleudson Cardoso, João Brígido fez parte de jornais em que o conteúdo era

diretamente ligado à política, como o *Unitário* ou a *República* e de outros que tinham um caráter literário-científico, como a *Fraternidade*. Esse reconhecimento mostra-se importante, tendo em vista que, mesmo gerando inimigos, sua ação foi de um alcance significativo.

Se observarmos os períodos de dois desses periódicos (*Fraternidade* e *Unitário*) quando contavam com a participação de João Brígido, a relação entre seus pares mostra alguns indícios que contribuem para a discussão da construção de sua imagem enquanto intelectual. Analisando a atuação desse sujeito no periódico *Fraternidade*, durante a década de 1870, é possível notar a ação de alguns intelectuais na discussão sobre ideais burgueses, racionais e cientificistas, dentre seus letrados membros, suprimindo o caráter secreto que a instituição possuía, principalmente após a fundação desse periódico maçônico. Membros da Igreja Católica também se utilizavam da imprensa como meio de difusão do dogmatismo religioso, e o crescimento de uma imprensa maçônica em Fortaleza fez com que o embate entre maçons e católicos conservadores se tornasse mais presente e conhecido do grande público. Segundo Berenice de Castro Neves:

Dentre os vários indivíduos pertencentes às elites cearenses que se filiaram às lojas maçônicas no período do Império, vale destacar o papel desempenhado por segmentos intelectuais, que tiveram na imprensa maçônica um importante espaço de divulgação de suas ideias. No caso do jornal maçom *Fraternidade*, estamos falando do experiente e polêmico jornalista João Brígido e dos então jovens Thomas Pompeu de Sousa Brasil, filho do senador de mesmo nome, Tristão de Alencar de Araripe Júnior, membro da tradicional família Alencar, do Cariri cearense, e Xilderico Farias. (SOUZA, 2002, p 99)

Esse embate teve como objetos de vinculação de ideias o já citado *Fraternidade* e o jornal *Tribuna Católica*, baluarte de conservadorismo da instituição católica na cidade de Fortaleza. A disputa no campo da imprensa deixou claras as intenções e posições de ambas as partes a respeito da outra. Por um lado, os textos atribuídos aos maçons defendiam um progresso desenvolvido a partir da laicização da vida e com isso da educação e da imprensa, além da liberdade de culto e a derrubada dos defensores dos dogmas católicos que difundiam, segundo esses liberais, o misticismo, o fanatismo e com isso a ignorância dentre o povo da Capital e do sertão. Por outro lado, no texto

dos conservadores católicos ocorria a tentativa de desacreditar a população diante dos textos e ideias dos maçons, sempre chamando atenção para o fato de ser uma sociedade secreta, guardadora de segredos, o que favorecia a ideia de conspiradores de revoluções contra a Coroa e a Igreja. Como conservadores, esse jornal católico fazia questão de salientar a presença da instituição maçônica em vários momentos de revoluções e, atribuindo um sentido negativo à perspectiva de mudança, tentava assim invalidar suas ideias e posições. (NEVES in SOUZA, 2002)

Apesar do jornal *Fraternidade* ter sido fundado em 1873, as críticas aos maçons já aconteciam anteriormente, sendo João Brígido um dos principais alvos desse segmento católico da imprensa local. Ele, juntamente com o jovem Thomaz Pompeu Filho já haviam divulgado muitos dessas ideias maçônicas, anos antes em um outro periódico, o *Cearense*. Com fundação em 1873, João Brígido mais uma vez se fez presente nesse novo meio de exposição de perspectivas da maçonaria cearense, utilizando-se de sua influência e prestígio dentro da produção de periódicos na cidade de Fortaleza, tornando-se uma das referências na luta por esses ideais. Muitas vezes, os próprios membros conservadores atuantes na imprensa local viam em Brígido um manipulador de jovens, juntamente com os mais velhos que também frequentavam a loja *Fraternidade Cearense*, na qual João Brígido também foi orador durante algum tempo. Uma das passagens que chama atenção para tal fato pode ser encontrada em um dos artigos da *Tribuna Católica*, em 1874:

Não se pode negar a identidade de ideias, porque o Sr. Dr. Pompeu diz que Deus é um vocativo sublime, e não admite religião; o Sr. Brígido, seu **mentor** [grifo nosso], propala de público por onde anda que o homem é um macaco transformado; e por isto está visto que não admite Deus, nem Christo, nem religião alguma. (*Tribuna Católica*, 1874, p. 1)

João Brígido não era apenas citado, mas evidenciado como defensor de ideias modernas e como “mentor” dos mais jovens que participavam também dessa imprensa maçônica. Importante também salientar nesta citação a presença do repúdio, por parte dos conservadores católicos, à teoria da evolução de Darwin dentre outros autores. Autores como Darwin, Spencer e Comte foram lidos por esses intelectuais e seus textos foram discutidos em aulas populares que ministravam, já que a preocupação com a laicização da educação, aqui já

citada, era outro ponto debatido e defendido pelos “batalhadores das Ideias” (OLIVEIRA, 1998).

Além de atuar nessa frente de jornalismo, entendida por Gleudson Passos anteriormente como “literário-científica”, nossa análise perpassa também pelo caráter político dessa atuação jornalística de João Brígido, na qual identificamos a importância do periódico fundado por ele e denominado de *Unitário*. Essa atuação ganha força se percebermos a visão de política de Brígido quando afirma: “A política é, no Brasil, o grande inconveniente de se aprender a ler. Por todo caminho que a gente escolha vai dar com as ventas na política.” (BRÍGIDO, 1900).

Portanto, a ação de João Brígido na imprensa do Ceará durante a segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX é relevante. Vários foram os periódicos que trouxeram textos desse jornalista. Ele mesmo elenca na segunda parte de sua autobiografia, publicada no livro *Ceará – Lado cômico*, alguns dos quais ele se fez presente na perspectiva de versar sobre o cotidiano a partir de seu ponto de vista.

Do periódico *Zéfiro*, na segunda metade da década de 1840, quando ainda era estudante do Liceu em Fortaleza, até a fundação do *Unitário* em 1903, do qual foi redator-chefe e principal organizador, João Brígido tentou se fazer presente de uma forma tão intensa através dos periódicos, que logo recebeu a alcunha de polemista nato e jornalista combativo. Sua principal característica com relação a esse local de atuação foi, na medida do possível, manter ataques constantes àqueles que lhes eram contrários. Não por acaso, Raimundo Girão assim definiu o *Unitário*:

Foi seu principal fundador e diretor João Brígido dos Santos. Irrequieto, combativo, destemeroso e culto, foi Brígido a mais forte e, diga-se, a mais violenta expressão do jornalismo no Ceará, tendo fundado diversas folhas na sua longa existência de 90 anos. (GIRÃO, 1985, p. 396)

Como conhecedor e crítico dos escritos de João Brígido (não só enquanto jornalista, mas de modo mais geral), Jader de Carvalho tenta definir esse intelectual a partir de sua escrita:

[...] A um só tempo, contraditoriamente explosivo, ferino e frio, quer no estudo do passado, quer no trato do presente, agia sempre de acordo com os seus sentimentos, os seus pontos de vista, as suas inclinações filosóficas, políticas e pessoais. Nas chocantes facetas do seu espírito é que reside, sem dúvida alguma, a complexidade de sua obra – vasta, viva, com intervalos de paz e guerra. (CARVALHO, 1969, p. 13-14)

Essa relação entre seus escritos jornalísticos e seu engajamento político é tão intrínseca que este seu último e mais incisivo instrumento a destilar injúrias contra seus adversários políticos, recebia como sub-título a epígrafe “jornal político”. Anos depois, entre 1910 e 1911, *O Unitário* passou a ostentar a inscrição “Órgão do Partido Republicano Liberal”. Não por acaso, dez anos antes, quando ainda participava do periódico *A República*, ele escreveu:

Devo prevenir ao público que sempre fui liberal. Assim como conservador vem a ser todo o bicho humano, que subscreve os caprichos do seu tempo, liberal é todo aquele que não se conforma com eles e dá-lhes um pontapé, reclamando sempre coisa melhor, à sua imagem ou fantasia. Sempre estive em revolta com as situações que atravesssei, me parecendo, ainda hoje, que este mundo não presta, e que o outro dos poetas e dos padres não há de ser lá o que eles dizem. (*A República*, 1900, p.1)

Quanto ao posicionamento político de Brígido, vale salientar que até o fim do Estado Imperial brasileiro, ele era um monarquista assumido, carregado de respeito à figura de D. Pedro II. Com a instauração de um sistema republicano no Brasil, Brígido assumiu uma postura a favor do novo sistema. Vale considerar, pelo menos, a oposição entre deodoristas e florianistas nos primeiros anos do novo sistema, que já mostravam como esse ainda era instável e João Brígido faz parte dos apoiadores do Marechal Floriano Peixoto em detrimento aos que seguiam as indicações do Marechal Deodoro da Fonseca (ANDRADE in SOUZA, 1989).

O que se nota em meio a ideais e posições políticas adotadas por aqueles que tentavam se adaptar ao novo regime é muito mais uma flexibilidade – para não utilizar até o termo oportunismo – destes que em sua maioria tentavam se inserir em um contexto econômico que tem traços do antigo sistema,

mas que no período, ganha contornos burocráticos mais enfáticos e, entremeando-se com uma perspectiva que tinha os cargos públicos como alvo, passam a formatar um amálgama que tanto reflete a estrutura político-administrativa do País, até os dias atuais.

Como já discutimos em outro momento, antes da fundação do jornal *Unitário*, em 1903, João Brígido mantinha relações intensas com Nogueira Accioly, político influente que chegou a ser Presidente da Província, e seus correligionários. Essa relação foi rompida por Brígido, segundo ele mesmo, quando em 03 de janeiro de 1904, aconteceu a greve dos catraieiros, devido a imposição de uma lei do então presidente do Ceará, Pedro Borges, um dos correligionários de Accioly, para o alistamento dos trabalhadores do mar - pescadores e catraieiros – na Armada da Marinha. Esse levante de trabalhadores foi fortemente revidado pelas forças oficiais que foram enviadas ao porto para, utilizando-se da força, repreender os representantes de modo exemplar.

Apesar da já existência do periódico de Brígido – e principalmente, de muitos de seus textos cáusticos – foi a partir do levante desses trabalhadores que ele rompeu em definitivo com Accioly e passou a ser um de seus mais ferrenhos opositores. A partir de então, o experiente jornalista estabeleceu-se, definitivamente, como, além do mais voraz crítico dos posicionamentos adotados por Accioly, um dos mais celebres jornalistas do Ceará. (MORAIS, 2009)

Nos locais de pertencimento como o Instituto do Ceará ou o periódico *Unitário* em que sua atuação e seus textos se fazem presentes, há pelo menos um caso no qual o nome de João Brígido é utilizado mesmo sem existir qualquer publicação dele veiculado a esse espaço. Estamos nos referindo à Academia Cearense de Letras (ACL), onde João Brígido é patrono de uma Cadeira, mesmo sem ter publicado qualquer trabalho ficcional nesta Academia Cearense ou em outro local.

Fundada em 1894, a Academia Cearense³⁷ antecipou em alguns anos a própria Academia Brasileira de Letras, que só veio a funcionar três anos

³⁷ A denominação completa “Academia Cearense **de Letras**” só veio à tona com a reformulação da instituição, em 1922, no governo de Justiniano de Serpa. Para maiores informações, ver o texto *Academia Cearense e Academia Cearense De Letras*, de Leonardo Mota, que se encontra na Revista do Instituto do Ceará, TOMO LIV, de 1940.

depois. Esse espaço de produção e discussão da intelectualidade cearense teve entre seus fundadores Thomaz Pompeu Filho, assim como o Instituto do Ceará. A presença desse sujeito, anteriormente citado quando falamos do Instituto do Ceará e do periódico maçom *Fraternidade*, elucida traços da relação que detinha com João Brígido, principalmente se considerarmos referente a esses três espaços e momentos.

Antes de aprofundarmos tal análise, entendamos como funcionava o sistema de organização de membros e patronos da Academia Cearense (mais tarde, “de Letras”): formada inicialmente por 28 membros, desde quando foi fundada em 1894 até 1914, essa instituição produzia anualmente um periódico. A partir de 1914, há uma desarticulação e, de seus membros iniciais, apenas 8 ainda residiam em Fortaleza, tendo o restante falecido ou mudado de cidade. Então em 1922, Justiniano de Serpa a reorganiza sob nova denominação, passando a ser conhecida como Academia Cearense de Letras (ACL) e o sistema de “patronos” é adotado. Cada um dos membros das cadeiras da ACL deveria indicar um nome para ser homenageado, recebendo a honra de ter seu nome vinculado como patrono de uma cadeira da Academia. Após a morte de Serpa em 1923, a ideia da Academia vai perdendo força, praticamente parando de funcionar até 1930, quando mais uma vez o presidente do Estado Matos Peixoto (assim como Justiniano de Serpa) reascende a perspectiva de funcionamento da Academia, mais uma vez mudando nomes dos membros e dos patronos. (MOTA, 1940)

Ora, quando foi fundada a Academia Cearense em 1894, nomes como Thomaz Pompeu Filho e Antônio Teodorico da Costa Filho faziam parte dos primeiros ocupantes das cadeiras dessa instituição. Acontece que já vimos a relação próxima entre João Brígido e Thomaz Pompeu Filho, tanto como sendo o primeiro uma espécie de mentor do segundo, como pelo fato do segundo, como membro-fundador do Instituto do Ceará, ter aberto as portas para as publicações de Brígido nos periódicos da instituição. Além desses dois nomes, também fazia parte do Instituto do Ceará Antônio Teodorico da Costa Filho, que também foi um dos membros-fundadores da Academia Cearense. Não por acaso, quando acontece a retomada do funcionamento da instituição por parte de Serpa em 1922, Teodorico da Costa, um dos 8 membros que ainda se faziam presentes na cidade desde a fundação, escolheu João Brígido como patrono de sua cadeira,

de número 28, meses após sua morte. Posteriormente em 1930, o nome de João Brígido foi escolhido para ser patrono da cadeira número 15³⁸, que teria Jáder de Carvalho como membro e atualmente, ele é patrono da de número 14. (BARREIRA, 1948)

Assim, consideramos a Academia Cearense de Letras, como um local de pertencimento de João Brígido, mesmo que póstumo e mais ainda, sem sequer ter sido publicado qualquer texto literário ficcional desse autor. De fato, mais que um local de pertencimento, o patronato de uma cadeira na Academia Cearense de Letras funcionaria como uma homenagem. Ainda assim, é justamente nas teias de relações, no reconhecimento e apoio entre os iguais, que esse espaço complementa essa identidade construída, mesmo que nesse caso seja de responsabilidade de seus pares ao ser lembrado. Juntamente com a homenagem ao sujeito, sua obra é também reverenciada, nesse momento, elemento que delineia o que inicialmente apontávamos: a ideia de que existia nos textos de João Brígido a intencionalidade de se perpetuar, enquanto intelectual – como uma categoria identitária – não só entre seus contemporâneos, mas também para a posteridade.

³⁸ A mudança na numeração da cadeira aconteceu em 1930, quando a direção da Academia Cearense de Letras decidiu que cada cadeira receberia o nome do patrono a partir de uma lista que os organizasse em ordem alfabética. A mudança da numeração da cadeira que tem João Brígido como patrono de 15 para 14 se deu pela retirada de Agapito dos Santos da lista de patronos.

CAPÍTULO 3: ESCRITA DE JOÃO BRÍGIDO ENQUANTO “ESTILO”

3.1. Do Estilo: o caso de João Brígido

“Estilos” não são meros ornamentos ou roupagens do pensamento, como já trabalhavam os românticos, mas sim parte da essência do objeto. O historiador é um escritor, um narrador. Ele pode até se posicionar diferentemente de um autor de ficção perante aos “fatos históricos” e às suas fontes, que dão vida à pesquisa, mas ao escrever, o historiador revela como vê o seu mundo e o campo histórico em que está inserido, já que “toda percepção é uma interpretação; a mais simples observação (como disse Goethe há muito tempo atrás) já é uma teoria. Os fatos nunca são neutros; vêm impregnados por juízos de valor”. (GAY, 1990, p. 176).

Fazendo uma análise de um modo geral a respeito dos conceitos a serem trabalhados nesse momento, temos como base em sua formulação o de “estilos”, termo que apresentamos no plural para melhor discutir a produção de textos escritos por João Brígido sobre o passado, pois nosso objetivo principal tem como foco a discussão a respeito dessa escrita e de uma série de elementos que estão entranhados ao ato. A análise dos “estilos” também desponha na perspectiva de perceber como se formata essa produção, dentro das escolhas do autor de como fazer esses textos chegarem aos seus leitores e os formatos dos textos e dos livros.

Dentro dessa perspectiva de caminhos da escrita – ou seja, a respeito de quais formas essa produção de João Brígido assumiu –, entendemos como mais prudente retomarmos o diálogo sobre a questão do intelectual e do produtor de narrativas históricas no século XIX trazida por Stephen Bann em seu anteriormente citado *As invenções da História* (1994), principalmente a partir da atenção que o autor chama para as conexões históricas relacionadas à História enquanto disciplina, que se desassociava naquele momento da filosofia, como o museu histórico, as pinturas e o romance. Atentemos para este último: o romance (a ficção) é algo discutido em paralelo com essa escrita da história, por andarem de mãos dadas. Nesse sentido tendo em vista que, parte da essência do objeto está incrustada em seu estilo, o que aproxima em demasia a escrita ficcional e as narrativas históricas do século XIX. Constatamos que as duas categorias de textos (históricos e ficção) carregam especificidades, mas o

narrador sempre revela muito de si em seus textos, na escolha dos temas e modos de abordá-los e, no caso dos intelectuais produtores de narrativas históricas, a escolha e interpretação dos fatos revelam ainda mais, pois esses nunca são neutros. E cada vez que um desses intelectuais se debruçava sobre suas fontes, estava também interpretando o mundo, a partir das percepções e do campo histórico em que estava inserido – algo dos quais somos herdeiros em nosso ofício.

Ainda na citada obra de Stephen Bann, no artigo *Analisando o Discurso da História*, este autor trabalha com interpretações da história, relacionando-as diretamente ao formato da escrita das narrativas históricas no final do século XVIII e no século XIX. Enquanto a História, como disciplina estava ligada à Filosofia, a sua escrita estava fincada na retórica. No mesmo momento que a História adotava o paradigma “científico”, “aparelhou-se com novas ferramentas de análise: no próprio estágio que a retórica deixou de ter um domínio soberano sobre os vários modos de composição literária” (BANN, 1994, p. 55). Assim, utilizando-se de um processo desenvolvido pelo acadêmico e crítico literário Lionel Gossman, para trabalhar esse momento, Stephen Bann caracterizou a produção da História enquanto disciplina em três momentos (ou estágios) distintos, a partir do posicionamento de alguns historiadores em se tratando de suas respectivas escritas: primeiramente, a produção histórica era dominada pela retórica, com uma valorização excessiva da escrita do corpo do texto para que houvesse um convencimento verossímil daquilo que se falava; posteriormente, os momentos em busca da História “verdade” por outros meandros, nos quais elementos estéticos passaram a compor o texto, dando um caráter técnico-científico que buscavam esses historiadores; e, finalmente, a ressignificação de valores, um processo que ainda se desenvolve, no qual as formas de utilização da retórica se aproxima dos elementos gráficos para compor um outro modo de perceber o passado.

Assim, desenvolveu-se até o final do século XVIII a construção de textos utilizando-se a retórica, que dominava toda produção literária e nela se incluindo a escrita da História. Essa produção girava em torno da argumentação e de um estilo para cativar o leitor, envolvendo-o nas tramas que se desenrolavam no decorrer dos enredos e discursos. Bann demonstra que, quando algum texto aparecia fora desse formato proposto e trazia em sua

estrutura notas de referências, seus autores eram criticados, sob a acusação³⁹ de não serem competentes o bastante para inserir em seu corpo de texto (em seu enredo) tais informações. (BANN, 1994, p. 53)

Em oposição a isso, na década de 1820, Leopold von Ranke e Augustin Thierry trabalharam sob uma nova percepção: a História como disciplina, na qual a questão da verdade vem à tona e é justificada pela presença de documentos que corroboram as posições levantadas pelo autor. A perspectiva de exaurir as fontes, retirando delas todas as informações da verdade buscada, juntamente com a possibilidade da recriação da realidade de acordo com a descrição no papel, mostrando a “verdade dos fatos” e a categorização dessa produção ligada a documentos “inéditos” que confrontam posições anteriores levantadas iria caracterizar o surgimento dos estudos históricos como perspectiva de trabalho da então nova disciplina acadêmica. A escrita nesse ponto torna-se um indício e também uma prova da realidade, na qual a narrativa assume uma acepção do real. Assim tem início o segundo estágio de Gossman, desenvolvido por Bann (1994, p. 56), em seu estudo.

Posteriormente, após meados do século XX, o que se tem é uma retomada da retórica, trazendo-a de novo para dentro da História e re-significando sua função dentro da disciplina, na qual para se compreender a historiografia, utiliza sob uma nova perspectiva, a partir do diálogo entre a linguística e a semiologia, na compreensão de um sentido ou de um estilo.

Entendemos como relevante distinguir como se posicionariam as narrativas históricas de João Brígido dentro de sua relação com a disciplina História e em que momento dessa passagem entre a retórica dominante e a ausência dela configurar-se-ia tal produção, pois há alguns elementos dentro dessa construção do discurso das primeiras linhas sobre a História do Ceará que apontam para o uso da retórica como mediadora dessa produção. Diante disso, alguns intelectuais apontam para a produção de João Brígido alegando ser ele

³⁹ Aqui entra uma referência a outro artigo de Bann, presente no livro trabalhado, chamado *A história e suas irmãs: direito, medicina e teologia*, no qual o autor vai discutir a relação entre essas quatro disciplinas e como há um relevante contato entre elas e a história, gerando desse diálogo a formatação da História como disciplina acadêmica e a apropriação de elementos da História por estas disciplinas.

um cronista e não um historiador⁴⁰. Desenvolvemos a questão a partir da discussão com Stephen Bann e as relações entre a retórica, a história-ciência e o posicionamento de João Brígido em seus textos historiográficos, na possibilidade de compreensão de um “estilo”. Daí percebermos que as narrativas históricas de João Brígido, enquanto estilo, são transitórias entre dois mundos de produções historiográficas distintas: quando dominada pela retórica e quando se consolida enquanto ciência⁴¹.

Nesse ponto, chamamos atenção para o fato de que esse formato de produção fincado pela retórica foi amplamente aceito nos meios intelectuais da Europa até o embate com os intelectuais alemães da década de 1820, quando esses propuseram uma nova forma de produzir narrativas históricas. João Brígido, ao ter sua produção muito mais próxima do primeiro grupo, evidencia o quanto estava defasado diante das discussões historiográficas do século XIX, já que apenas no início do século XX apareceriam os primeiros textos que partilhavam da perspectiva que desde a segunda década do século anterior já vinha sendo discutida na Europa. Entendemos, porém, que mais do que defasado, havia também escolhas por parte de João Brígido a respeito dos modos de se produzir narrativas históricas.

Sobre o conceito de “estilo”, Peter Gay o define como “um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É a forma e é o conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e todo ofício – e também a história” (GAY, 1990, p. 17-18). Muito do que analisamos e discutimos até agora sobre a produção de João Brígido nos serviu para de alguma forma contribuir para o debate sobre o posicionamento da história entre a arte e a ciência, entre o estilista e o cientista.

Utilizamo-nos anteriormente da análise de Walter Benjamin sobre a figura do narrador, quando percebemos que a arte de narrar relaciona-se quase que de modo inalienável aos homens, na qual seus narradores são os responsáveis pela transmissão de experiências vividas ou apreendidas (BENJAMIN, 1994). Benjamim também nos apontou para um caminho a partir

⁴⁰ A Dra Ivone Cordeiro Barbosa assume essa postura na introdução de uma edição de 2001 do livro *Ceará – Homens e Fatos*, enquanto Jáder de Carvalho o caracteriza não só como cronista, mas também como polígrafo, jornalista e contador de história, mas não como historiador, alegando a falta de um método científico para João Brígido.

do qual podemos compreender que narrar o próprio mundo é descortiná-lo ao outro. É escolher e mostrar, através daquilo que se considera o próprio mundo e o passado. Daí consideramos uma aproximação com o historiador.

Aqui, aproximando do conceito de Peter Gay, o estilista/historiador estaria numa posição de escritor profissional e de leitor profissional. A postura dele como escritor entra na discussão acima citada, mas como leitor, ele deve prezar por uma qualidade quase que literária em sua interpretação perante os fatos analisados e assim o estilo “pode constituir um objeto de satisfação, um veículo de conhecimento ou um instrumento de diagnóstico” (GAY, 1990, p. 18). O que se torna necessário enfatizar é que o estilo fornece informações não só sobre o estilista, mas sobre sua cultura e seu campo. Superemos assim a ideia de que estilo seja um elogio e muito mais um traço marcante da produção – seja ela artística ou histórica – que é capaz de apontar quando analisado para um diagnóstico a respeito da mesma. Metodologicamente, uma separação parece profícua entre o que compõe, nesse caso, a escrita enquanto formatos e temas – ainda que esses sentidos, que Peter Gay apontou ao estilo, sejam complexamente intrincado a respeito desses dois aspectos.

Nossa ideia inicial era chegar ao mundo do ofício de João Brígido, enquanto historiador, através do estudo de como se configuraria seu estilo, partindo da relação na qual o historiador ao observar e refletir, ao mesmo tempo age, numa tentativa de ressignificar o mundo ao redor e dentro de si, transformando-o. Por exemplo, nós compreendemos como uma construção os recortes cronológicos e espaciais que João Brígido fez em suas narrativas históricas, na qual a ordem e o período estão fincados no passado, mas parte da compreensão dos caminhos para estes recortes estariam relacionados também ao sujeito e ao momento que o autor encontrou e definiu seus homens/fatos, além de seus marcos temporais. Essa é a proposta, caminho e modelo levantado por Peter Gay nessa obra que serve como peça-chave para nossa discussão.

Um dos exemplos que podem justificar essa escolha teórico-metodológica é a falta de coesão presente nos textos da última obra publicada por João Brígido, a coletânea *Ceará – homens e fatos* (1919), pois os textos tem datações diferentes (quando se consegue definir a sua origem) e tratam de temas diferentes e formatos diferentes dentro da mesma obra, como veremos na

análise dessa coletânea em um próximo momento. Por isso, como a questão da escrita nos pareceu tão central em nossa pesquisa, elementos que ajudariam a perceber certos posicionamentos nessa produção (como a escolha por um determinado formato para escrever certos textos) foram considerados como essenciais para identificar as características estruturais desse “estilo”, em função da posição partilhada por João Brígido entre os participantes de um universo de discurso característico dentro do qual eram possíveis diferentes formas de reflexão histórica.

Para entendermos esse estilo literário de João Brígido, procuramos aquilo quem em suas narrativas históricas despontavam como recorrente, fazendo-nos perceber elementos que viriam à tona nessa produção de longa data. Afinal, como foi apontado por Robert Buffon: “le style est l’homme même”. Assim, se o estilo é o próprio homem, investigamos o primeiro como uma forma de aprofundar elementos que já foram apontados em nosso primeiro capítulo, quando discutimos a representação que João Brígido construía do mundo que o circundava. O estilo traz indícios do homem em si, principalmente quando maduro, quando toda uma síntese das características do ofício e das normas da sociedade em que estava inserido ajudam a compreender as relações entre o individual e o social, o privado e o público. No fim das contas, mesmo que não seja único o estilo de João Brígido (ou qualquer outro sujeito que fôssemos analisar), ainda assim, traz aspectos exclusivos replicados ao longo dos quase 70 anos que nos detemos, principalmente somado a elementos de sua formação e aos “empréstimos” de suas leituras.

O caráter pontual de sua escrita histórica pode ter surgido devido aos textos jornalísticos, ou mesmo o contrário, quando a influência na crônica ajudou a forjar o jornalista que João Brígido era. Ao final, mesmo sem podermos precisar quem é o real elemento influenciador, atentamos para o fato que sua produção de narrativas históricas e textos jornalísticos seguiram um processo ligeiramente sincrônico e que seus textos, muitas vezes não chegavam a ser longos, um traço que ajuda a entendermos o motivo de dois de seus principais livros serem coletâneas.

Como citado, poderíamos situar a produção de João Brígido, entre os dois primeiros estágios propostos por Gossman e trazidos aqui por Stephen

Bann: o do domínio da retórica do século XVIII e do advento da história-ciência na segunda década do século XIX. No primeiro, a ausência de elemento intratextuais e a utilização de uma certa ironia que permeava sua retórica aproximava João Brígido daqueles que produziam narrativas históricas até o início dos oitocentos; em segundo lugar, a construção do herói em textos biográficos, apontando para os grandes homens e seus grandes feitos, exemplares aos olhos dos outros, em uma legítima posição para serem lembrados na posteridade. Para que uma narrativa da trajetória de vida de alguém seja escrita, esse sujeito deve estar além do sujeito comum, devem inspirar e surpreender. Não por acaso, João Brígido se propôs a escrever sua autobiografia (por duas vezes), como analisamos anteriormente. Afinal, se a biografia é o registro dos feitos dos grandes homens, que sua trajetória fosse lembrada no porvir, ainda que escrita por ele mesmo.

Como trabalhado por Peter Gay, o “estilo” é forma e conteúdo atrelados. Dentro da compreensão de conteúdo, Roger Chartier (2002) pode nos auxiliar na discussão a respeito do papel deste dentro da produção historiográfica de João Brígido, pois nossa análise perpassa diálogos epistemológicos, discursos e construções ideológicas que são perenes nos textos historiográficos.

No capítulo denominado “O mundo como representação” da obra *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*, Chartier discorre a respeito de dois conceitos que fundamentam o argumento deste autor francês: o primeiro deles é o de apropriação. Esse conceito vem sendo desenvolvido dentro da perspectiva de uma História dos usos e das interpretações socialmente construídas, tentando “reconhecer [...] que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas e [...] que as categorias dadas como invariantes, quer sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas” (CHARTIER, 2002, p. 68). Com isso, Chartier atenta para a materialidade das ideias e das inteligências, na construção de uma trajetória política, social e cultural de produtores de textos e para as rupturas e permanências dentro da produção de pensamento histórico.

Consideramos aqui indispensável, ao analisarmos as narrativas históricas de João Brígido, percebê-lo em suas múltiplas atividades e como

essas atividades se conectam na perspectiva de formação de um estilo, a respeito dos formatos e seus conteúdos. Quando Chartier traz o segundo conceito – o de representação – é sob o auspício de uma construção do próprio mundo social tendo como matrizes práticas as representações coletivas. Com isso, essa representação coletiva desponta no texto de forma a relacionar-se com três modalidades da relação com o mundo social: primeiramente,

[...] o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente constituída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 2002, p. 75).

Sob essa forma de pensar a realidade e a constituição de uma representação da sociedade, ou de grupos sociais específicos, atentamos para o modo como se desenvolveu o posicionamento de João Brígido como produtor de textos e construtor de discursos.

Como já apontamos nos capítulos anteriores, João Brígido identifica-se e é identificado por seus pares como um intelectual desse meio, o que lhe legitima o esforço de classificação e recorte de elementos do passado para compor assim suas narrativas históricas. Sua participação pelos lugares de onde se produzia história, principalmente no século XIX, tornaram possível também o aprofundamento dessa escrita em específico, construindo assim uma análise, uma representação sobre o passado.

Como esses textos eram publicados pelo IHGB e pelo Instituto do Ceará, locais por excelência de produção do conhecimento histórico nos oitocentos, por si só já justificaria uma posição simbolicamente diferenciada. Contudo, muito de suas narrativas históricas foram divulgadas muitas vezes nos periódicos em que João Brígido trabalhou ou colaborava como jornalista, mostrando mais uma vez que sua atuação entre vários setores não poderia ser desatrelada.

Sendo publicado seu último texto pela Revista do Instituto do Ceará em 1918, João Brígido encerrava um ciclo de 30 anos de participação nesse

periódico, com 16 textos publicados, e sua postura prontamente institucionalizada. Porém, o sentido dessa produção apontaria ainda para a tentativa de formação – se não de um projeto historiográfico –, de pelo menos uma obra monumentalizada, na perspectiva de legitimar sua posição enquanto escritor de narrativas históricas numa sociedade letrada cearense que vinha desenvolvendo as configurações desse tipo de produção na tentativa de perpetuá-la, principalmente pela relevância de conteúdo, de forma que este o representasse, diante daqueles que formavam essas instâncias coletivas, desponta como o corolário de sua obra, a coletânea *Ceará – Homens e Fatos*, publicado em 1919.

Ao construirmos um diálogo dessa obra final, juntamente com a primeira coletânea publicada, *Miscellanea Histórica...* de 1889, (coletâneas que nos servem de ponto de partida, já que outros livros e textos publicados complementam a construção desse diálogo), através dos conteúdos e formatos destas, tentamos perceber esses discursos em seus próprios dispositivos, suas articulações retóricas ou narrativas, suas estratégias persuasivas ou demonstrativas, além de tratá-los em sua descontinuidade e sua discordância, em uma busca por entrelaçar conteúdo e forma.

3.2. Aspectos da Forma: para além do mero ornamento

Na tentativa de deslindar João Brígido e suas práticas dentro da cultura histórica e política que estava inserido, as formas adotadas para compor suas narrativas históricas se mostraram pertinentes. Se o estilo está para além do ornamento, foram os formatos utilizados na escrita de Brígido que nos indicaram caminhos para a compreensão da visão de história que esse autor possuía.

Ao adotar um determinado formato na confecção de seus textos, um autor revela um pouco do mundo no qual está inserido. Revela também parte de seus hábitos enquanto pesquisador, o que se mostra interessante para compreendermos parte dos sentidos que esse autor dá ao mundo. É a partir desse embate entre o que era o mundo e como o autor o julgava ser que os formatos adotados transpõem a barreira da ornamentação, indicando o quanto o estilo adotado, por vezes até defendido, pode nos ajudar a compreender esse processo.

Como indica Peter Gay (1990, p. 21), o “estilo” é a marca nas asas da borboleta, o desenho em um antigo tapete persa, a agressiva marcação rítmica da bateria numa banda de *Thrash Metal*. Aos leigos, pode restar apenas a admiração ou a repulsa, mas para quem se dispõe a analisar tais traços (um biólogo, um colecionador, um músico) suas formas utilizadas revelam muito mais sobre seus objetos do que podemos conceber. Esses traços, aqui chamados de formatos, ajudam-nos a compreender um certo parâmetro de ação na escrita de João Brígido, que aponta, inclusive para algo muito maior em sua obra.

A análise dos dois mais recorrentes formatos utilizados por João Brígido, as biografias e as coletâneas, revelaram-nos traços de uma produção da qual manifestar-se o autor, seus interesses e caminhos de sua longa trajetória. Apesar da existência de escritos em vários formatos, como crônicas, efemérides, publicação de documentos, estudos históricos e etnográficos, nos debruçamos sobre seus escritos biográficos pelo fato de também serem uma recorrente forma de analisar o passado por parte dos intelectuais do final do período Imperial. Escrever a respeito da vida, ou pelo menos das partes escolhidas que caberiam nos escritos, servia não só de modelo para os contemporâneos, já que muitas vezes os selecionados eram pessoas que de

alguma forma mereceriam ter seus feitos exaltados, mas também funcionava como norte para os próximos passos não só dos intelectuais, mas da população em geral. Afinal, exaltar elementos do passado é legitimar a construção do presente em que se está envolto, no caso, por estarem escrevendo como membros desses institutos (IHGB, Instituto do Ceará...). (TAVARES, 2012)

3.2.1. Biografias

Retomando à escrita de João Brígido, podemos atentar que estes diversos formatos de escrita, assim como de temas, permearam a produção sobre o passado desse intelectual. Além de sua escrita sobre o passado ter aparecido em um volume da revista do IHGB, João Brígido também publicou mais de uma dezena de textos pelas revistas do Instituto do Ceará, fundado em 1887. Desses escritos, foram analisadas duas biografias: a do Padre Gonçalo Ignacio Loyola Albuquerque Mello e do Coronel João de Andrade Pessoa Anta, mas para passarmos a uma dimensão desse aspecto, encontramos entre outras biografias e além das já citadas, as de Pedro Labatut, do Major Joao Facundo de Castro Menezes, de João Pacheco, de Feliciano José da Silva Carapinima e do Padre Verdeixa.

Escrever sobre homens do passado para ser lido por seus contemporâneos é a intenção máxima de João Brígido. Contudo, é necessário historicizar esse específico ato de escrever visto que, por mais que tenhamos hoje uma consciência de que escritos sobre o passado podem nos impor pressupostos de forma inconsciente, o período em que esses textos são escritos e o público para o qual estavam voltados, marcou também o modo e as escolhas por esses formatos. Assim, vemos João Brígido no cerne de uma postura a respeito do ato de escrever que era recorrente na Idade Média, nos conceitos de *lector* e *auctor* retomadas no diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier na coletânea *Práticas de Leitura* (CHARTIER, 1996). Herdada da retomada dos estudos clássicos que influenciaram a escrita da história até o início do século XIX, essas duas posturas são discutidas por Bourdieu que as caracteriza da seguinte forma:

O *auctor* é aquele que produz ele próprio e cuja produção é autorizada pela *auctoritas*, a de *auctor*, o filho de sua sobras.

O *lector* é alguém muito diferente, é alguém cuja produção consiste em falar das obras dos outros. Esta divisão, que corresponde àquela de escritor e crítico, é fundamental na divisão do trabalho intelectual. (BOURDIEU in CHARTIER, 1996, pg. 232)

A intencionalidade não só de João Brígido, mas de todos os intelectuais que produziam sobre o passado era a de se firmarem naquilo que Bourdieu chama de *autor*, já que essa postura aponta para um reconhecimento dentre seus pares e uma legitimação de sua escrita. Escrever para os periódicos de Institutos como o IHGB e o do Ceará, mostram respeito à figura desse intelectual, assim como o reconhecimento da importância de sua produção, mesmo que por várias vezes seus críticos chamassem atenção para a falta de método e critério em sua escrita, assim como para falhas cronológicas ou factuais.

Enquanto o interesse em alcançar reconhecimento dentre seus pares era recorrente em João Brígido, notamos também que sua postura sobre o passado, no que diz respeito a esse caso mais específico das biografias, assemelhava-se a de um crítico, o *lector* apontado por Bourdieu, pois ele próprio entendia a vida (ou os aspectos escolhidos por ele) do Padre Mororó e de Pessoa Anta como uma obra, mesmo que inacabada pela força das circunstâncias. Além disso, várias vezes essa produção sobre o passado perpassava elementos do presente, pois não podemos esquecer que escrever até hoje e ainda mais nesse período em específico, é um ato político.

Uma vez que já discutimos o que diz respeito à cultura política e sua referência com a escrita de João Brígido nos capítulos anteriores, complementemos com a escrita em si, em uma rápida apreciação sobre as duas biografias escolhidas: Padre Mororó e Pessoa Anta.

Essas duas biografias foram entregues por João Brígido para serem publicadas pela Revista do Instituto do Ceará, tendo saído no mesmo ano na coletânea, *Miscellanea Histórica*, em 1889. Esse é o motivo pelo qual comentamos esses dois textos juntos, pois podem ser entendidos como complementares, já que a introdução do primeiro (a biografia de Padre Mororó) serve também como introdução ao segundo, referindo-se diretamente a Pessoa Anta, como no trecho abaixo, onde os dois biografados são apresentados dentro

de um recurso estilístico no qual o texto se inicia pela execução dos dois: “Este quadro descortinavão, na manhã de 30 de abril de 1825, os dous patriotas *Mororó* e Pessoa Anta, reunidos pelo odio dos vencedores no mesmo matadouro.” (Revista do Instituto do Ceará, 1889, pg. 28)

Interessante perceber que a utilização deste formato de escrita destoava de um projeto republicano que era concebido no centro político, administrativo e intelectual do País, revelando muito mais a aproximação de João Brígido com as estruturas anteriores de produção intelectual e atuação política, ainda que ele tenha se assumido republicano na aurora do novo regime.

Partindo para o texto biográfico sobre Padre Mororó, algumas questões vão chamando atenção e mostrando a atuação desse sujeito a partir dos aspectos escolhidos para exaltá-lo por João Brígido. Desde a formação intelectual na Igreja Católica, enquanto seminarista em Olinda, onde estudou as “das materias exigidas para a ordenação”, como também “phisica e historia natural” (Revista do Instituto do Ceará, 1889, p. 29) até o contato e convívio com figuras como Miguel Joaquim de Almeida e Castro (Padre Miguelinho), Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo (Frei Caneca) e João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque Melo (posteriormente, Padre Mororó) destacava-se por seus estudos e entre seus pares, nas primeiras décadas do século XIX.

João Brígido apresentou parte da personalidade de seu biografado quando resolveu citar um superior que havia pedido um copista e devido ao convívio declarou: “Este moço ha de perder-se na primeira revolução que houver no Brazil.” (Revista do Instituto do Ceará, 1889, pg. 30). Isso viria a se confirmar quando do envolvimento do ainda Padre Gonçalo (assim como Frei Caneca) com o movimento de caráter republicano e emancipacionista em repúdio à centralização do poder nas mãos do Imperador D. Pedro I, legitimada pela Constituição outorgada em 1824.

Brígido explica que, apesar do posicionamento e participação na Confederação do Equador em 1822, Padre Gonçalo não participou da Revolução de 1817, um dos eventos que é considerado intimamente ligado ao outro movimento, por uma questão ideológica. Ambos eram marcados por uma postura republicana, contudo Padre Gonçalo não havia mudado sua opinião a

respeito de tal postura política e mesmo discordando dos ideais dos eventos violentos de 1817, ele chegou a se utilizar da proximidade de Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire, administrador colonial português da Província, do qual era comensal e conseguiu alguns benefícios aos presos políticos desse período:

[...] o padre Gonçalo chegou a arrancar-lhe muitas concessões para os perseguidos de 1817, até exprobando-lhe em própria face a sua crueldade para com os presos políticos.

Diz-se que Sampaio se justificára com o seu amigo, invocando as ordens terminantes que recebia, e no dia seguinte a uma exprobação destas, mandou fornecer, roupa e melhor comida aos inconfidentes do Crato, aliviando-lhes a prisão.

Estes favores influíram muito nas opiniões do padre Gonçalo, fazendo-o guardar, muito tempo, os sentimentos, que no seu panegyrico à realeza não terão passado ainda de exigências da oratoria do tempo (Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889, p. 30)

Posteriormente, já insatisfeito com o regime monárquico e compactuando com o grupo que vai se formar como ponto de articulação da Confederação do Equador no Crato, Brígido relata que o Padre Gonçalo a se utilizar de atos mais violentos, prontamente justificados:

Voltando a Quixeramobim, fez prender o ouvidor Lagos (novembro 1822) obtendo para isto uma ordem da camara do Crato, a qual se tinha constituido uma especie de *commité* revolucionario, e justificou esta violencia, declarando aquelle magistrado inimigo da causa da independencia, que já se agitava. (Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889, p. 30)

Atentemos a uma rápida discussão a respeito da biografia escrita por João Brígido sobre o Coronel João de Andrade Pessoa (Anta). A respeito dos nomes, adotados por vários sujeitos que compactuavam com as mesmas perspectivas políticas na década de 20 do século XIX, ele esclarece a questão:

Foi por esse tempo que o padre Gonçalo, à imitação de outros, substituiu o seu cognome – Mello pelo de *Mororó*, planta brasileira. Vem dessa época os apellidos de Araripe, Ibiapina, Areré, Sucupira, Buriti, Antas, Sussuarana, e tantos outros, que se perpetuaram na provincia e traduzem adhesões à independencia. (Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889, p. 35)

Tendo sido nomeado pelo monarca português D. João VI, nas primeiras décadas do século XIX, sargento-mor de ordenanças, cargo que lhe dava acesso às Câmaras, João de Andrade Pessoa lutou sob a égide da

bandeira portuguesa na província do Piauí. A partir do contexto das chamadas Guerras de Independência que se deram nos primeiros anos da década de 1820, juntamente com o desmembramento da Constituinte de 1823, o então Coronel Andrade Pessoa ligou-se aos que haviam formado o Governo Provisório do Ceará. João Brígido ainda somou a esse elemento político, questões pessoais ocorridas anos antes, referentes à passagem de Marcos Antônio Brício, chefe da Colônia Portuguesa, por Granja (terra natal de Andrade Pessoa), onde teria sido mal recebido devido a sua postura de exaltação política, bem como à violência de seus companheiros de expedição, que rumavam para a Parnaíba:

Deixando a villa precipitadamente, o soberbo portuguez, guardou a memoria do ultraje, e fez d'elle responsavel a Andrade, que aliás dizem ser extranho a afronta e era incapaz d'ella, pela sua gravidade e circunspecção. (Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889, p. 63)

Brígido explica que, tendo esses elementos como justificativa, Andrade Pessoa recusa o juramento à Constituição de D. Pedro I e segue em levante contra o poder monárquico estabelecido do Império, principalmente após o encontro e alinhamento político de Andrade Pessoa com Padre Gonçalo. Depois de diversos embates e tendo malgrado a Confederação do Equador, o governo monárquico decidiu pela execução dos rebeldes e é nesse ponto que os dois textos biográficos se encontram. Primeiramente, através das linhas dedicadas ao Padre Gonçalo (Mororó):

A certeza da morte, o espectaculo temeroso do fuzilamento na manhã seguinte não poderam roubar-lhe um instante de somno. Tendo o carcereiro apresentado, na hora de dormir, um colchão manchado de sangue, disse: 'não dormirei neste colchão. Parece que foi de um pthysico, tenho medo que não me comunique a moléstia!'

Marchava para o supplicio, cujo campo estava ocupado por multidão, avida de espectaculos, sacrilegamente curiosa. Muitas crianças se havião trepado em um cajueiro para melhor saborear aquella transicção da vida para o nada. Ao peso, quebraram-se os galhos da arvore, e cahiram todos. O padre Gonçalo rio-se!

Por vezes, lhe vendaram os olhos, para não ver apontar os fuzis; ele porem se desvendava, e encarava os matadores.

Atirem aqui, lhes bradou por ultimo, pondo a mão sobre o coração! Seis bala lhe vararam o peito, trez dedos se lhe destacaram da mãe, cahindo na terra!

Respeitaram-no os assassinos, que a lei da ocasião tinha armado. Não lhe despejaram sobre a cabeça o tiro reservado às victimas palpitantes, o qual as desfigurava. Não houve quem chamasse os cães para lhe tragarem os miolões, como a seus

companheiros! (Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889, p. 48-49)

A princípio, temos elementos que suavizam o porvir e que João Brígido se utilizou para exaltar um espírito livre de luta que perpassa todo o texto sobre o Padre Gonçalo. Se somarmos a esse trecho, outro, extraído do relato sobre a vida de Andrade Pessoa (Anta), poderemos analisar de forma mais profunda, deixando mais claras algumas questões.

Chegados que fosse, vendo [...] um frade que gaguejava em um livro a encomendação, disse: oh! homem, nem, por desgraça, você sabe ler! Dê cá este livro... E lhe dando o frade, ele ajudou a fazer seus proprios sufrágios.

Ao tomar as vestimentas, com que devia morrer e ser enterrado, vendo que a alva era curta, disse: Louvado seja Deus, que a ultima camisa que me dão, é sobre maneira curta! (Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889, p. 73-74)

E continuou, após os disparos contra esses dois sujeitos, descrevendo primeiramente a morte do Padre Mororó, e depois, Pessoa Anta:

Então viu-se desabrochar uma fonte de sangue que sahia do seu despedaçado coração, e ele sem murmurar uma palavra, inclinou a muribunda cabeça a um lado, e expirou.

Mas Andrade não morreu logo depois do supplicio. Tendo recebido os tiros, viu-se perfeitamente levantar-se e repetir aquellas palavras com que se costuma agonisar os enfermos à ultima hora. Um dos algozes, não consentindo que ele sobrevivesse mais tempo, descarregou-lhe uma pancada na frente com o coice d'arma, que o fez cahir morto instantaneamente. (Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889, p. 74)

Vemos mais uma vez certa amenização do porvir, algo que pode ser visto como um elemento de aproximação das duas descrições, contudo, algumas diferenças nos são perceptíveis. A aproximação das duas se dá não só pela própria amizade entre os dois sujeitos biografados por João Brígido (que inclusive dividiram o mesmo caixão, segundo ele), mas pelo fato de pensar esses dois sujeitos como elementos de alguma forma à frente de seu tempo. A ligeira comicidade diante do infortúnio da morte mostra, em ambos os casos, a aceitação, mas também a visão diferenciada desses dois sujeitos, como se seus espíritos já fossem livres o bastante para se incomodarem com a morte que viria. Contudo, para além das similaridades, na descrição presente na biografia de Pessoa Anta, esse sujeito não é morto após a saraivada de tiros, e sim, pelo

covarde ato de agressão com coronha da arma de fogo. Tendo como noção o fato de que os elementos da vida de cada um deles foram escolhidos por João Brígido, mostrar essa força extra no momento da execução pode ser percebido também como um ato de força, que comungaria com a estrutura do restante da biografia de Pessoa Anta, baseada na força política e bélica de um dos líderes do movimento no Ceará.

De forma geral, essa escrita biográfica a respeito do Padre Gonçalo foi articulada por João Brígido para salientar uma maior sensibilidade tendo em vista não só a divulgação de eventos principais daquele que foi um dos articuladores da Confederação do Equador aqui no Ceará, mas também a proximidade que isso poderia trazer a seu leitor, ao se deparar com as angústias passadas por este, já que na introdução desse texto (que deveria servir também para o de Pessoa Anta), no qual se percebe o lirismo em suas linhas primárias:

A historia do Ceará é triste, quase de angustias e de dôres. Aos esforços de todo momento sucedem desastres desconhecidos; ás suas glórias sobreveem lagrimas, que alguém nunca verteo, humilhações de todo genero.

Nas evoluções da sociedade brasileira, o Ceará tem sido a victima expiatoria dos preconceitos, que no seu vôo levão sempre da terra pedaços palpitantes da verdade e da justiça; para cada esperança. Aqui, houve sempre um malôgro, para cada luta a ignominia da dispersão ou da morte. (Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889, p. 28)

Percebamos que, para além de uma mera introdução repleta de alegoria e lirismo, João Brígido estendeu seu campo de análise não só sobre o momento em que Padre Mororó e Pessoa Anta encontraram a morte, pois como já falamos, ele utilizou o recurso estilístico de começar seu texto biográfico pelo fim da vida de ambos. Sua análise sobre o passado encontrava-se em um presente em que a turbulência política era tamanha, que influenciava a dos intelectuais a respeito das incertezas do que estava por vir. Ora, esse texto de João Brígido foi publicado duas vezes no mesmo ano (uma pela Revista do Instituto do Ceará e outra na coletânea “Miscellanea Histórica”). Estamos tratando do ano de 1889, momento de agitação política intensa em que muitos intelectuais começam a se posicionar contra o regime monárquico. Mesmo se entendermos a proclamação da República no Brasil como um movimento restrito e de pouca participação popular, não podemos deixar de lado toda uma participação (e por vezes, disputa) de intelectuais para que um novo projeto

político fosse alcançado, fosse ele de caráter republicano ou mesmo a tentativa de manter a estrutura monárquica do Império, mesmo que com um menor controle nas mãos da elite política que regia o País. (CARVALHO, 1996)

Entendemos assim que essa prática cultural e política deve ser pensada para além de um espaço fechado, no qual, pessoas trazem suas visões partilhadas, a respeito de uma estrutura sedimentada. Essa Cultura política seria muito mais um emaranhado de conexões e sentimentos em contato com o que lhe interessa produzir, e é responsável para que esses sujeitos (no caso do Ceará, de uma elite intelectual que já vinha se formando desde a década de 1870) construíssem uma prática cultural. Assim, essa prática política é um produto de uma diversidade de uma possibilidade de existir e pode vir a ser chamada de “prática”, pois é algo que se faz cotidianamente na tentativa de aprimorar um aspecto intelectual, daí a discussão entre a postura de *auctor* e *lector* de João Brígido. (CHARTIER, 1996)

Outro elemento estético desses dois textos biográficos que podemos discutir é o fato de que, mesmo tendo sido publicados em sua coletânea, juntamente com outras biografias, João Brígido escolheu esses dois para divulgar pela Revista do Instituto do Ceará. A princípio, entendemos que a intenção do autor era a divulgação do que julgava ser os melhores textos para tal periódico, porém, podemos ir além, já que, como já citamos, esses dois textos podem ser pensados como textos-irmãos, complementares e que se referenciam, no qual o primeiro deles (a biografia de Padre Mororó) pode até partilhar sua introdução com o outro. Escolher esses dois sujeitos para biografar nos parece muito mais do que uma mera exaltação de um passado de luta de alguns homens da então Província do Ceará.

Atentemos para o fato de que todo objeto artístico (e a escrita sobre o passado não foge dessa perspectiva durante o século XIX) está inserido em um tempo social, mas não é só o tempo social que determina a postura do autor. O autor tem suas demandas e interesses (CANDIDO, 2006) e escrever, mesmo que sobre o passado, mesmo que dentro das normas e técnicas almejadas pelos intelectuais oitocentistas, é uma construção representativa e alegórica. O ato de escrever, e por consequência ser lido, principalmente entre seus pares, no caso de João Brígido serve também como uma alegoria, na qual, seus interesses

estarão encobertos pela própria linguagem insólita que perpassa os textos (SEVCENKO, 1984). Os sujeitos biografados, assim como os aspectos escolhidos para serem trazidos, juntamente com os elementos da personalidade desses (que já apresentamos anteriormente, influenciou inclusive o formato do texto de cada um) são elementos que foram utilizados por João Brígido para de certa forma falar sobre si mesmo.

Para desenvolver essa discussão, chamamos atenção para o texto em que Sandra Pesavento analisou a relação entre pinturas do século XIX com a literatura de cinco séculos anteriores. Por mais que pareça fugir da nossa discussão, Pesavento chama atenção para o modo que os sentimentos se estruturam e como que percorrem textos e pinturas e se moldam ao período em que esses objetos artísticos são criados. Sem muito nos alongarmos, podemos perceber que o contexto na qual João Brígido escreve seus textos sobre Padre Mororó e Pessoa Anta é um momento de sérios conflitos políticos e ideológicos, no qual o Império parece não mais responder às indagações de muitos intelectuais, incluindo o próprio João Brígido, que assume uma postura republicana às vésperas do golpe comandado pelos militares cariocas, mas posteriormente (uma década depois) iria deixar tal perspectiva política para retomar a defesa de uma postura monárquica, principalmente pela sensação de permanência que a mudança do regime lhe causa, pois pouco muda entre os grupos que continuam a comandar a política cearense com o advento da república. (MONTENEGRO, 1980)

Além da questão do contexto de mudança política que aproxima o autor e o seu objeto, uma rápida apreciação a respeito da personalidade de João Brígido, descritas por seus biógrafos e estudiosos do tema⁴², parece se aproximar do que seria a junção dos elementos escolhidos por ele para falar de Padre Mororó e de Pessoa Anta.

É interessante perceber a diferença estilística que João Brígido desenvolveu ao relatar alguns eventos na vida desses dois sujeitos. O texto sobre Padre Mororó é carregado de um lirismo, impregnado de uma forte estrutura de sentimentos (a dor, angustia, a perda, a morte) a respeito da guerra e exalta não só o combatente que percebeu que poderia lutar pela liberdade,

⁴² cf BARRETO, 2005; CARVALHO, 1969; introdução de BARBOSA em BRÍGIDO, 2001.

mas também o letrado padre, formador de opiniões e professor de latim, enfim, o intelectual. Já o texto sobre Andrade Pessoa Anta se aproxima muito de um estudo histórico, com apresentação de fontes utilizadas e no qual a estrutura narrativa transita por questões políticas e bélicas, mostrando a intensa participação desse sujeito nos embates, eventos e desfechos da Confederação do Equador no Ceará.

Muitas vezes, João Brígido é descrito como um intelectual atuante no meio cearense, opositor da oligarquia acciolyna, além de ter sido professor do Liceu. Esses elementos aproximam de certa forma João Brígido de Padre Mororó. Outras vezes, João Brígido é mostrado como um sujeito que não tem problema algum em ter inimigos, que tem uma postura combativa, que não fugia a uma disputa política e que mostrava sempre sua força, principalmente através de sua principal arma, a pena. Mudam as armas, mas podemos aproximar esses elementos da análise que João Brígido fez sobre Pessoa Anta. Assim, essa escrita sobre o outro, na verdade é também uma escrita sobre si.

A partir dessa discussão, percebamos essa estrutura de sentimentos que de alguma forma aproximam os momentos de conflitos do local social do qual o *auctor* João Brígido escreve sobre o evento ocorrido sete décadas antes a partir de mudanças e permanências políticas: o processo que levaria ao fim do Império e, proclamação da República, se aproxima do que levou D. Pedro I ao poder e à declaração de Independência do Brasil, juntamente com uma série de revoltas que se instauraram pelo País recém-criado.

Quando João Brígido se debruçou sobre a trajetória de vida desses dois sujeitos atuantes em um conflito violento entre o Império que acabara de se instaurar e as forças de postura republicana, ele trouxe para si a legitimação dessa escrita pelo próprio momento de tensão que se encontra o Rio de Janeiro e, também, o Ceará, na discussão dos caminhos que poderiam levar (e levaram) ao fim do poder Imperial de D. Pedro II. Essa aproximação se deu pelos sentimentos e ressentimentos que se fizeram presentes nas escolhas políticas, ideológicas e sociais de João Brígido, e que o influenciaram a escrever sobre esses dois sujeitos (entre outros que também participaram desse movimento no início do período Imperial) que de alguma forma, aproximavam os interesses políticos de autor e objeto de análise, afinal “São os olhos de Clio que nos

induzem a fazer perguntas, para serem respondidas pela arte...” (PESAVENTO, 2002, pg. 57) e quem negaria que escrever sobre o passado no século XIX não destoaria tanto assim de uma produção também artístico-literária?

3.2.2. Coletâneas

Entre outras atividades, João Brígido se propunha a ser um escritor, um produtor de textos. Excetuando alguns eventuais casos (como diários) que não chegam a entrar no campo de análise proposto, todo escritor produz para ser lido, já que a escrita está diretamente relacionada à leitura. Escrever é apresentar algo para ser lido e essa leitura re-significa assim o que foi escrito. Nessa intensa relação autor/obra/leitor é inegável a importância desses escritos como uma forma de referencial de análise deste campo e, se produzir textos é criar referenciais, publicá-los é também uma forma de construir sua posição dentre os pares (e para além desses), divulgar suas ideias e assim, estabelecer-se dentre uma intelectualidade, que no caso da Província do Ceará, nas últimas três décadas do período imperial estava se formando e formalizando quanto a leituras e produções.

Formalizar sua produção, alargando seu espaço de atuação a partir de suas crônicas (juntamente com suas narrativas históricas), parece ser a forma mais sensata de compreender a produção extensa de João Brígido, pois por mais que seus textos – tanto análises do passado como críticas do presente – tenham sido publicados em periódicos, em meio a embates, críticas e tensões, é no momento que esses textos são unidos em formas de coletâneas que fica clara a importância que o autor dava a eles, já que essas publicações denotaram escolhas que perpassaram aspectos temáticos e qualitativos, segundo o próprio autor.

Assim, podemos considerar como suas principais obras as duas coletâneas publicadas em dois momentos distintos: *Miscellanea Histórica ou Collecção de diversos escriptos de J. Brígido* de 1889 e *Ceará – homens e factos* de 1919. Não por acaso, esses livros foram os únicos republicados depois da

morte do autor⁴³: o primeiro, republicado em 2009, pela Fundação Waldemar Alcântara em formato de fac-simile, trazendo uma apresentação ao leitor de José Augusto Bezerra; já o segundo, foi publicado em 2001, pelas Edições Demócrito Rocha, com uma Introdução escrita pela Dra. Ivone Cordeiro Barbosa. Daí transparece a necessidade de uma análise mais apurada sobre essas duas obras não só pela importância que os círculos intelectuais e/ou acadêmicos demonstram ter por elas atualmente, mas também pelo momento específico em que elas foram publicadas pela primeira vez, com João Brígido ainda vivo, pois havia toda uma intencionalidade por parte dele nas escolhas – entre o “mostrar” e o “esconder” – de seus textos, dando assim um caráter diferencial aos que se fizeram presentes nessas obras.

Ao se pensar a publicação da primeira dessas coletâneas, nota-se um momento de tensão: o ano de 1889, com o fim do regime Imperial no Brasil e o início de um governo Republicano. Considerando que tais mudanças não acontecem da noite para o dia, mostrando-se muito mais como processos complexos, frequentemente iniciados anos antes (às vezes décadas), podemos considerar que a coletânea *Miscellanea Historica...* foi publicada em um momento em que pairava uma certa incerteza entre os intelectuais e políticos brasileiros, devido à saúde fragilizada do Imperador Dom Pedro II e o crescimento e fortalecimento de um movimento republicano. Ao publicar uma coletânea de textos anteriores e inéditos sobre o passado, com escritos que também retratam momentos de tensão, como por exemplo a Confederação do Equador, João Brígido mostrava uma atitude de interesse tanto em construir essa representação do passado quanto em qualificar seu presente diante de seus pares (monarquistas ou republicanos) ao ser lido.

Miscellanea Histórica... foi publicada no ano em que o autor completava setenta anos, já com um respaldo entre vários grupos literários, historiográficos e jornalísticos. Essa obra é de certa forma a consolidação de sua carreira enquanto produtor de textos sobre o passado em um momento que a

⁴³ Um dos mais citados textos de João Brígido, *A Fortaleza de 1810*, foi publicado em forma de livro na década de 1970, mas como ele não havia sido publicado anteriormente nesse formato e já se fazia presente na coletânea Ceará – Homens e Fatos, foi desconsiderado o caráter de “republicação”.

própria ideia de como seria o passado da Província do Ceará ainda não havia se construído.

A coletânea é *Ceará – homens e fatos* (1919), quando o autor já chegava próximo aos seus noventa anos, é muito mais ampla, tanto no número de textos ou partes, quanto na qualidade destes. Essa coletânea postularia então como o mais importante livro produzido por João Brígido, já carregado de um grau de maturidade intelectual e, com várias de suas contendas apaziguadas por parte de seus inimigos pelo peso de sua idade. O cenário político cearense, quando essa obra foi publicada, ainda tinha fortes traços das práticas coronelistas e suas ligações com as Oligarquias, mas a força política de Nogueira Accioly, seu grande inimigo político no século XX, já havia diminuído desde 1912, quando se afastou.

É a partir da junção do peso da idade, com esse momento político no fim da década de 1910, quando João Brígido retomava uma postura monarquista, que ele produziu e publicou uma obra que o coloca de vez entre as maiores referências de análise do passado da Capitania, Província e, no momento, Estado do Ceará, monumentalizando sua trajetória escrita, em uma tentativa de deixar para a posteridade sua contribuição, mas acima disso, seu nome, para que fosse reconhecido após sua morte.

Voltemos à coletânea *Miscellanea Histórica...* (1889) obra que evidenciou ainda mais João Brígido como autor que estava em um patamar de distinção entre os primeiros intelectuais que se dispuseram a escrever sobre o passado da Província sob o auspício das ideias do século XIX e a perspectiva de uma ciência. Dividida em onze partes, as seis primeiras são dedicadas a escritos biográficos de Mororó, Pessoa Anta, Carapinima, Luiz Rodrigues Chaves, José Antônio Machado e Targine (Visconde de S. Lourenço). Nesses trabalhos biográficos, João Brígido pontua momentos públicos que acreditava ter maior importância e os justifica, por vezes, com questões do cotidiano ou da própria formação intelectual e/ou moral de seus biografados. Assim, por mais que o autor articule seus textos a partir das informações básicas, como locais de nascimento dentro de uma perspectiva cronológica de seus biografados, fica clara a intenção deste em enfatizar pontos políticos, militares e administrativos,

transparecendo parte da visão da própria função de historiador e dos modos de se compor a História do Ceará para João Brígido.

A notoriedade imposta pelo autor que justificaria as biografias de Mororó, Pessoa Anta, Carapinima e Luiz Rodrigues Chaves perpassam suas atuações em momentos diversos da Confederação do Equador. Já a biografia de José Antonio Machado está ligada a sua participação na Revolta de Pinto Madeira, em 1832, enquanto a de Targini (grafada com “e” no índice e com “i” no corpo do texto) elenca momentos de sua atuação dentro do aparelho burocrático colonial e imperial, salientando, além de sua personalidade, suas funções administrativas e comerciais.

Um aspecto interessante no que diz respeito a esses textos biográficos publicados em 1889 é que dois deles, no mesmo ano, são publicados também na Revista do Instituto do Ceará, como falamos anteriormente: a de Pessoa Anta e a de Padre Mororó. Essa dupla publicação – na coletânea e no periódico – deixa clara a intencionalidade em divulgar esses textos em específico e as escolhas feitas por João Brígido em relação ao seu posicionamento político na produção de textos sobre o passado, daí nossa escolha na análise dessas biografias quando discutimos anteriormente.

A sétima parte de *Miscellanea Historica...* traz o título “Genealogia dos Partidos do Ceará”. Nesse texto, o autor tenta reconstruir a formação dos grupos políticos no Ceará desde o período colonial, quando alega que até 1817 “andar em partidos” seria estar ligado diretamente a motins e resistências, e que isso teria se sustentado até 1866.

Além de citar inúmeros participantes políticos das acirradas disputas pelo poder, principalmente dentro do período imperial, compondo o que seria uma incompleta árvore genealógica, o autor traz características dessas disputas e os responsáveis pela formação de dois grupos rivais de grande relevância para uma análise do fazer política nesse período: os chimangos, grupo dos liberais, dirigidos pelo Senador Alencar, que assume como presidente da Província em 1834; e os caranguejos, facção conservadora. A disputa desses dois grupos foi intensa, principalmente após Araújo Lima, que fazia parte do grupo conservador, assumir a regência do Império em 1837, por indicação de Diego Feijó, pertencente à ala liberal. As trocas políticas na Província passam a se intensificar

nesse período, juntamente com a insegurança causada pelo medo e truculência nas lutas pelo poder político, que marcou os processos políticos da capital aos mais afastados interiores (CORDEIRO, 1997, p. 82-83). As marcas profundas deixadas por esse processo até hoje são visíveis pelo sertão cearense.

A oitava parte, de nominada “Guerra civil no sul do Ceará” é na verdade uma carta enviada ao Dr. Pedro Theberge em novembro de 1859 e traz a descrição da participação dos líderes envolvidos no movimento que ficou conhecido como Confederação do Equador em 1824, na região sul da Província do Ceará. (BRÍGIDO, 1889, p. 103-117)

Em geral atentando para a postura bélica e a atitude política dos envolvidos, João Brígido cita alguns pontos de batalha pelos arredores de Crato, Icó e Missão Velha, fazendo emergir não só o posicionamento do autor diante do ocorrido como também o caráter de denúncia que tal escrito assume.

Já a nona parte é composta por uma série de textos interligados com as seguintes denominações: “Eleição do conde de Lage”, “Belfort e Pinto Madeira” e “Refutação ao Sr. deputado Paulino Nogueira”. Mais uma vez de forte caráter político-administrativo, além de pontuar diversos conflitos bélicos, esse grupo de textos é referente aos primeiros anos do período imperial, contudo, é relevante para nossa análise no que diz respeito à visão de “passado” e “história” do autor.

Além de discutir a construção de textos sobre o passado, em alguns parágrafos, o autor discute a necessidade da produção de narrativas históricas, pontos relacionados à metodologia e ainda deixa clara a ideia que elementos do passado são percebidos pela ótica do presente, alegando que isso pode criar uma ilusão sobre os fatos e seus sentidos. Assim, traços de como se constituía o *métier* do historiador no século XIX para João Brígido podem ser percebidos na nona parte dessa coletânea. (BRÍGIDO, 1889, p. 118-147)

Recebe o título de “O Ceará Hollandez”, a décima parte dessa coletânea, trazendo assim um texto dissertativo a respeito do período de ocupação dos holandeses no Ceará, mas o que mais chama atenção no texto, sob o ponto de vista historiográfico é sua formatação, pois João Brígido aponta os arquivos de onde encontrou os documentos que balizam o escrito, cita Dr

José Higino Duarte Pereira como responsável por corrigir muitos erros na produção historiográfica sobre o tema de até então, configurando-se assim aquilo que ficou conhecido como “estudos históricos” e a função do documento que reconstrói um momento histórico, negando um posicionamento anterior e trazendo à tona, outra noção de “verdade”.

Durante o texto, a discussão diz respeito às estruturas do que seria a vila que se desenvolvia ao redor do forte, no qual o autor dialoga com os documentos (no caso a planta da cidade, produzida pelos holandeses) e até aponta alguns defeitos a respeito das distâncias que nela aparecem. Complementando esse debate, o autor traz estrutura epistemológica de palavras encontradas na planta, relacionando-as com as que eram utilizadas até então. (BRÍGIDO, 1889, p. 148-154)

João Brígido escreveu a décima primeira parte, denominando-a “Os pretos da ‘Laura’”, no qual construiu um texto baseado em um processo que se deu quando um grupo de escravos negros fomentou um levante em uma escuna, cujo resultado foi a tomada do leme da embarcação, a repartição das quantias em dinheiro e uma grande festa com a comida e a bebida da dispensa. Apreendidos posteriormente, os sobreviventes são executados no Passeio Público, em 1839. (BRÍGIDO, 1889, p. 155-167)

É interessante salientar o método da escrita do autor quando se trata desse processo, pois ele mostra-se completamente parcial à causa negra no decorrer do seu texto, posição confirmada pelo seu texto autobiográfico de 1899.

Essa coletânea pode ser considerada a primeira grande obra impressa de João Brígido pela dimensão que apresenta, sendo citada pelo menos uma vez nos artigos da Revista do Ceará quando comentam sobre a sua obra.

A outra grande coletânea de João Brígido, *Ceará - homens e factos*, é separada por partes, com textos independentes, que se unem na composição da última obra publicada ainda em vida pelo autor. A edição utilizada como referência bibliográfica foi publicada em 2001, pelas Edições Demócrito Rocha, dentro da coleção “Clássicos Cearenses”, na qual se encontra uma excelente introdução da Dra. Ivone Cordeiro Barbosa.

No setor de Obras Raras da Biblioteca Publica Menezes Pimentel encontramos um exemplar da primeira edição desse livro, de 1919. Após uma leitura dessa edição, é possível notar que pouco se altera entre as duas (a de 1919 e a de 2001). As alterações são exclusivamente relacionadas à grafia de algumas palavras, não às ideias e os estudos encontrados na obra.

A primeira parte dessa longa coletânea chama-se *Gênese do Ceará*, na qual se pode ler o texto *A palavra Ceará*, escrito de cunho epistemológico que gira em torno das origens do Ceará como Província, mas atentando, especialmente, para as origens da palavra “ceará”.

Diferente das demais partes do livro *Ceará - homens e factos*, esse texto é mais curto, e nele se encontram algumas referências a respeito das fontes utilizadas e dos diálogos que foram travados para a questão da origem da palavra.

Esse texto seria, pelo menos no livro no qual se encontra (não encontramos registros desse texto em outras obras publicadas anteriormente), e dentre aqueles produzidos por João Brígido, a análise que mais se adequa aos padrões estabelecidos pelos produtores de textos sobre o passado e seu método científico, já que aponta algumas posições iniciais a respeito da compreensão da palavra “ceará” e no decorrer dele, o autor vai trazendo elementos que tornariam inválidas tal posições, para encerrá-lo mostrando qual seria a “real compreensão” a respeito da origem dessa palavra e citando a fonte utilizada, o Dicionário Montoya da Língua Guarani.

São citados nesse texto alguns autores que têm suas ideias rechaçadas por João Brígido, dentre os quais, Barbosa Rodrigues, Aires de Cabral, Milliet de St. Adolphe, José de Alencar. Já para confirmar seu posicionamento sobre a questão, mas ainda referente a palavra “ceará”, João Brígido citou Thomas Pompeu e o Dr. A. Theodorico, professor de Geografia do Liceu.

Esse texto nos parece de suma importância não só pelo conteúdo apresentado, mas também por mostrar a defasagem na metodologia na escrita de João Brígido se pensado em paralelo à produção de seus pares. Estamos nos referindo a um texto publicado no século XX, quando autores como

Capistrano de Abreu, já haviam se estabelecido como um dos mais importantes críticos do passado do Brasil, sendo largamente conhecida sua análise e sua metodologia de trabalho. (REIS, 2002)

Na segunda parte, encontramos dois textos denominados *Resumo da História do Ceará* e *Governo do Ceará*. Esta primeira sub-parte desenvolve-se a partir de uma perspectiva cronológica, no qual elementos se configuram como formadores de uma História do Ceará, como os homens e os fatos aparecem focalizados. Este conjunto de textos compreende desde a “descoberta” da região pelos portugueses até a instauração da República no Ceará. (BRÍGIDO, 2001, p. 24-77)

Os temas escolhidos pelo autor para que fizessem parte deste resumo são em sua maioria políticos (guerras, combates, revoltas, emancipação política, listagem de representantes políticos, movimentos e mobilizações), mas também aparecem textos sobre disposições econômicas relacionadas à questão da “seca”, alguns elementos etnográficos (tratando de modo bastante sucinto sobre o elemento negro em algumas disposições e de forma mais trabalhada, mas numa escala ainda menor o elemento indígena) e religiosos (a catequização desses últimos e fundação da Diocese, após a emancipação do bispado de Pernambuco). Ponto interessante a salientar é a citação, no texto *População*, a alguns estudiosos no que se refere ao número de habitantes da Província: Senador Pompeu, Pizarro e Varnhagen, dos quais, João Brígido contesta algumas informações a respeito da população da Província alegando que havia sido usado um documento de 1765, enquanto informava que possuía documentação atualizada do ano de 1775 (BRÍGIDO, 2001, p. 67-68).

Já em *Governo do Ceará*, temos uma longa listagem de homens responsáveis pela administração e defesa da Província. Ela se inicia com Pêro Coelho de Souza em 1603, passando por Martim Soares Moreno, Mathias Beck, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, Dr. Antonio Caio da Silva Prado e se encerra em 1889. Essa listagem, como se nota pela citação a Mathias Beck, trata de vários momentos da organização política do Ceará: as ocupações holandesas; a criação da vila; a separação do Ceará da capitania geral de Pernambuco, após a revolução do Porto; a Confederação do Equador e após a

queda deste foi movimento; até a proclamação da República no Brasil. (BRÍGIDO, 2001, p. 71-77)

Esses dois textos que compõem a segunda parte de *Ceará – homens e factos* não são inéditos, tendo sido publicados juntamente com o texto *Apontamentos para a história Cariri*, em outra coletânea menor. *Resumo de Historia do Ceará para uso das escolas primarias* foi confeccionado por João Brígido (recebendo inclusive um texto de P. Nogueira) e publicado em 1885 e tendo uma segunda edição sete anos mais tarde.

A terceira parte dessa coletânea recebeu o título de *Povoamento do Sul do Ceará e seu Desenvolvimento*, sendo ele o texto que teve suas primeiras aparições no periódico O Araripe, da cidade do Crato, no ano de 1959, com o nome *Apontamentos para história Cariri*, anteriormente analisado. Afinal, não era de se espantar que o texto que possibilitou a entrada de João Brígido no IHGB viesse a fazer parte dessa coletânea. Já a quarta parte, denominada *Ceará Hollandez* foi publicado anteriormente na integra como a “Décima Parte” da coletânea *Miscellanea Histórica...* de 1889.

A quinta parte de *Ceará – homens e factos* é composta por um texto apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião das festas literárias dos 50 anos desse Instituto, e nesta coletânea recebe o título de *Expansão da colônia* (Suplemento..., 1888). Além de ser publicado na Revista do IHGB, esse texto também é publicado, no mesmo ano, na Revista do Instituto do Ceará, sob o título *Povoamento do Ceará* (Revista do Instituto do Ceará, 1888).

O texto a *Expansão da Colônia* se inicia de forma descritiva a respeito da configuração geográfica e do clima da região que posteriormente seria conhecida como Província do Ceará. Trabalha também o autor a respeito da ocupação desse território, tendo em vista as condições da região. Explana rapidamente a respeito da “invasão holandesa” (e não “ocupação” como usou anteriormente) para caracterizar o povoamento dos sertões cearenses, o comércio das carnes, a questão indígena, as secas, as lutas entre as famílias e alguns aspectos a respeito da economia da região. Esse é o único texto publicado por João Brígido na Revista do IHGB em quase trinta anos de filiação a esta instituição. (BRÍGIDO, 2001, p. 147-154)

A sexta parte recebe denomina-se *Meia Crônica do Jaguaribe* e é dividida em cinco partes, no qual esses escritos de João Brígido perpassam a geografia da região jaguaribana, atendo-se a algumas cidades como Russas e Aracati. Caracterizariam, também, a ocupação da região na formação dessas cidades e atentaria para a constituição de algumas famílias e disputa entre elas.

Vale salientar como a violência se faz presente no texto de Brígido, assim como uma posição determinista que justifica essa violência pelo próprio modo que se desenvolveu a região, relegando ao meio o forjamento de homens tão vis.

Seguindo a análise pelo sertão do Ceará, João Brígido escreve *Crônica de Quixeramobim*, dividido em duas partes: *Antiguidades* e *Muxuré*. Esse texto de João Brígido explana a respeito da configuração física da cidade de Quixeramobim e o caráter religioso nessa formatação e à constituição de famílias da cidade, além de discussões no que se refere a algumas línguas indígenas no que diz respeito a palavras que nomeiam elementos na região.

Também é trabalhado pelo autor a questão das estradas de ferro e as disputas entre famílias em Muxuré, além de brigas políticas entre “chimangos” e “caranguejos”, que pontuamos anteriormente.

Já a oitava parte, *Emigração Inicial no Ceará* tem como característica o fato de que, para a construção desse texto, João Brígido apontou questões relacionadas ao sentido da emigração do Ceará para o Norte. No texto, o autor mostra que êxodo tem determinados focos de partida e de chegada ao norte do Brasil, geralmente o Pará. Ainda que raramente sazonais, tais deslocamentos se relacionavam às intempéries locais e à representação de um possível *eldorado* na região amazônica. (BRÍGIDO, 2001, p. 185-188)

Já a nona parte, *Primeiros Ouvidores* é composta pela descrição dos primeiros ouvidores da Capitania do Ceará após o desmembramento da de Pernambuco em 1723. Durante o texto, o autor caracterizou o governo de cada um desses homens. Interessante apontar para a referência a Ferdinand Denis, autor de *História do Brasil e da Colômbia*, que é citado por João Brígido pela “estampa” que ele legou ao caracterizar as solenidades e que as elites participavam. Também aparece a relação entre o Marquês de Pombal e os

Jesuítas através desse texto, atentando para a postura dos ouvidores perante as ordens do Ministro português. (BRÍGIDO, 2001, p. 189-198)

Antigalhas da Capital, décima parte, juntamente com a seguinte, “A Fortaleza em 1810” formam uma resumo da formação da cidade que se tornou capital do Estado do Ceará, Fortaleza. No primeiro texto, dividido em duas partes, o autor vai trabalhar a respeito de duas edificações: o Palácio do Governo e a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Relacionando as posições dos chefes de governo, geografia da região, economia e gastos para a construção do edifício, que passa por várias obras até ser concluído. João Brígido chama atenção para sua localização no período de sua construção e relaciona alguns fatos que estariam ligados diretamente ao palácio. Com relação a Fortaleza, o autor vai trazer à tona alguns elementos linguísticos, espaciais, econômicos e políticos para caracterizar alguns momentos históricos da edificação militar que deu origem ao nome da capital cearense. ((BRÍGIDO, 2001, p. 197-207)

A décima primeira parte *A Fortaleza em 1810* é o texto mais conhecido e citado de João Brígido, e tem uma publicação anterior ao livro *Ceará – Homens e Fatos*, datando de 1881. Esse texto foi trazido pelo autor a essa coletânea, tanto pelos elogios à produção como com a intenção de não ser esquecido nessa discussão a respeito de como se deu a formação da cidade de Fortaleza. Extremamente rico nos detalhes, o texto discorre a respeito da paisagem natural e das transformações pelas quais passou a capital da Província do final do século XVIII a meados do século XIX.

Iniciando pela planta da cidade, o autor percorreu em seu texto os primeiros elementos que vão configurar a espacialidade da vila, passando para questões geográficas, seguiu a sua descrição caracterizando os elementos naturais que se encontram inseridos em sua estrutura. Fazendo uma conexão com a invasão holandesa e relação com a fortificação, o autor ainda aponta para outras vilas na perspectiva de compará-las entre si, principalmente relacionando-as com a questão do povoamento e da economia das regiões. Elementos econômicos também foram trazidos na descrição para caracterizar como a população pobre se mantinha, e a listagem de “gêneros da terra”, “gêneros estrangeiros”, ordenados, soldos e salários. Além de elementos políticos como

as eleições, também esclareceu o autor a respeito de elementos sociais, como questões sobre o ensino público que se dava sob a égide da violência e da repreensão. Para encerrar o texto, o autor explanou a respeito das práticas de sociabilidade, que se davam na capital da Capitania no período, relacionadas à moda, às festas religiosas e populares. (BRÍGIDO, 2001, p. 208-267)

A décima segunda parte, denominada *Lutas de Família*, a perspectiva da violência nos sertões foi trazida ao público por João Brígido ao esquadrinhar a formação dessas disputas familiares ligadas ao poder da região e atreladas a questões como vingança. Além da formação dessas famílias e quem por elas lutavam. Buscando uma origem para estas disputas, o autor apontou para uma lealdade portuguesa, mas que se mostrava então de forma diferenciada. (BRÍGIDO, 2001, p. 266-326)

Elemento interessante nessa série de textos é a impressão de João Brígido a respeito de Antonio Conselheiro, que por fazer parte de umas das famílias que compõe esse estudo, ganhou nele um pequeno espaço. O autor o caracterizou como portador de uma “demência intermitente”, e que já se configurava (aos 60 anos) em condições patológicas para ser estudado por Cesare Lombroso, estudioso italiano que desenvolveu uma série de teorias sobre o comportamento humano a partir de medições dos crânios, nos quais buscava elementos para distinguir possíveis criminosos a partir desse caráter biológico.

Algo que nos parece pertinente nesse texto é a presença de um processo utilizado pelo autor para caracterizar as marcas dessa violência, da qual apenas publica todas as partes deste processo sem comentá-las, como documentos a serem consultados pelos posteriores.

Dedicada a décima terceira parte à questão dos negros, na sociedade cearense em sua primeira subparte, *A Libertadora*, João Brígido fez uma longa discussão a respeito do posicionamento dele e de outros, como os da loja maçônica: *Fraternidade Cearense*, em relação libertação dos negros ativos no Ceará que Antonio Bezerra trouxe à tona nas páginas dos periódicos da época.

Isso serve de mote para que João Brígido, com uma postura comumente agressiva com relação a quem não partilhava de suas opiniões,

atacasse verbalmente Antonio Bezerra e tornasse pública a sua história perante a luta abolicionista.

A segunda subparte, denominada *Os pretos de “Laura”*, foi publicada anteriormente na íntegra, compondo a “Décima Primeira Parte” da coletânea *Miscellanea Histórica...*

A terceira subparte, intitulada *O negro de Antonio Thomaz*, na qual o autor vai relacionar memória, a questão da escravidão e um processo jurídico, para chamar atenção para as violentas práticas relacionadas ao cotidiano do sertão que ainda funcionava sob a égide do sistema escravista.

Para encerrar a coletânea criada para deixar marcada a passagem de seu autor pelos meios intelectuais do final do século XIX e início do século XX, Joao Brígido publica *Datas Históricas do Ceará* como décima quarta parte de *Ceará – homens e factos*. Esse trabalho de catalogação de datas e fatos, publicado como parte final do livro *Ceará – Homens e Fatos*, passou por algumas mudanças até atingir sua configuração final, como analisamos anteriormente, ao discutirmos sobre essa divisão em *épocas*.

Se toda coletânea tem como máxima intencionalidade enaltecer os principais aspectos de uma produção, essas duas coletâneas de João Brígido não se mostram diferentes.

Miscellanea Historica... (1889) mostra-se como publicação pontual que eleva a situação de João Brígido dentre seus pares, legitimando sua posição de destaque ainda que as críticas tenham acontecido. É uma obra que perpassa os principais modos de compor uma narrativa histórica no século XIX, relacionando a vida de grandes homens com seus grandes feitos, sentimento marcado pelo uso do formato biográfico. Se a vida e a obra dos grandes homens são pontuadas nas primeiras seis partes dessa coletânea, nas últimas cinco, observamos as grandes disputas, pontuadas em momentos críticos, complementando essa relação entre grandes homens e grandes feitos, tão cara aos historiadores de meados do século XIX, ainda que publicada com uma certa defasagem de discussão quanto a esse campo de análises.

Esta é uma obra que traz uma marca de um processo de instauração do regime republicano em suas escolhas e em seus escritos. Estão ali pontuados embates contra a coroa portuguesa que herda o Brasil e o transforma em um Império, assim como alguns dos que lutaram contra esse regime. É uma obra que coloca João Brígido dentro do âmbito republicano, ainda que posteriormente, com o advento do século XX, ela tenha retomado sua posição e se reassumido monarquista:

Entre nós, a Republica não passa da balbúrdia atual [...].
A Inglaterra, sim é uma República, e o Brasil o foi em boa hora, com seu Príncipe Hereditário.

O que constitui uma República é aquilo que mui positivamente os ingleses designam com o nome de *self government*, isto é, governo do povo, como é possível, não pelas massas reunidas no fórum para deliberar, mas em colégios, para nomear representantes, ou portadores das suas ideias, agentes moralmente responsáveis do pensamento nacional.

E ainda se ressentia:

O Brasil não tinha atingido a meta da perfeição social. Estava ainda muito abastardado o seu regime representativo, é verdade; mas isto somente pela incapacidade do povo para o mecanismo delicado do regime, ou antes pela sua nenhuma vocação para a política fina e transcendental. (Unitário, 1903, p.1)

Se a coletânea *Miscellanea Historica...* (1889) tem como intenção o posicionamento definitivo de João Brígido dentre seus pares, o desígnio da segunda, *Ceará – homens e factos* (1919) é maior. A intencionalidade na construção de um monumento que representasse sua obra como um todo fica evidente aqui na escolha dos textos e na formatação destes. Como todo monumento, essa coletânea parece ter sido pensada como algo para ser admirado, postulando o nome de João Brígido entre os principais nomes da historiografia cearense e que servisse para representar seu legado para a posteridade. Não por acaso, essa obra recebe o subtítulo “homens e factos”, como se concluísse sua visão de sobre os modos de se compor uma história para o Ceará, quase como em um projeto historiográfico.

Pensadas em conjunto, as duas coletâneas abrangem o cerne das narrativas históricas de João Brígido, evidenciando a importância para a confecção de sua obra dos “homens” (não só com as biografias da primeira, mas com os registros trazidos pela segunda) e dos “factos”, algo que fica mais

evidente na segunda coletânea. Daí postular como a obra definitiva desse autor, com seus textos sem datação e o primeiro deles aproximando-se dos modos de escrever narrativas históricas no final do século XIX e início do século XX.

Essas duas formas de publicar seus textos – biografias e coletâneas – acabam por evidenciar elementos que podemos compreender no que seria esse estilo em João Brígido. A primeira aponta para a recorrência na criação e exaltação dos mitos que serviram para a consolidação das narrativas sobre o passado do Ceará, algo que marca a escrita desse autor, inclusive ao falar de si mesmo. Seja falando de Pessoa Anta ou de Padre Mororó, Brígido estava falando de si e tentando construir para e a partir de si, um elemento fundador dessas narrativas. Se ele considerava Pessoa Anta e Padre Mororó os primeiros republicanos a se voltarem contra o regime monárquico, ele postulava como um primeiro a publicar textos sobre o passado do Ceará, como afirmou (e assim, procurou legitimar) na primeira parte, denominada *advertencia*, da coletânea *Resumo da História do Ceará por João Brígido para uso das escolas primarias*, de 1885, já citada anteriormente.

Se o estilo deslinda o homem, como apontou Peter Gay, as formas escolhidas por João Brígido o definem, por sua própria conta, como um pioneiro e assim, como sugerem, um mito.

3.3. Apontamentos sobre o Conteúdo: aquilo que transforma a forma, complementando-a.

Observando as temáticas recorrentes na produção de João Brígido, assim como as que, mesmo com a proximidade das escolhidas, foram descartadas ou não desenvolvidas por ele, percebemos que foi na escolha desses temas a serem desenvolvidos que também se pode apontar muito sobre a visão de “passado”, “história” e até mesmo, de “presente” para esse autor, pois em alguns de seus escritos, o contexto da produção e publicação dos textos – assim como as leituras, quando possível chegar até elas – fazem-se presentes nas análises feitas por ele.

Se as formas recorrentes, dentre os modos de compor uma história para o Ceará utilizadas por João Brígido, perpassavam a perspectiva das biografias e das coletâneas, os temas utilizados para confeccionar tais análises ajudam-nos a compreender a visão construída por esse autor sobre o passado e a situá-lo, enquanto intelectual, em seu presente.

Buscando os limites que definem os elementos de construção de suas narrativas históricas, encontramos em João Brígido alguns elementos de sua própria trajetória enquanto intelectual: uma de suas características mais pontuais é a utilização de sentenças em latim nos seus textos. Ora, estamos nos referindo à segunda metade do século XIX e às primeiras décadas do século XX, um período em que o índice de analfabetismo era alto⁴⁴, mas ainda assim, Brígido as utilizava constantemente em seus artigos nos jornais e em suas narrativas históricas.

Fruto das aulas ministradas pela mãe em casa, João Brígido não só aprendeu latim, como foi professor dessa cadeira no Liceu do Ceará, mas além dessa língua, ele acreditava que havia uma profunda relação com a outra língua que compunha o português: a língua dos nativos. Daí, por vezes, dedicar algumas partes de seus textos a analisar a etimologia das palavras utilizadas no Ceará. Um dos poucos textos em que a estrutura gira em torno exclusivamente desse tema é intitulado de *Algumas Etymologias* e foi publicado pela Revista do Instituto do Ceará em 1902, contendo onze verbetes: Acarape, Aracaty,

⁴⁴ Anteriormente já discutido. Cf. CARVALHO, 2002, p. 64-65.

Arrouches, Maraponga, Maracanhú, Maragoape, Modubim, Pirapora, Quixeramobim, Taquara e Trahiry. Alguns contendo uma rápida descrição etimológica e outros com explicações mais elaboradas de sua origem, esse artigo publicado no referido periódico, parece-nos ter servido como um ensaio para algo maior, que seria publicado em 1919 (Revista do Instituto do Ceará, 1902, p. 121-126).

Apesar da pouca recorrência em seus textos no que diz respeito ao tupi (principalmente se comparado com as expressões em latim), a análise histórico-etimológica da palavra “Ceará” aparece como algo de relativa importância para compreensão da produção de João Brígido. Abrindo a sua última obra publicada em vida, a coletânea *Ceará – homens e factos* (1919), o texto em que analisa essas origens da palavra revela também a visão sobre a formação do Brasil que compõe sua obra.

Para falar a respeito da construção de um passado de determinada região, muitas vezes os intelectuais do século XIX partiam de elementos supostamente mais simples que justificassem a busca de pontos que aludissem a respeito das possíveis origens de uma região específica do Brasil, quando não até da ideia de um mito fundador para a própria nação que nascia pós-1822.

O passado da então província do Ceará, na segunda metade do século XIX, era constantemente alvo de investidas por parte desses pensadores que buscavam entender o que era, afinal, o Ceará. Nesse sentido, muitos foram os escritos que dialogavam entre si na busca de entender os limites territoriais da Capitania e Província, em meio a disputas políticas que se faziam intensas desde o período colonial até a contemporaneidade desses intelectuais, na qual, eles tentavam compreender os limites como norteadores de uma perspectiva de território, na tentativa de perceber a dimensão daquilo que lhes servia de objeto. Só seria possível escrever uma história para o Ceará a partir do momento em que esses intelectuais soubessem o que era o Ceará: os limites geopolíticos, o relevo, o clima, a população, entre outros aspectos mais gerais⁴⁵.

⁴⁵ A partir da perspectiva apresentada, podemos citar Antonio Bezerra, com os livros *Algumas Origens do Ceará* e *O Ceará e os cearenses* e Tristão de Alencar Araripe, com *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*.

Um outro elemento, alvo de calorosas discussões, foi a origem da palavra “Ceará”. Na busca de entender o próprio passado, muitos intelectuais tentavam buscar numa relação de eventos que levaram a mudanças fonéticas e ortográficas. Assim, uma série de fatores culturais, econômicos e sociais se mostram quando se passeia por esses diálogos a respeito da origem dessa palavra.

Um dos primeiros a expressar alguma definição a respeito dessa palavra foi o padre Manuel Aires de Casal, em seu *Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Publicado pela *Imprensa Régia*, em 1817, no Rio de Janeiro e dedicada ao próprio D. João VI. Trata-se de uma grande explanação a respeito de muitas das províncias da então Colônia portuguesa nos trópicos, tentando escalonar os usos e costumes de “nativos e colonizadores” dessas localidades, assim como longos trechos dedicados a botânica e a zoologia, ao relevo e ao clima. Essa obra representa toda uma forma de se pensar e de reproduzir o passado nas primeiras décadas do século XIX. Suas linhas eram um esquadrinhamento do que seria o Brasil entre a “descoberta” e a partição em capitanias. Aires de Casal usou esse argumento, inclusive, para a publicação do resultado de suas pesquisas, pois ao persuadir o Rei para tornar público seus escritos, argumentou da falta de uma obra que perpassasse um período que até então pouco se conhecia. A obra, segunda Aires de Casal, seria de uma utilidade tamanha para a então Metrópole entender de uma maneira geral, quais eram os domínios do Brasil. (CASAL, 1976)

Ao tratar especificamente da Província do Ceará, Aires de Casal afirmou algo que segundo João Brígido, iniciou um “viciamento” no que diz respeito à origem da palavra que nomeava a Província, pois o padre afirmou na primeira nota de rodapé do texto: “Dizem que *ciará*, no idioma dos indígenas, significa *canto* da jandaia, que é uma casta de papagaio pequeno, e grasnador.” (CASAL, 1976, p. 283)

Essa versão para a origem da palavra “ceará” acabou virando uma referência e intelectuais posteriores a Aires de Casal, no decorrer do século XIX, utilizavam-se dela para explicar de alguma forma a origem da própria Província. José de Alencar utilizou-se dessa definição quando tratou do passado da Província em sua obra, e o fato de ter um estilo sedutor e ter se tornado um dos

ícones da literatura nacional, traduzido em diversas línguas, ajudou a disseminar a definição. O que vale salientar também a respeito desse texto sobre a Província, é que em seu decorrer, Aires de Casal se dispôs a descrever os limites geográficos dela e assim o fez:

Esta província, que tomou o nome dum dos menores rios que a regam, em razão de ser fundado junto da sua embocadura o primeiro estabelecimento, tem ao norte o mar Oceano, ao sul a Cordilheira do Araripe, ou Cariris, que a divide da de Pernambuco; ao oriente a do Rio Grande, e a da Paraíba; e ao ocidente a de Piauí, da qual é separada pela Serra Ibiapaba. (CASAL, 1976, p. 283)

Além da perspectiva aqui levantada a respeito das tentativas desses intelectuais para demonstrarem os limites geográficos da região, a descrição de Aires de Casal, chama atenção por outro aspecto: a relação entre a palavra “ceará” que batizou a Capitania e o nome de um dos rios no quais se construíram as primeiras fundações em suas proximidades. No texto de Aires de Casal não se encontra nenhuma relação entre essas duas definições, ou pelo menos a relação de um dos rios com a definição levantada por ele. Essa possível contradição entre as definições foi um dos motivos, apesar da difusão feita por Alencar, que levou outros intelectuais a rechaçarem a definição de Casal, inclusive João Brígido, no referido texto lançado em 1919, dentro da coletânea *Ceará – Homens e Fatos*.

Para João Brígido, seria impossível haver papagaios ou jandaias em uma “...praia varrida pelos ventos fortíssimos, como os alísios, nem nas dunas que se empinam sobre o mar despidas de toda vegetação e açoitadas pelos mesmos vendavais” (BRÍGIDO, 2001, p. 21-22). Além de tratar da costa da Província, ele ainda prossegue em sua argumentação para o Interior, tentando deixar claro que mesmo se avançando nessa direção, na fauna do Ceará a caça, e com isso o número de aves, era parca, exceto apenas por algumas aves que se aproximavam dos patos e outras ainda de menores aspectos físicos.

Para esse autor, esta definição deveria ser totalmente rebatida em oposição a elementos que considerava mais simples que serviriam na caracterização da palavra “ceará” a partir do contato do colonizador português com os indígenas.

Com esse argumento, João Brígido desenvolveu seu texto, considerando ainda outras questões etimológicas, como por exemplo, a origem da palavra Quixeramobim⁴⁶, em uma tentativa de poder legitimar as ideias e de dar um suporte à sua argumentação a partir de um *status* de intelectual pesquisador e conhecedor dessas questões etimológicas, tendo em vista a publicação anterior de *Algumas Etymologias* (1902), no qual a discussão a respeito de palavras que denominavam algumas regiões do Ceará (inclusive Quixeramobim, aqui já citada) já aparecem, como apontamos.

Qual seria então a origem? João Brígido argumenta:

Não há, portanto, quem nos dissuada de que Ceará, antigamente, Siará, não passa de Ciri-ará.

Ciri (correr para trás, *Dic. Montoya da Língua Guarani*) quer dizer carangueijo; *ará* é objetivo, significando claro, branco, alvamento etc, etc.

Não há dúvida de que essa designação correu da costa para o interior, estendendo-se para toda a região que ora se chama Ceará. [...] Ousou[-se] dizer que o nome viera dos sertões para a costa; sertões que, dois séculos, estiveram quase sem comunicação com a sede da capitania nascente. (BRÍGIDO, 2001, p. 23)

Como afirmamos anteriormente, no texto “A palavra Ceará” não contém qualquer datação, ou uma possível publicação anterior, mas elementos nos levam a crer que esse texto seria, em comparação aos outros presentes dessa coletânea de 1919, o último a ser escrito. A discussão a respeito das origens do Ceará e da palavra que o batizam são anteriores e o período em que as discussões tornam-se mais intensas datam da segunda metade do século XIX, contudo, esse texto é escrito sob uma forma diferente do restante da obra de Brígido. A argumentação direta com outros autores, mostrando contrapontos ou mesmo o que acreditava serem falhas nos escritos que o precederam sobre o assunto, juntamente com o fato de revelar referências que justificassem a sua posição quanto ao debate (no caso, a citação do Dicionário Montoya da Língua Guarani) pode revelar um amadurecimento de sua escrita a respeito da história do Ceará, a partir da etimologia e da geografia.

⁴⁶ Apresentada como *vaca gorda*, João Brígido iria discutir essa definição, argumentando que os indígenas sequer conheciam esses bovinos, fossem eles gordos ou magros. Para ele, a origem estava em *kieramobim*, cujo significado era água barrenta, referente ao rio próximo da região em questão quando excedia seus limites em períodos de enchentes.

Em contraponto a certas partes desse livro, que já tinham sessenta anos quando foram publicadas em 1919, esse texto parece muito mais recente em seu formato e estilo. Outro ponto relevante é sua posição assumida na obra: ser o primeiro por se tratar de uma origem, para cronologicamente organizar a obra como um todo, pois a coletânea *Ceará – homens e factos* (1919), parece-nos permeada de uma intencionalidade em colocá-la em um lugar de destaque dentro das grandes obras publicadas desde meados do século XIX.

Atentemos, a princípio, para a coletânea anterior, de 1889: a Confederação do Equador era um dos temas que perpassa mais da metade desta obra. Para chegarmos até a coletânea, observamos uma outra, publicada 4 anos antes e denominada *Resumo da História do Ceará por João Brígido para uso das escolas primarias*. Essa obra de 1885 é um resumo cronológico, dividido por anos (e eventualmente meses e dias) dos eventos que João Brígido julgava relevantes do ponto de vista político, econômico e militar, formato também conhecido como efemérides, relativamente comum para as produções historiográficas do século XIX.

Em *Resumo da História do Ceará...* apesar de tentar dar conta do primeiro contato entre brancos e indígenas no Ceará, em 1603, até os eventos políticos de 1880⁴⁷, João Brígido dedica um espaço muito maior aos eventos relacionados à Confederação do Equador e à Revolução de 1832, e isso se deu, provavelmente, como reflexo de suas pesquisas e suas aulas (tanto pelo Liceu como particulares), já que ele mesmo aponta, na primeira parte dessa coletânea, intitulada “advertência”, que amigos haviam solicitado a ele que formulasse lições sobre a História do Ceará (BRÍGIDO, 1885, p.1).

Considerando a proximidade de publicação entre essas duas coletâneas (*Resumo da História do Ceará...* de 1885 e *Miscellanea Historica...* de 1889), não nos espantamos ao notar a proximidade dos temas trabalhados em ambas, cada uma cumprindo um propósito específico para sua produção. Assim, se o movimento da Confederação do Equador ganhava destaque nesse momento devia-se à relação entre as pesquisas e aulas que vinha desenvolvendo João Brígido até a publicação da coletânea de 1889 e o interesse

⁴⁷ Na segunda edição desta coletânea, publicada em 1892, seu recorte final é 1887, havendo apenas o acréscimo de informações entre 1880 e este recorte.

pontual que esse estudo tinha em um momento de mudanças políticas e econômicas com o processo de instauração do sistema Republicano, principalmente pelo caráter que esse movimento assumiu em oposição à instauração de um regime monárquico herdado da Coroa Portuguesa. Se no período regencial, grupos (liberais moderados e exaltados) disputavam entre si, não só próximos ao poder central, mas também das Províncias, a chance de liderança entre eles com o advento de um regime que nem chegara ainda a completar sua segunda década (FERRAZ, 1996), o contexto político-ideológico em que estava inserido o processo de instauração da República não se mostrava tão diferente.

Constatamos que a região sul do Ceará (o Cariri) era o principal espaço de construção das análises e narrativas históricas de João Brígido até 1889, quando ainda fazia parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Essa característica de sua produção nos ajuda a compreender a importância que Brígido dava a tal região, principalmente quando percebemos que, em sua escrita até esse momento, a recorrência temática em torno da Confederação do Equador e da Revolução de Pinto Madeira (1832) é visível.

Esse último o conflito se iniciou com um levante de um grupo de “restauradores”, liderado por Pinto Madeira no final do ano de 1831, no qual buscavam restabelecer D. Pedro I como regente do Império Brasileiro, após sua partida para Portugal em abril do mesmo ano. Esse movimento iniciado na vila de Jardins, localizada na região do Cariri, chamou atenção das Províncias circunvizinhas e ganhou força, transformando-se em uma guerra civil. As motivações de Pinto Madeira parecem girar em torno das honrarias que este perdeu com abdicação de D. Pedro I ao trono, já que era um dos que lutaram juntamente com as forças reais contra os revoltosos da Confederação do Equador em 1824 e que, por isso, conseguiu cargos políticos importantes na região e ausência do ex-Imperador fez com que essa força política de Pinto Madeira diminuísse, o que acabou atizando os grupos políticos rivais da região. (MONTENEGRO, 1976)

Dentre as lições apresentadas na coletânea *Resumo da História do Ceará...* de 1885, o espaço dedicado à Confederação do Equador e à Revolução de 1832 parecem bem próximos, como se as colocasse em um patamar de igual

importância para História do Ceará, mesmo sendo a primeira um levante contra o Império e a segunda, não necessariamente a favor do Império, mas do antigo imperador. Essa equivalência entre as temáticas perde fôlego com a publicação da coletânea de 1889, quando a temática da Confederação do Equador ganha força e destaque em *Miscellanea Historica...* em um processo sincrônico ao do estabelecimento do regime Republicano. Os textos sobre a Revolução de 1832, nesse momento perdem o sentido e serão engavetados. Daí o caráter pontual da obra *Miscellanea Historica...*

Já as intenções que acompanhavam a publicação da coletânea de 1919, *Ceará – homens e factos*, eram bem mais amplas. O título dessa obra contém três partes que tencionam ser apontadas (“Ceará”, “homens” e “factos”) e cada uma delas merece um lugar de destaque em nossa análise.

Partindo da última, os “factos” ganham força nessa obra de uma forma mais ampla. Essa não é uma obra de efemérides, muito menos escritos biográficos ou mesmo estudos etimológicos. Ela é tudo isso, ao mesmo tempo! Como coletânea, vários formatos ganham espaço nessa obra pelo fato do autor revisitar alguns de seus textos, escolhendo-os para compor sua obra final. Assim, juntamente com o caráter diverso do formato que esses textos carregam, há também uma variedade de temas de uma forma totalizante que tentam dar conta, da primeira parte do título, o “Ceará”.

Os “homens” que aparecem aqui já não são biografados, mas sujeitos que participavam de disputas políticas, econômicas e militares. Os estudos biográficos vinham perdendo força durante o início do século XX dentre os historiadores, então, para essa obra, os “factos” parecem ser maiores que os “homens”, mas os últimos têm ainda uma importância imprescindível para os processos (WEHLING, 1999). Há ainda as efemérides, os resumos cronológicos, nesta coletânea, mas eles também são parte de uma proposta maior.

João Brígido publicou em 1919 sua coletânea final, com saúde debilitada e consciente da proximidade do fim. Sua intencionalidade é não só ser lido, mas ser lembrado como um dos pioneiros da produção historiográfica no Ceará, algo que ele mesmo afirmava ser e se essa seria a última obra, que ela abarcasse o “Ceará” como um todo, no tempo e no espaço. Sua articulação na escolha dos textos serviu para que, de alguma forma, ele abordasse todas as

principais regiões do Ceará, desde a região sul (parte do Cariri) até o norte, passando pelo Sertão Central, o vale do Jaguaribe e pela capital Fortaleza, ainda que os textos não relatem um mesmo período. A importância aqui é a conquista da escrita sobre o âmbito espacial.

Uma vez articulado o espaço de uma forma ampla em seus textos, João Brígido também apontou para as estruturas temporais que complementassem a obra. A dominação portuguesa sobre os indígenas, juntamente com os estabelecimentos políticos-militares do período colonial e suas lutas entre famílias aparece aqui. Também trata do período de domínio holandês, da construção do Forte que deu origem a vila que hoje é capital do Estado. Fala ainda dessa capital em si, cem anos antes dessa publicação, com suas ruas mal calçadas. Retornaram textos sobre a Revolução de Pinto Madeira em 1832 e se mantiveram textos sobre a causa da abolição, além de reflexos da Guerra do Paraguai para o Estado. Há ainda outros pontos que, sob o auspício do século XIX, pareceriam relevantes na escrita sobre o passado. As efemérides deixam isso mais claro quando apontam para um pouco antes da chegada dos portugueses no litoral cearense, trazendo uma discussão que teria se iniciado com Varnhagen, e se estendem até 5 de julho de 1914 (BRÍGIDO, 2001, p.372).

Se *Ceará – homens e factos* estava sendo pensado para ser seu livro final, ele deveria entregar ao leitor o “Ceará” em sua totalidade. É relevante o fato de iniciar seu livro explicando o que significava a palavra “Ceará” para, a partir disso, escrever o livro que carregasse em si toda a importância de conter não uma versão, mas a versão que seria, segundo João Brígido, definitiva e monumentalizada da História do Ceará.

CONCLUSÃO

“O estilo é a arte da ciência do historiador.”

Peter Gay

A construção de um estilo emocional que transitasse entre as apropriações e as marcas próprias, perpassa, na obra de João Brígido, indícios permeados de maneiras e matérias na consolidação de um espaço único dentre seus pares e na memória da intelectualidade cearense. Esses indícios nos ajudaram a entendê-lo enquanto sujeito inserido em seus territórios de disputas, porém, esse diálogo entre sujeito e obra nos foi caro para chegarmos até as formas e maneiras escolhidas dentre tantas para produzir seus textos, assim como aprofundar os temas, o conteúdo e a matéria que permeia sua escrita. Foram as narrativas sobre o passado construídas por esse autor que nos possibilitaram a compreensão de uma identidade em meio a intelectualidade cearense da segunda metade do século XIX.

Suas coletâneas funcionaram como elementos que sintetizaram os ofícios e normas dos lugares de pertencimento e de produção de João Brígido. Elas buscavam carregar a essência de uma obra que constantemente é apontada como de desigual qualidade, mas ainda assim, refletem um modo próprio de produzir história do século XIX, ainda que Brígido tenha vivido até 1921. A mentalidade desse autor estava completamente conectada aos oitocentos e à produção intelectual desse período, quando, inclusive transparecem as heranças de sua formação, insinuam (e facilmente se perdem) as apropriações de suas leituras e emerge aquilo que acaba sendo visto como marca, pelos seus pares. Esse imaginário particular é partilhado com uma mentalidade oitocentista e mostra-se nas escolhas pelos formatos de escritas próprios de meados dos oitocentos, como as efemérides e as biografias.

João Brígido entendia a dimensão de seus escritos, pelo menos quanto aos modos de construir sua análise. Sua escrita oscilava entre a ironia constante, amplamente utilizada nos textos jornalísticos, (o que lhe rendeu adjetivos como “voraz” e “cáustico”), e a sobriedade, marcante em suas principais narrativas históricas. Chamamos atenção para o fato de que nem toda narrativa sobre o passado fugia da pilhéria em seus textos. A biografia do Padre

Verdeixa, um tipo popular que vagou pelos sertões cearenses em meados do século XIX compõe a segunda parte de uma obra chamada *Ceará – lado cômico*. Essa parte recebia o título de “Nossos antigos – bons, burros e bravos” e é carregada de ironia e pilhéria em uma coleção de causos que parecem muitas vezes impensáveis. É inclusive nessa obra que é publicada sua autobiografia, escrita aos 70 anos, em 1899, e como analisado anteriormente, mesmo tendo a dor como elemento norteador do texto, o escárnio de si e de outros ganha muito mais espaço.

Ainda que possamos considerar essa marca da escrita como uma característica para sua produção, as obras que acabavam sendo lembradas e apontadas como melhores eram justamente as que tinham um “ar mais sério”, uma escrita mais articulada e sóbria, pois havia nesses textos, a noção de uma dimensão e abrangência. Esse oscilar entre a sobriedade e o escárnio evidencia algo maior e mais profundo, que pode ser apontado como uma característica local em comparação com uma produção nacional.

O termo “Ceará moleque” já se faz presente na literatura local desde, pelo menos, o século XIX. O riso e o escárnio tornaram-se características próprias do povo cearense. Ainda que houvesse uma conotação negativa e reprovável para o termo, isso não o afastou dos hábitos populares da Província do Ceará (SILVA in SOUZA, 2002a). Mesmo com esse traço marcante sendo amplamente usado nos textos jornalísticos, muitas vezes para atacar com ironia e escárnio seus adversários políticos, ou mesmo em algumas das narrativas históricas, quando um texto era produzido por João Brígido para postular entre a elite intelectual e tivesse a possibilidade de um alcance maior, a sobriedade tomava conta de sua escrita, preterindo um aspecto local que se fazia presente em outros formatos de sua escrita.

Essa sobriedade, contudo, não significava apatia. Quando observamos, por exemplo, os escritos biográficos sobre Padre Mororó e Pessoa Anta, percebemos alguns recursos dramáticos, escolhas que influenciavam os modos de como se narrar uma história. Essas escolhas revelaram um apanhado de sentimentos que João Brígido sugeria para seus leitores, mas ainda assim, trouxeram à tona também parte de como o próprio autor se enxergava, no período de sua produção. Essas biografias em específico são textos sobre

outros, mas ainda, textos sobre o próprio João Brígido. São textos de autorreconhecimento, assim como os textos autobiográficos de 1899 e 1900, ou mesmo a última coletânea publicada por ele aos noventa anos, *Ceará – homens e factos*. Todos esses textos, apontam para a própria trajetória de João Brígido.

Além disso, no tão aclamado pioneirismo de sua obra transparece indícios do homem por trás dos textos. Brígido apontava para si como um marco na produção historiográfica local, uma real distinção e algo digno de respeito. Esse pioneirismo, sempre carregado de intencionalidade, complementava o estilo em si de João Brígido – afinal, se a vida deste sujeito se encaminhava para o fim, sua obra estava sendo pensada para postular para além da mortalidade.

João Brígido atravessou, assim, boa parte do século XIX e as duas primeiras décadas do século seguinte produzindo. Ainda que pertencente ao IHGB por trinta anos, e com isso, partilhasse de uma perspectiva científica de produzir narrativas históricas, Brígido também herdou da tradição local um modo de se contar histórias, no qual a retórica ganha força e dá forma ao texto. Os elementos extratextuais em João Brígido são raros, pois é na retórica que sua escrita tenta se sustentar. Enfim, um homem entre dois mundos: da carga retórica recorrente em seus textos e da narrativa histórica que estreitava relações cada vez mais com a ciência no decorrer dos oitocentos. São esses elementos que nos ajudaram, também, a pontuar a própria construção de sua identidade, considerando que sua produção alcança pelo menos duas gerações de intelectuais: os pioneiros da escrita sobre o passado, no qual se inserem Pedro Theberge, o Senador Thomaz Pompeu e Alencar Araripe; e a geração posterior que se destacou nas décadas de 1870-80, da qual Thomaz Pompeu Filho, Rocha Lima e Perdigão de Oliveira faziam parte.

Exploramos a amplitude de uma produção extensa e disforme, que oscilava entre narrativas históricas e crônicas publicadas nos periódicos nos quais João Brígido trabalhou. Mesmo que nossa intensão fosse uma análise mais profunda dessas narrativas históricas, essa produção jornalística se mostrou de grande valia para compreender o sujeito com quem dialogávamos. Só assim, conhecendo o sujeito, conseguimos chegar a nosso principal objetivo, as narrativas históricas de João Brígido. Daí a necessidade que sentimos em

apontar a construção de um grupo identitário que passou a ganhar força entre as décadas de 1840 e 1860, os bacharéis.

Foi a cultura bacharelesca que nos serviu de ponto inicial para que compreendêssemos o jogo político que se articulava durante o Império nas principais regiões do País (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife) e também em Fortaleza. Quando a leitura da discussão foi se tornando mais clara, passamos a entender um pouco desse sujeito que começa a publicar os primeiros textos sobre o passado nesse mesmo período, mais precisamente, no final da década de 1850, aos 30 anos. A partir desse contexto mais amplo e das práticas que constroem as articulações de nosso recorte temporal, pudemos perceber um narrador que estava estabelecendo seus locais de atuação.

O próximo passo que nos ajudou a compreender esse sujeito de uma forma mais profunda foi a leitura dos textos autobiográficos (1899 e 1900) escritos quando completou 70 e 71 anos, descortinando para nós as intenções que Brígido tinha quanto a sua produção sobre o passado. As escolhas e as omissões no decorrer desses dois textos revelam o interesse em estabelecer de vez o seu espaço entre os intelectuais cearenses da segunda metade do século XIX, justificando de forma sutil, na própria importância dada a si, já que ele se julgava digno de ser biografado (por duas vezes).

Para entender esses locais que serviram a João Brígido como legitimadores de sua presença entre os intelectuais cearenses, tomamos como guia o texto *Apontamentos para a historia do Cariri*, publicado inicialmente em 1859 e republicado pela última vez em 1919. Foram os locais nos quais foi publicado o texto que revelaram os espaços de acesso a essa intelectualidade não só local, mas nacional: periódicos do Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Esses locais nos auxiliaram na compreensão da teia de relações que João Brígido construiu a partir de onde passou a lhe ser permitido publicar. O convite de ingresso ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, as publicações pelo Instituto do Ceará e mesmo a homenagem da Academia Cearense de Letras revelaram a construção de locais de pertencimento que, apesar das críticas que de lá surgiam, serviram de elementos para o reconhecimento da importância desse sujeito para a os grupos intelectuais dos quais fazia parte.

Uma vez que essa teia de articulações nos foi sugerida, seguimos analisando as narrativas históricas de Brígido e, com elas, acabamos por nos aprofundar mais ainda no próprio sujeito, pois, como destacou Robert Buffon, “le style est l’homme même”. Foi a partir do conceito de “estilo” que tentamos chegar a João Brígido, contudo, foi o próprio sujeito que descortinou, para nós, o seu “estilo”. Essas narrativas históricas apontavam para fatores que nos deixaram intrigados, como a repetição na escolha de formatos em seus textos ou mesmo, a proximidade entre as temáticas analisadas por Brígido e as que os membros do Instituto do Ceará estavam produzindo. Se João Brígido trouxe um certo pioneirismo na produção iniciada na década de 1850, esta sofreu mudanças no decorrer das décadas até ser finalizada por ele, com a publicação da coletânea *Ceará – homens e factos*, em 1919, algo que já havia sido ensaiado por ele em 1889, com a publicação da coletânea *Miscellanea Historica...*

Assim, mesmo que seus escritos sobre o passado servissem na construção de plenas narrativas históricas, embasadas por fontes documentais e legitimassem João Brígido enquanto um narrador e um intelectual do século XIX, foram nas escolhas das formas de se apresentar, organizar e divulgar seus textos, que ele construiu seu “estilo”, ambíguo como o próprio homem, preso entre duas formas de se produzir história: as biografias de personagem que julgava dignos de destaque e as coletâneas, que serviriam como espaços de diversificação de textos produzidos em momentos distintos, nem sempre com as datações identificadas.

As narrativas históricas analisadas em nosso trabalho apontam assim para uma construção do que ele acreditava ser a “verdade”, e se “o estilo é a arte da ciência do historiador”, como apontou Peter Gay (1990, p. 196), são os traços de retórica que foram utilizados por Brígido que o auxiliaram na afirmação de sua verdade e, assim sua posição entre seus pares.

Apesar de não ter sido nossa intenção inicial dar conta de todos os escritos de João Brígido – os que se referem ao passado e à sua contemporaneidade –, nosso esforço foi uma caracterização mais ampla possível desse sujeito enquanto produtor e construtor de uma visão sobre o passado, como um narrador que se dispõe a revelar o que ocorreu – o que nos parece de grande valia e serve como contribuição para as discussões sobre

aqueles que se dispuseram a escrever narrativas históricas no e sobre Brasil. Ainda assim, muitos de seus escritos tiveram de ser descartados em nossa pesquisa, por entendermos que excederia nossos limites e os de nossa discussão.

Assim, o Estilo de João Brígido pode ser definido com um forte traço de autoelogio e autolegitimação através da importância dada por ele mesmo e pelos seus pares a seus escritos, pratica relativamente comum dentre os intelectuais cearenses dos oitocentos. Contudo, em seu Estilo reside a ambiguidade de ser contemporâneo a uma produção de narrativas históricas marcadamente científica e mesmo assim, permeado de elementos não-comprobativos, além de alguns traços da cultura popular cearense. Afinal, uma civilização que nascia para a modernidade e progresso no Ceará do final do século XIX era construída por sujeitos que estão escrevendo a própria história deles, e assim, a da então Província e Estado.

Esta análise, enfim, nasceu de uma reflexão nossa, iniciada há pouco mais de uma década quando iniciávamos os primeiros passos no meio acadêmico, sobre a função do historiador no século XXI. Com esta, aproximamo-nos da discussão a respeito de um processo que vem se desenrolando desde a década de 1980, quando das metodologias de pesquisa historiográficas possibilitaram um alargamento no horizonte de atuação de historiadores posteriores e que, com releituras de clássicos e o fortalecimento do paradigma cultural, tornou válida a retomada de uma ideia tão cara aos princípios da história enquanto ciência: a de que somos narradores do passado, fincados no presente, com nossos anseios, dúvidas e sensibilidades sobre nossos objetos e pesquisas. Não somos alheios às nossas próprias escolhas acadêmicas e como historiadores, devemos nos manter firmes quanta a nossa função em uma sociedade que, pelo fetiche do consumo e do efêmero, afasta-nos de uma discussão mais ampla.

Sejamos historiadores, então!

FONTES

IMPRESSOS

BRÍGIDO, João. *Resumo da História do Ceará por J. Brígido para uso das escolas primárias*. Fortaleza: Libertador, 1885.

_____. *Resumo Chronologico para a História do Ceará*. Fortaleza: Brasileira, 1887.

_____. *Miscellanea Histórica ou Collecção de diversos escriptos de J. Brígido*. Fortaleza: Typ. Universal, 1889.

_____. *O Ceará – Lado Cômico. Ad ridenum. Algumas chronicas e episódios*. Fortaleza: Moderna, 1900.

_____. *Ephemerides do Ceará; contendo memória sobre o povoamento da região e estudo sobre o litoral*. Fortaleza: Studart, 1900.

_____. *Ceará (Homens e Fatos)*. Rio de Janeiro: Besnard, 1919.

_____. *Ceará (homens e fatos). Introdução por Dra. Ivone Cordeiro Barbosa*. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. *Miscellanea Histórica ou Collecção de diversos escriptos de J. Brígido*. Ed. fac-sim. Fortaleza: FWA, 2009.

PERIÓDICOS

O Araripe, Crato, 07 jul. 1855.

Tribuna Católica, Fortaleza, 09 ago. 1874.

Libertador, Fortaleza, 19 jul. 1881.

A República, Fortaleza, 03 dez. 1900.

Unitário, Fortaleza, 07 out. 1903.

_____, Fortaleza, 01 out, 1909.

_____, Fortaleza, 08 out, 1909.

_____, Fortaleza, 03 nov. 1909.

_____, Fortaleza, 01 dez. 1909.

_____, Fortaleza, 03 dez. 1909.

_____, Fortaleza, 13 dez. 1909.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO XXV, 1862.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO L, pt 1, 1887.

Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO LI, , 1888.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO LIV, pt 2, 1891.

INSTITUTO DO CEARÁ

Revista do Instituto do Ceará, TOMO III, 1889.

Revista do Instituto do Ceará, TOMO XVI, 1902.

Revista do Instituto do Ceará, TOMO XXXIV, 1920.

Revista do Instituto do Ceará, TOMO LXXIX, 1965.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos*. Rio de Janeiro: Publicações Sociedade Capistrano de Abreu / Liv. Briquet, 1931
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. "Introdução" in BRÍGIDO, João. *Ceará – Homens e Fatos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1948.
- BARRETO, Maria Adelaide Fléxa Daltro. *João Brígido e sua descendência*. Fortaleza: IMPRECE, 2005.
- BARROSO, Oswaldo. *Tristão Araripe – Alma afoita da Revolução*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade – Estudos de Teoria e História Literária*. São Paulo: USP, 2006.

CARDOSO, Gleudson Passos. *As Republicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904)*. Dissertação de Mestrado em História Social, PUC-SP, 2000.

_____. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. 2ª Ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

_____. *"Bardos da canalha, quaresma de desalentos". Produção literária de trabalhadores em Fortaleza na primeira República*. Tese de Doutorado, UFF, 2009.

CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3a ed. 1982.

CARVALHO, Jáder de. *Antologia de João Brígido*. Fortaleza: Paz e Terra, 1969.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem; Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumard Editores, 1996.

_____. *A Formação das Almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990

_____. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: Ed. NUDOC-UC/Museu do Ceará, 2005.

CÉZAR, Temístocles. "Lição sobre a escrita da História: Historiografia e Nação no Brasil do século XIX", in *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CHARTIER. Roger (org). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CORDEIRO, Celeste. *Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997.

COSTA, Ângela M. e SCHWARZ, Lilia Moritz. 1890 – 1914: No tempo das Certezas. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais. Guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: EdUFPE, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAY, Peter. *O estilo da História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2a.. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Ideologia e Conflito no Nordeste Rural (Pinto Madeira e a Revolução de 1832 no Ceará)*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1976.

MOTA, Leonardo. *Academia Cearense e Academia Cearense De Letras*. In Revista do Instituto do Ceará, TOMO LIV, 1940.

MORAIS, Nágila Maia de. *“Todo cais é uma saudade de pedra”: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904)*. Dissertação de Mestrado em História e Culturas, MAHIS/UECE, 2009.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *Saber e Poder - Pensamento Social Cearense no Final do Século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, 1998.

_____. *O Instituto do Ceará - Memória Representações e Pensamento Social*. Tese de Doutorado em História, PUC-SP, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história* in Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 30, p. 56-75, 2002.

PESAVENTO, Sandra & LANGUE, Frédérique (org). *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo” in PESAVENTO, Sandra Jatahy & SANTOS, Maria Weber dos. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O Fato e a Fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará (do Tomo I ao LXVIII)*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará/UFC, 1959.

SCHWACZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Perfis Urbanos Terríveis em Edgar Allan Poe*. Revista Brasileira de História; São Paulo: v. 05 nº8/9, pp69-83, 1984-1985.

_____. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1ª reimp. da 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SHAKESPEARE, William. *The complete works of*. Londres: Humphrey Milford, 1943.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. 10ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011

SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Os padres e a teologia da Ilustração: Pernambuco, 1817*. Editora Universitária UFPE, 2009.

SOUZA, Simone de (org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 1989.

SOUZA, Simone de (org.). *Uma Nova História do Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de Castro (org.). *Comportamento – Fortaleza e Cotidiano*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. *Intelectuais – Fortaleza e Cotidiano*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*. Fortaleza: Typo-Lithographia A Vapor, 1913.

VALE NETO, Isac Ferreira do. *Batalhas da memória: a escrita militante de Rodolfo Teófilo*. Dissertação de Mestrado, UFC-CE, 2006.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.